



TESE LIVRE-DOCÊNCIA

Caroline Kraus Luvizotto

Bauru, 2025.

CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

**Repertórios de Ação dos Movimentos Sociais Durante a
Pandemia de Covid-19: perspectivas e desafios para a
comunicação digital e o ativismo no Brasil**

Tese apresentada ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, da Unesp, Campus de Bauru, como requisito parcial para aprovação no Concurso Público de títulos e provas para obtenção do título de **Livre-Docente** em **Comunicação e Cidadania**, seguindo as exigências do Edital 17/2024 DTA/FAAC.

Bauru, 2025.

Luvizotto, Caroline Kraus.

Repertórios de Ação dos Movimentos Sociais Durante a Pandemia de Covid-19: perspectivas e desafios para a comunicação digital e o ativismo no Brasil / Caroline Kraus Luvizotto. - Bauru, 2025
135 f.

Tese (livre-docência)-Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

1. Comunicação. 2. Cidadania. 3. Pandemia Covid-19 - Brasil. 4. Movimentos Sociais. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

Repertórios de Ação dos Movimentos Sociais Durante a Pandemia de Covid-19: perspectivas e desafios para a comunicação digital e o ativismo no Brasil

Resumo

A pandemia de Covid-19 impôs uma nova realidade aos movimentos sociais e à participação cidadã, proibindo ou restringindo protestos e manifestações nas ruas, formas típicas de ativismo dos movimentos sociais. Neste cenário, ganhou força o ciberativismo, ou ativismo digital, que tem como principal insumo a informação difundida em ambiente digital. No Brasil, observou-se a diminuição de oportunidades políticas para os movimentos sociais, mas, por outro lado, provocou mobilização da sociedade civil em geral, já que a pandemia se configurou como ameaça social e sanitária. Os estudos desenvolvidos por esta pesquisadora a partir de 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp e junto ao Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais – ComMov, que versam, em sua maioria, sobre a relação entre comunicação, cidadania e participação social no contexto brasileiro; o desenvolvimento de pesquisa de pós-doutorado realizada na Universidade Nova de Lisboa (2020) com financiamento da Fapesp, que versa sobre a relação entre comunicação, cidadania e movimentos sociais no contexto português; e a pesquisa desenvolvida na qualidade de Professora Visitante Sênior junto ao Erich Brost Institute for International Journalism na Technische Universität Dortmund (TU Dortmund), Alemanha (2023), com financiamento da Capes, que versa sobre comunicação, informação e cidadania, contribuíram para a proposta e a conclusão desta pesquisa que respondeu aos seguintes questionamentos: qual é o impacto da pandemia de Covid-19 na luta pelo alcance e manutenção dos direitos civis e políticos? Quais são as perspectivas para a participação cidadã frente as grandes transformações econômicas e sociais impostas pela pandemia? Qual o potencial, limites e desafios da comunicação digital para a mobilização popular a partir da pandemia de Covid-19? Diante destes e de muitos outros questionamentos possíveis, esta pesquisa analisou a dinâmica contemporânea de movimentos sociais para estimar o potencial da comunicação digital para a participação cidadã, a partir da pandemia de Covid-19 no Brasil. Especificamente: identificamos as estratégias de mobilização dos movimentos sociais a partir da pandemia de Covid-19; caracterizamos as estratégias de comunicação digital utilizadas pelos movimentos sociais depois do advento da pandemia de Covid-19, estimando seu potencial e limites a partir da realidade imposta pela pandemia; analisamos os conteúdos informacionais que conduziram o ativismo digital dos movimentos sociais a partir da pandemia de Covid-19; e indicamos perspectivas e desafios para a comunicação digital e para o ativismo no Brasil a partir da pandemia de Covid-19. Como contribuição teórica e metodológica, desenvolvemos e propomos a classificação dos movimentos sociais brasileiros em Movimentos Sociais Antiausteridade, Movimentos Sociais de Afirmação Identitária e Movimentos Sociais Antissistema. Essa classificação não apenas enriquece os estudos empíricos realizados neste estudo, fornecendo a base para a seleção dos movimentos sociais objetos da pesquisa, como também oferece uma contribuição teórica para o campo das Ciências Sociais, ao propor um enquadramento metodológico que organiza as mobilizações brasileiras em grandes temas que, embora distintos, não são excludentes e é capaz de articular interseccionalidades e hibridizações. São objetos da pesquisa os seguintes movimentos sociais: Ação da Cidadania, Greenpeace Brasil e Levante Popular da Juventude. Com o auxílio da ferramenta Fanpage Karma, realizamos a extração das postagens no perfil do Facebook dos movimentos sociais. O período de coleta corresponde aos dois primeiros anos de pandemia de Covid-19, exatamente de 12 de março de 2020 a 11 de março de 2022. As 6.366 postagens coletadas via Fanpage Karma passaram pelas etapas de Codificação, Categorização e Inferência, de acordo com o método de Análise de Conteúdo de Krippendorff (2019), seguindo o referencial teórico-metodológico de Pleyers (2020). Para além das categorias

previstas na proposta de Pleyers (2020) para compreender o repertório de ação dos movimentos sociais na pandemia de Covid-19, quais sejam: 1) Ações de protestos; 2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores; 3) Ações de ajuda mútua e solidariedade; 4) Ações de monitoramento das ações do governo; 5) Ações de educação popular e conscientização; os dados analisados ofereceram subsídio para a criação de duas novas categorias, e que nos parece fundamental para pensar as estratégias de mobilização e comunicação digital dos movimentos sociais no Brasil: 6) Ações de comunicação pública e 7) Ações de manutenção das pautas dos movimentos. A análise apresentada a partir dos movimentos sociais Ação da Cidadania, Greenpeace Brasil e Levante Popular da Juventude, aqui tratados como paradigmas empíricos para compreender o tema proposto, contribui para a compreensão da complexa relação entre os movimentos sociais, a comunicação digital e os impactos da pandemia de Covid-19 no Brasil. Por meio da análise do repertório de ação dos nomeados movimentos sociais, buscamos não apenas descrever as estratégias de mobilização e comunicação adotadas por eles, mas também examinar suas implicações mais amplas para a participação cidadã, o ativismo político e a esfera pública. Ao longo da pesquisa, identificamos uma série de fatores que influenciaram a dinâmica dos movimentos sociais durante a pandemia. Por exemplo, observamos como as restrições de distanciamento social e as medidas de lockdown afetaram as formas tradicionais de mobilização, levando os movimentos a explorar alternativas digitais para manter sua relevância e eficácia; analisamos o papel das redes sociais e plataformas online na amplificação de mensagens e na formação de coalizões e alianças entre diferentes grupos e movimentos sociais; no que diz respeito às estratégias de comunicação digital, exploramos não apenas os conteúdos informacionais produzidos pelos movimentos sociais, mas também as táticas de engajamento e mobilização utilizadas para alcançar e envolver o público - isso incluiu a análise de campanhas de hashtag, vídeos virais, transmissões ao vivo e outras formas de interação online que se tornaram características proeminentes do ativismo digital durante a pandemia; discutimos os limites e os desafios associados à comunicação digital, como a disseminação de desinformação, o discurso de ódio e a vigilância governamental - esses problemas destacaram a necessidade de abordagens éticas e responsáveis para o uso das tecnologias digitais no ativismo e na mobilização social, bem como a importância de proteger a liberdade de expressão e a privacidade dos ativistas. Por fim, discutimos as implicações mais amplas dessas descobertas para o futuro da participação cidadã e do ativismo no Brasil. Identificamos oportunidades para fortalecer e aprimorar a comunicação digital como uma ferramenta que pode ajudar na promoção da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que reconhecemos os desafios e as incertezas que podem surgir no processo.

Palavras-Chaves: Comunicação Digital; Movimentos Sociais; Ativismo; Pandemia de Covid-19; Brasil.

Repertoires of Action of Social Movements During the Covid-19 Pandemic: perspectives and challenges for digital communication and activism in Brazil

Abstract

The Covid-19 pandemic imposed a new reality on social movements and civic participation, prohibiting or restricting protests and demonstrations in the streets, which are typical forms of activism for social movements. In this context, cyberactivism, or digital activism, gained prominence, with its main input being the information disseminated in digital environments. In Brazil, there was a decrease in political opportunities for social movements; however, it also mobilized civil society in general, as the pandemic constituted a social and health threat. The studies conducted by this researcher since 2014 under the Postgraduate Program in Communication at UNESP and the Research Group on Media Communication and Social Movements – ComMov, which mainly focus on the relationship between communication, citizenship, and social participation in the Brazilian context; the postdoctoral research carried out at the Universidade Nova de Lisboa (2020) funded by FAPESP, examining the relationship between communication, citizenship, and social movements in the Portuguese context; and the research developed as a Senior Visiting Professor at the Erich Brost Institute for International Journalism at the Technische Universität Dortmund (TU Dortmund), Germany (2023), funded by CAPES, focusing on communication, information, and citizenship, contributed to the proposal and conclusions of this study. This research sought to answer the following questions: What is the impact of the Covid-19 pandemic on the struggle for the achievement and maintenance of civil and political rights? What are the prospects for civic participation amid the significant economic and social transformations imposed by the pandemic? What are the potentialities, limits, and challenges of digital communication for popular mobilization following the Covid-19 pandemic? Addressing these and many other possible questions, this research analyzed the contemporary dynamics of social movements to estimate the potential of digital communication for civic participation in the context of the Covid-19 pandemic in Brazil. Specifically, we identified the mobilization strategies of social movements following the Covid-19 pandemic; characterized the digital communication strategies used by social movements after the onset of the pandemic, estimating their potential and limitations within the context imposed by the pandemic; analyzed the informational content that drove the digital activism of social movements during the pandemic; and pointed out perspectives and challenges for digital communication and activism in Brazil post-Covid-19 pandemic. As a theoretical and methodological contribution, we developed and proposed the classification of Brazilian social movements into Anti-Austerity Social Movements, Identity Affirmation Movements, and Anti-System Movements. This classification not only enriches the empirical studies conducted in this research—providing the basis for selecting the social movements that constitute the objects of study—but also offers a theoretical contribution to the field of Social Sciences by proposing a methodological framework that organizes Brazilian mobilizations around major themes which, although distinct, are not mutually exclusive, and are capable of articulating intersectionalities and hybridizations. The following social movements are the objects of this research: Ação da Cidadania, Greenpeace Brasil, and Levante Popular da Juventude. Using the Fanpage Karma tool, we extracted posts from the Facebook profiles of these social movements. The collection period corresponds to the first two years of the Covid-19 pandemic, precisely from March 12, 2020, to March 11, 2022. The 6,366 posts collected via Fanpage Karma underwent the steps of Coding, Categorization, and Inference, following Krippendorff's (2019), Content Analysis method and Pleyers' (2020) theoretical-methodological framework. Beyond the categories proposed by Pleyers (2020) to understand the repertoire of social movements during the Covid-19 pandemic—namely: 1) Protest actions; 2) Actions defending workers'

rights; 3) Mutual aid and solidarity actions; 4) Monitoring government actions; 5) Popular education and awareness-raising actions—the analyzed data supported the creation of two new categories that are fundamental for understanding the mobilization and digital communication strategies of social movements in Brazil: 6) Public communication actions and 7) Actions to maintain the movements' agendas. The analysis presented through the social movements Ação da Cidadania, Greenpeace Brasil, and Levante Popular da Juventude—treated here as empirical paradigms for understanding the proposed theme—contributes to comprehending the complex relationship between social movements, digital communication, and the impacts of the Covid-19 pandemic in Brazil. Through an analysis of the action repertoire of these social movements, we sought not only to describe the mobilization and communication strategies adopted by them but also to examine their broader implications for civic participation, political activism, and the public sphere. Throughout the research, we identified several factors influencing the dynamics of social movements during the pandemic. For example, we observed how social distancing restrictions and lockdown measures affected traditional forms of mobilization, pushing movements to explore digital alternatives to maintain their relevance and effectiveness; we analyzed the role of social media and online platforms in amplifying messages and forming coalitions and alliances among different groups and social movements; regarding digital communication strategies, we explored not only the informational content produced by social movements but also the engagement and mobilization tactics used to reach and involve the public - this included analyzing hashtag campaigns, viral videos, live streams, and other forms of online interaction that became prominent features of digital activism during the pandemic; we identified the limits and challenges associated with digital communication, such as the spread of misinformation, hate speech, and government surveillance - these issues highlighted the need for ethical and responsible approaches to the use of digital technologies in activism and social mobilization, as well as the importance of protecting freedom of expression and activists' privacy. Finally, we discussed the broader implications of these findings for the future of civic participation and activism in Brazil. We identified opportunities to strengthen and enhance digital communication as a tool to promote democracy, social justice, and human rights, while recognizing the challenges and uncertainties that may arise in the process.

Keywords: Digital Communication; Social Movements; Activism; Covid-19 Pandemic; Brazil.

LISTA DE QUADROS E TABELA

Quadro 1 - Quadro Síntese das Categorias de Movimentos Sociais no Brasil	50
Quadro 2 - Categorias de Análise do repertório de ação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19 propostas por Pleyers (2020)	54
Quadro 3 - Movimentos sociais selecionados como objetos de pesquisa	57
Quadro 4 - Categorias de Análise do repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil	64
Tabela 1 - Quantidade total de postagens analisadas	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1 e 2 - Uso dos recursos em postagens do Ação da Cidadania e recursos com mais engajamento	68
Gráficos 3 e 4 - Uso dos recursos em postagens do Greenpeace e recursos com mais engajamento	69
Gráficos 5 e 6 - Uso dos recursos em postagens do Levante Popular da Juventude e recursos com mais engajamento	70
Gráfico 7 - Frequência de postagem diária	72
Gráfico 8 - Distribuição das postagens com mais engajamento	73
Gráficos 9, 10 e 11 - Proporção de postagens sobre a pandemia	74
Gráfico 12 - Formas de protesto ao longo do período	76
Gráfico 13 - Distribuição das postagens nas categorias. Primeiro ano	78
Gráfico 14 - Distribuição das postagens nas categorias. Segundo ano	79
Gráfico 15 - Número de postagens em cada categoria	80
Gráfico 16 - Distribuição das postagens nas categorias de análise ao longo do período	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Projetação	82
Figuras 2A e 2B - Performances disruptivas	83
Figura 3 - Carreatas	85
Figura 4 - Manifestações com distanciamento	86
Figura 5 - Autocuidado	91
Figura 6 - Divulgação de resultados	94
Figura 7 - Parcerias e atuação em rede	95
Figura 8 - Cultura como apoio emocional	97
Figura 9 - Monitoramento ativo	101
Figura 10 - Críticas à políticos	103
Figuras 11 e 12 - Apoio às políticas de enfrentamento da pandemia	110
Figura 13 - Vacinação e expressão política	111
Figuras 14A e 14B - Funcionamento das instituições	112
Figura 15 - Nuvem de palavras e de <i>hashtags</i> do Ação da Cidadania	116
Figura 16 - Publicação do Greenpeace busca associar pandemia às suas pautas .	117
Figura 17 - Nuvem de palavras e de <i>hashtags</i> do Greenpeace	118
Figura 18 - Nuvem de palavras e de <i>hashtags</i> do Levante	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM PERCURSO HISTÓRICO	18
1.1 Movimentos sociais e a redemocratização política no Brasil e na América Latina	20
1.2 Movimentos sociais e o avanço do conservadorismo	25
1.3 Movimentos e contramovimentos sociais: repertórios de ação e a construção da cidadania	30
2. MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÕES E UMA NOVA PROPOSTA ANALÍTICA	33
2.1 Conceitos e Teorias Fundamentais sobre Movimentos Sociais	35
2.2 Um Panorama das Classificações sobre Movimentos Sociais	37
2.3 Proposta de Classificação para os Movimentos Sociais no Brasil	45
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO DIGITAL A PARTIR DA PANDEMIA DE COVID-19	67
5. ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL	78
5.1 Análise da Categoria Ações de Protestos	81
5.2 Análise da Categoria Ações em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores ...	88
5.3 Análise da Categoria Ações de Ajuda Mútua e Solidariedade	91
5.4 Análise da Categoria Ações de Monitoramento das Ações do Governo	98
5.5 Análise da Categoria Ações de Educação Popular e Conscientização	104
5.6 Análise da Categoria Ações de Comunicação Pública	106
5.7 Análise da Categoria Manutenção das Pautas do Movimento	113
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Esta introdução transcende o cumprimento de sua função protocolar. Em primeiro lugar, ela apresenta a pesquisa ora desenvolvida, delineando de forma clara seus objetivos, justificativas e a relevância acadêmica e social que a fundamentam. Estruturada como um trabalho original e inédito, este texto aborda de maneira crítica as intersecções entre comunicação, cidadania e movimentos sociais, campos de investigação que se destacam pela sua relevância e complexidade no cenário contemporâneo. O trabalho não se limita a contribuir para o avanço do conhecimento nessas áreas, mas também busca suscitar reflexões que ampliem o entendimento sobre os desafios e as potencialidades das dinâmicas comunicacionais no fortalecimento da cidadania e da mobilização coletiva.

Em segundo lugar, e com igual importância, esta introdução dedica-se a apresentar a trajetória acadêmica e científica da pesquisadora, destacando as experiências que culminaram na formulação desta pesquisa. O texto atende às exigências estabelecidas pelo Edital nº 17/2024 DTA FAAC, que dispõe que a “Tese de Livre-docência” deve sistematizar criticamente a obra do candidato, ou parte dela, ou apresentar uma contribuição original e inédita nos campos da ciência, das artes ou das humanidades, elaborada após o doutoramento. Nesse sentido, ao integrar elementos da minha trajetória pessoal e profissional, esta introdução evidencia o percurso trilhado para consolidar uma contribuição autoral, com ênfase nas relações entre comunicação, cidadania e participação social, eixo central deste concurso de Livre-docência na disciplina Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais.

Minha trajetória acadêmica e científica desde 2014, especialmente no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (PPGCom/UNESP) e do Grupo de Pesquisa Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (ComMov), fundamenta a concepção e o desenvolvimento da presente pesquisa. No âmbito do PPGCom e do ComMov, as investigações concentraram-se majoritariamente na análise das relações entre comunicação, cidadania e participação social no contexto brasileiro, enfatizando as dinâmicas midiáticas e os processos de mobilização coletiva. Esse campo de estudo, explorado de forma interdisciplinar, tem permitido o aprofundamento teórico e empírico sobre a complexidade dos desafios comunicacionais na construção da cidadania contemporânea.

Além das investigações desenvolvidas no Brasil, as experiências internacionais desempenharam um papel central na minha formação e na elaboração do presente texto. Em

2020, durante a realização do estágio de pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa¹, Portugal, com financiamento da Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, fomos surpreendidos pela pandemia de Covid-19 que trouxe mudanças drásticas no cotidiano global. Esse período foi particularmente significativo para minha trajetória acadêmica, pois foi a primeira vez em que questionei de forma aprofundada os impactos de uma crise global sobre a participação cidadã.

Durante os meses de confinamento em Lisboa, entre março e maio de 2020, observei atentamente os movimentos sociais portugueses e comecei a refletir sobre os limites e as possibilidades da comunicação digital na mobilização popular. O distanciamento social imposto pela crise sanitária evidenciou os desafios e as potencialidades das tecnologias digitais como ferramentas para sustentar as dinâmicas participativas e promover a articulação de demandas sociais. Essa vivência não apenas influenciou os rumos do meu trabalho de pós-doutoramento, mas também plantou as sementes para os questionamentos centrais que orientam a presente pesquisa.

O estudo realizado em Lisboa abordou, de maneira comparativa, as relações entre comunicação, cidadania e movimentos sociais no contexto português, destacando as singularidades históricas, culturais e políticas que moldam o campo da mobilização social naquele país. A oportunidade de conduzir a pesquisa em um ambiente internacional permitiu não apenas o acesso a novas perspectivas teóricas, mas também o contato direto com redes de pesquisa europeias, ampliando significativamente o alcance e a profundidade das análises.

Em 2023, a atuação como Professora Visitante Sênior no Erich Brost Institute for International Journalism, na Technische Universität Dortmund (TU Dortmund)², Alemanha, com financiamento da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, consolidou uma importante experiência de internacionalização na pesquisa. Nesse contexto, a pesquisa desenvolvida centrou-se na análise das intersecções entre comunicação, informação e cidadania, abordando as transformações nos ecossistemas midiáticos globais e seus impactos sobre a democracia e a participação. Essa vivência não apenas contribuiu para o aprimoramento

¹ Estágio de Pós-Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal. Pesquisa “Participação política e social na sociedade midiaticizada: análise da relação entre comunicação, cidadania e movimentos sociais em Portugal”. Período: fevereiro a agosto de 2020. Bolsa de Pesquisa no Exterior. Fapesp. Processo: 2019/16693-1. Vigência: 02/2020 a 06/2020.

² Professor Visitante Sênior. Bolsista Capes. Instituição receptora: Technische Universität Dortmund / Alemanha. Projeto “Communication and Democracy: Media Accountability, Public Service Media, Internet Access and the Right to Information in Germany and Brazil”. Processo: 88887.806077/2023-00. Vigência: 01/06/2023 a 31/12/2023.

teórico e metodológico desta pesquisa, mas também possibilitou o estabelecimento de parcerias acadêmicas e a inserção de perspectivas comparativas internacionais nas análises propostas.

As investigações, orientações e vivências internacionais não se limitam ao acúmulo de conhecimento, mas configuram uma base sólida e interdisciplinar para a proposta apresentada nesta “Tese de Livre-docência”. Soma-se à trajetória aqui delineada uma experiência de pesquisa particularmente relevante, financiada pela Fapesp, intitulada “Informação e Comunicação nos movimentos sociais a partir da pandemia de Covid-19: perspectivas e desafios para o ativismo no Brasil”³. Essa pesquisa, que abordou a importância da informação e da comunicação para os movimentos sociais e os impactos da pandemia sobre o ativismo no Brasil, tornou-se a base para o presente texto. A investigação revelou os desafios enfrentados pelos movimentos sociais em um cenário de profunda transformação digital e social, evidenciando a centralidade da comunicação e da informação no fortalecimento da cidadania e na articulação de demandas coletivas.

A partir de uma trajetória que integra pesquisa, docência e colaboração internacional, a reflexão ora apresentada busca avançar de forma original e crítica no entendimento das intersecções entre comunicação, cidadania e participação social com ênfase nos movimentos sociais.

A relação entre comunicação, cidadania e movimentos sociais é intrinsecamente histórica e dinâmica, atravessando um percurso marcado por transformações estruturais, culturais e tecnológicas. Esses três elementos, interconectados por dinâmicas de poder e resistência, assumem especial relevância no contexto contemporâneo, caracterizado pela convergência midiática e pelas complexas interações entre sociedade civil, instituições e tecnologias.

No campo da comunicação, observa-se que a prática comunicativa não se limita à transmissão de informações, mas desempenha um papel constitutivo na construção de identidades sociais e na articulação de demandas coletivas (Thompson, 1995). A cidadania, por sua vez, enquanto conceito historicamente situado, transcende o mero status jurídico para abarcar práticas sociais que expressam pertencimento, reivindicação de direitos e participação política (Marshall; Bottomore, 1992). Quando mobilizada em movimentos sociais, a

³ Auxílio Pesquisa/Projeto de Pesquisa Regular. Fapesp. Projeto “Informação e Comunicação nos movimentos sociais a partir da pandemia de Covid-19: perspectivas e desafios para o ativismo no Brasil”. Processo: 2021/04774-7. Vigência 02/2022 a 01/2024.

comunicação torna-se um catalisador essencial para a amplificação de vozes marginalizadas e para a articulação de demandas em escala local, nacional e global (Melucci, 1996).

A relevância acadêmica e social deste estudo encontra-se no entendimento de que a comunicação, em sua materialidade e simbologia, é um campo de disputa de poder (Thompson, 1995). Analisar como os movimentos sociais contemporâneos utilizam a comunicação para reconfigurar a cidadania e promover a transformação social é essencial para compreender os desafios e as possibilidades que emergem em um mundo cada vez mais interconectado, mas também profundamente desigual. Trata-se de um esforço interdisciplinar que dialoga com os desafios contemporâneos, buscando contribuir para os estudos acerca das complexidades que envolvem a relação entre comunicação, cidadania e movimentos sociais no século XXI.

Na última década, o potencial democratizador da comunicação digital somado às ações nas ruas, possibilitou visibilidade e conferiu voz a inúmeros movimentos sociais e ativistas e a sociedade global presenciou diversos protestos, manifestações, marchas e a mobilização popular em torno de causas variadas. Entretanto, a pandemia de Covid-19 alterou o percurso dos movimentos sociais a partir de 2020, interrompendo abruptamente os protestos nas ruas, as marchas, as manifestações e as reuniões costumeiras para se debater as demandas dos grupos sociais e traçar estratégias para a mobilização popular. Movimentos sociais emergem ou ganham força em momentos de crise, calamidades ou de forte repressão às liberdades individuais e coletivas e a pandemia de Covid-19 instaurou novas perspectivas e desafios para a participação cidadã, para a atuação dos movimentos sociais e para o ativismo.

A produção científica sobre o tema movimentos sociais e pandemia de Covid-19 abordada neste texto, sugere forte atividade de movimentos sociais desde 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o novo coronavírus uma pandemia. Em seu artigo “A Pandemia é um campo de batalha. Movimentos sociais no bloqueio Covid-19” (tradução nossa), Pleyers (2020) analisa a atuação de movimentos sociais em diferentes países durante o período de bloqueio, que equivale às chamadas quarentenas ou estados de calamidade e de emergência decretados por diversos países. Os estudos realizados por Pleyers indicam que, de maneira global, os movimentos sociais concentraram suas ações em cinco frentes: “protestos (que ressurgiram em alguns países apesar dos riscos sanitários); defesa dos direitos dos trabalhadores; ajuda mútua e solidariedade; monitoramento das ações do governo e educação popular e conscientização” (Pleyers, 2020, p. 02).

Os movimentos sociais, em contextos de crise, têm demonstrado uma grande capacidade de adaptação, como apontado por Della Porta (2020, p. 04). Durante a pandemia de Covid-19, o papel dessas organizações ultrapassou as tradicionais formas de protesto e reivindicação

política, assumindo uma função prática de apoio mútuo e promoção de ações sociais diretas. Nesse cenário, as insuficiências estruturais do Estado e do mercado evidenciaram a importância dos movimentos sociais enquanto espaços de resistência e solidariedade, essenciais para a manutenção da democracia em tempos de crise. A construção de vínculos solidários não só promoveu a coesão social em contextos de vulnerabilidade, mas também reafirmou o papel da cidadania ativa como um pilar indispensável para a sobrevivência democrática.

A análise de Della Porta encontra base nos estudos de Castells (2013), que examina o desempenho dos movimentos sociais contemporâneos à luz da conexão multimodal entre redes off-line e online. A integração dessas dimensões permitiu que os movimentos sociais transcendam as barreiras físicas e temporais, potencializando sua capacidade de mobilização em cenários de distanciamento social, como o imposto pela pandemia. Castells enfatiza que, embora os movimentos sociais não dependam exclusivamente da internet para sua existência, o ambiente digital oferece um espaço inédito de interação e articulação, facilitando o ativismo e fortalecendo as redes de solidariedade em momentos de crise.

A pandemia evidenciou que a informação é um insumo essencial para o ativismo digital, funcionando como um elo para a articulação de redes de apoio e colaboração. Nesse contexto, a comunicação digital não apenas ampliou o alcance das ações dos movimentos sociais, mas também se tornou um instrumento indispensável para a manutenção da coesão entre os indivíduos que compõem essas redes. A circulação de informações por meio de plataformas digitais permitiu a coordenação de esforços, a disseminação de pautas e a criação de novas formas de engajamento, que se revelaram fundamentais para a sobrevivência dos movimentos em um cenário marcado pela incerteza e pela fragmentação.

A articulação entre redes digitais e a ação fora das redes aponta para um modelo híbrido de mobilização social, que combina elementos da tradição com as inovações tecnológicas. Castells (2013) ressalta que essa conexão entre os espaços físicos e virtuais redefine as dinâmicas dos movimentos sociais, oferecendo novas possibilidades de interação e visibilidade, mas também impondo desafios relacionados ao controle algorítmico, à vigilância e à desinformação. Nesse sentido, a pandemia funcionou como um acelerador de tendências preexistentes, expondo tanto o potencial transformador quanto as limitações do ativismo digital.

Os movimentos sociais contemporâneos, portanto, encontram-se em um ponto de inflexão, em que a comunicação digital emerge como uma ferramenta indispensável para a mobilização, a solidariedade e a resistência. As análises de Della Porta (2020) e Castells (2013) evidenciam que, mesmo em contextos de crise, os movimentos sociais continuam a

desempenhar um papel fundamental na construção de alternativas democráticas, reforçando os vínculos de cidadania ativa e ampliando os horizontes das lutas por justiça social e equidade.

Conjugando das perspectivas de Harvey (2020), Della Porta (2020) e Pleyers (2020) que consideram que a crise provocada pela pandemia de Covid-19 deve ser tratada como um momento de ruptura que trará mudanças significativas em nossas vidas e nossas sociedades; considerando a fundamental importância da participação cidadã e da atuação dos movimentos sociais para garantir os valores democráticos das sociedades contemporâneas e, assumindo que informação e comunicação são essenciais para legitimar as demandas dos movimentos sociais e ampliar seu alcance na sociedade, alguns questionamentos se fazem pertinentes: 1) qual é o impacto da pandemia de Covid-19 na luta pelo alcance e manutenção dos direitos civis e políticos? 2) Quais são as perspectivas para a participação cidadã frente as grandes transformações econômicas e sociais impostas pela pandemia? 3) Qual o potencial, limites e desafios da comunicação digital para a mobilização popular a partir da pandemia de Covid-19?

Diante destes e de muitos outros questionamentos possíveis, esta pesquisa analisou a dinâmica contemporânea de movimentos sociais para estimar o potencial da comunicação digital para a participação cidadã, a partir da pandemia de Covid-19 no Brasil. Especificamente: identificamos as estratégias de mobilização dos movimentos sociais a partir da pandemia de Covid-19; caracterizamos as estratégias de comunicação digital utilizadas pelos movimentos sociais depois do advento da pandemia de Covid-19, estimando seu potencial e limites a partir da realidade imposta pela pandemia; analisamos os conteúdos informacionais que conduziram o ativismo digital dos movimentos sociais a partir da pandemia de Covid-19; e indicamos perspectivas e desafios para a comunicação digital e para o ativismo no Brasil a partir da pandemia de Covid-19.

Para selecionar os movimentos sociais que comporiam os objetos da pesquisa, procedemos ao estudo das teorias clássicas de movimentos sociais que enfatizam aspectos culturais, recursos e estruturas políticas, o contexto em que foram propostas, bem como sua recepção no cenário brasileiro no período da redemocratização política brasileira (Bringel; Teixeira, 2015; Scherer-Warren; Luchman, 2015).

Após revisitar teorias clássicas sobre movimentos sociais, direcionamos nosso estudo para os conceitos e as classificações existentes, buscando subsídios para selecionar movimentos que pudessem ser representativos das demandas de diferentes grupos sociais brasileiros. Nesse processo, analisamos propostas de classificação e entre elas algumas de destaque na literatura: as brasileiras Gohn (2011) e Scherer-Warren (2006; 2014) e a portuguesa Campos et al. (2016). No entanto, ao examinar essas contribuições, percebemos a necessidade de ir além e

sistematizar as informações e características dos movimentos sociais brasileiros em uma nova classificação. Nossa missão, então, foi desenvolver uma categorização que pudesse orientar a seleção de movimentos sociais a serem incluídos como objetos da pesquisa, garantindo que representassem a multiplicidade de temas e sujeitos políticos que caracterizam o ativismo no Brasil.

Para proceder à classificação, nos baseamos nas contribuições de Piedade (1977) e Araújo (2006), cujas abordagens forneceram fundamentos teóricos importantes para a organização de requisitos classificatórios acerca das pautas e demandas dos movimentos sociais brasileiros. Identificamos que a atuação desses movimentos pode ser agrupada em torno de três grandes eixos temáticos que englobam questões sociais diversas e interligadas. Assim, propomos a seguinte classificação: Movimentos Sociais Antiausteridade - esses movimentos se opõem a políticas econômicas restritivas que ampliam desigualdades e exclusão social, frequentemente ligadas a agendas neoliberais. Com foco na rejeição de medidas que prejudicam o bem-estar da população, especialmente os mais vulneráveis, suas demandas abrangem questões como moradia, educação, emprego, renda, saúde e segurança; Movimentos Sociais de Afirmação Identitária - lutam pela autonomia e reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas, como raça, etnia, gênero, sexualidade, religião, meio ambiente, entre outros. Esses movimentos constroem identidades coletivas por meio de práticas simbólicas e culturais, buscando transformar normas sociais e ampliar direitos; Movimentos Sociais Antissistema - criticam as estruturas que sustentam o sistema dominante, incluindo o capitalismo, o neoliberalismo e, em alguns casos, a democracia representativa.

Essa categorização reforça a relevância acadêmica e social de investigações voltadas à interseção entre comunicação, cidadania e movimentos sociais no Brasil e organiza, de maneira sistemática e objetiva, as diversas demandas e pautas que emergem no cenário nacional. Ao agrupar os movimentos sociais em categorias como antiausteridade, afirmação identitária e antissistema, a categorização oferece uma estrutura que facilita a análise das complexas relações entre os movimentos sociais e os meios de comunicação, evidenciando como diferentes pautas se articulam e se difundem no espaço público e destaca a interseccionalidade das lutas sociais no Brasil, um país marcado por profundas desigualdades estruturais e uma diversidade cultural e política significativa, permitindo que essas dinâmicas sejam compreendidas em seus contextos históricos, culturais e sociais.

Após elaborar a presente classificação de movimentos sociais, procedeu-se a seleção dos movimentos objetos da pesquisa. Todo processo está detalhado no Capítulo 3 – Procedimentos Metodológicos. Os movimentos sociais, paradigmas empíricos desta pesquisa

são: Ação da Cidadania (<https://www.facebook.com/acaodacidadania/> movimento antiausteridade, representante dos movimentos contra a fome e do combate a pobreza); Greenpeace Brasil (<https://www.facebook.com/GreenpeaceBrasil> movimento de afirmação identitária, representante dos movimentos socioambientais); e Levante Popular da Juventude (<https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude> movimento antissistema, representante dos movimentos em prol da justiça social).

Para responder às perguntas que nortearam este estudo e atingir os objetivos propostos, com o auxílio da ferramenta Fanpage Karma, realizamos a extração das postagens no perfil do Facebook dos movimentos sociais. O período de coleta corresponde aos dois primeiros anos de pandemia de Covid-19, exatamente de 12 de março de 2020 a 11 de março de 2022. As 6.366 postagens coletadas via Fanpage Karma passaram pelas etapas de Codificação, Categorização e Inferência, de acordo com o método de Análise de Conteúdo de Krippendorff (2019), seguindo o referencial teórico-metodológico de Pleyers (2020). Para além das categorias previstas na proposta de Pleyers (2020) para compreender o repertório de ação dos movimentos sociais na pandemia de Covid-19, quais sejam: 1) Ações de protestos; 2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores; 3) Ações de ajuda mútua e solidariedade; 4) Ações de monitoramento das ações do governo; 5) Ações de educação popular e conscientização; os dados analisados ofereceram subsídio para a criação de duas novas categorias e que nos parece fundamental para pensar as estratégias de mobilização e comunicação digital dos movimentos sociais no Brasil: 6) Ações de comunicação pública e 7) Ações de manutenção das pautas dos movimentos.

A organização dos capítulos reflete uma abordagem progressiva, que combina reflexões teóricas e análises empíricas. O Capítulo 1, intitulado Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais: Um Percorso Histórico, apresenta um panorama histórico dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, destacando a resistência política como dimensão simbólica fundamental. Esse capítulo estabelece as bases históricas para as discussões subsequentes.

No Capítulo 2, Movimentos Sociais: Conceitos, Classificações e Uma Nova Proposta Analítica, é realizada uma revisão crítica das teorias clássicas e contemporâneas sobre movimentos sociais, propondo uma classificação específica para o contexto brasileiro. Essa proposta analítica é um dos principais aportes teóricos da pesquisa.

O Capítulo 3, Procedimentos Metodológicos, detalha a abordagem metodológica adotada, incluindo os métodos de coleta e análise de dados utilizados para investigar as estratégias de mobilização e comunicação digital dos movimentos sociais. Essa seção destaca a triangulação de técnicas quantitativas e qualitativas, com ênfase na análise de conteúdo.

No Capítulo 4, Estratégias de Mobilização e Comunicação Digital a Partir da Pandemia de Covid-19, a pesquisa apresenta uma análise empírica detalhada das estratégias e conteúdos informacionais utilizados pelos movimentos sociais no Brasil durante a pandemia. Este capítulo combina análises quantitativas e qualitativas, destacando as práticas mais efetivas e os desafios enfrentados.

O Capítulo 5, Análise do Repertório de Ação dos Movimentos Sociais Durante a Pandemia de Covid-19 no Brasil, apresenta uma análise das sete categorias de ação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19, sintetiza os achados da pesquisa e discute suas implicações para o futuro da mobilização social no país.

Os resultados desta pesquisa sugerem que a comunicação digital desempenhou um papel central na transformação dos repertórios de mobilização dos movimentos sociais durante a pandemia. A utilização estratégica de plataformas digitais para organização de protestos, disseminação de informações e articulação de redes transnacionais ampliou o alcance das demandas sociais, demonstrando a potencialidade das tecnologias digitais como ferramentas de mobilização e engajamento. Contudo, a pesquisa também revelou limitações importantes, como a fragmentação do debate público e as desigualdades no acesso às tecnologias, fatores que comprometem tanto a inclusão quanto a efetividade das mobilizações sociais.

Os resultados ressaltam os desafios emergentes que cercam a comunicação digital, como o combate à desinformação e a necessidade urgente de criar espaços mais democráticos para o debate público. Esses desafios não apenas evidenciam as tensões intrínsecas ao ambiente digital, mas também oferecem oportunidades significativas para repensar a cidadania no Brasil e aponta para as implicações mais amplas das dinâmicas entre comunicação digital, cidadania e movimentos sociais no futuro do ativismo no Brasil. Os achados sugerem caminhos promissores para o fortalecimento da democracia e da participação cidadã, mas também alertam para a necessidade de enfrentar barreiras estruturais, como as disparidades no acesso e na literacia digital. A promoção de um ambiente digital que privilegie a qualidade da informação e a diversidade de perspectivas demanda um esforço coletivo e contínuo, reafirmando o papel da comunicação como elemento central na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Com isso, conclui-se que a comunicação digital, mesmo em meio a desafios e contradições, possui um potencial transformador capaz de redefinir os contornos da cidadania e do ativismo na contemporaneidade. Esta pesquisa, ao abordar essas questões, reafirma o compromisso acadêmico com a análise crítica e com a proposição de caminhos que contribuam para a democratização da comunicação nas dinâmicas sociais no Brasil.

1. COMUNICAÇÃO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM PERCURSO HISTÓRICO

Os movimentos sociais são expressões históricas de resistência e transformação, configurando-se como atores fundamentais na luta por direitos, na construção da cidadania e na consolidação da democracia. No contexto da América Latina e do Brasil, suas trajetórias são intrinsecamente ligadas aos processos de enfrentamento de regimes autoritários, às estruturas de desigualdade e às disputas por espaço na esfera pública. Este capítulo, enquanto marco inicial da pesquisa ora apresentada, busca situar os movimentos sociais em sua historicidade, ressaltando a relação complexa entre suas dimensões performáticas, os repertórios de ação e as dinâmicas sociopolíticas que atravessam o continente.

Antes de avançarmos para a análise das dinâmicas contemporâneas dos movimentos sociais e do impacto da comunicação digital na participação cidadã, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, é imprescindível observar o percurso histórico que antecede tais fenômenos. A história dos movimentos sociais é, em grande medida, a história de resistências e lutas coletivas contra regimes autoritários que, ao longo do século XX, buscaram suprimir as vozes das classes populares, reforçar privilégios das elites econômicas e políticas e perpetuar formas estruturais de exclusão. Assim, compreender esses movimentos implica reconhecer o papel central que desempenharam na reconfiguração das relações entre Estado, sociedade civil e democracia.

O pano de fundo dessa análise é a América Latina, uma região marcada por profundas contradições. Se, por um lado, abrigou algumas das experiências mais drásticas de autoritarismo e repressão, por outro, testemunhou mobilizações históricas que moldaram paradigmas de resistência e participação cidadã. A partir das décadas de 1960 e 1970, quando boa parte da população da região vivia sob regimes militares, até as transições democráticas das décadas seguintes, os movimentos sociais atuaram como protagonistas na construção de uma esfera pública capaz de refletir as demandas das classes populares, muitas vezes marginalizadas pelo sistema político dominante.

No entanto, essa trajetória não se limita a uma leitura linear. O percurso dos movimentos sociais é marcado por contradições e tensões, refletidas tanto em suas práticas como em seus desafios frente às mudanças políticas e econômicas. A dimensão performática desses movimentos, expressa nos repertórios de ação que vão das mobilizações de rua às articulações digitais contemporâneas, revela como as estratégias de contestação não apenas respondem aos

contextos, mas também os reconfiguram. Esse aspecto performático, essencial para a análise proposta neste capítulo, evidencia como os movimentos sociais operam na construção de narrativas que desafiam as hegemonias culturais e políticas.

Outro elemento central na análise é o papel da comunicação, não como mero instrumento estratégico, mas como um campo de disputa simbólica onde se constroem legitimidades e se mediam as relações entre os diferentes atores sociais. Os movimentos sociais, historicamente, têm utilizado a comunicação para publicizar suas demandas, negociar identidades coletivas e intervir na esfera pública, configurando-a como um espaço de negociação de direitos e justiça social. Ao mesmo tempo, a comunicação política contemporânea, marcada por dinâmicas de polarização e contramovimentos, reforça os desafios enfrentados por esses movimentos, ao transformar a esfera pública em um palco de disputas acirradas por significados.

Dessa maneira, este capítulo propõe uma reflexão sobre os movimentos sociais no Brasil, articulando suas dimensões histórica e performática com movimentos sociais latino americanos e os processos de redemocratização política no continente. O objetivo é construir uma base que permita compreender não apenas a trajetória desses movimentos, mas também sua relevância contemporânea nos processos de participação cidadã e na construção de alternativas democráticas em um cenário global cada vez mais marcado pela complexidade e pela interseccionalidade das lutas sociais. Essa perspectiva se torna ainda mais relevante diante da necessidade de, nos capítulos subsequentes, explorar a construção de conceitos, classificações e uma nova categorização para os movimentos sociais brasileiros, bem como os impactos da comunicação digital para o ativismo contemporâneo.

Portanto, ao revisitar o percurso histórico dos movimentos sociais, refletimos sobre como suas ações moldaram e continuam a moldar as formas de participação social e política, especialmente em contextos de crise e transformação. A análise aqui apresentada é um convite ao debate sobre os desafios e as possibilidades que emergem quando os movimentos sociais se confrontam com estruturas de poder profundamente arraigadas, ao mesmo tempo em que são protagonistas na ampliação das fronteiras da democracia e da cidadania no continente e especialmente no Brasil.

1.1 Movimentos sociais e a redemocratização política no Brasil e na América Latina

Ao longo do século XX, o continente latino-americano foi marcado por uma trajetória de ditaduras e regimes autoritários que se instauraram como resposta sistemática às tensões sociais e políticas da região (Fico et al., 2008). Essas formas de governo não apenas emergiram como estratégias repressivas contra movimentos sociais que buscavam transformação e justiça social, mas também como instrumentos para impedir a ascensão de governos identificados com políticas progressistas ou mudanças estruturais consideradas radicais pelas elites dominantes. Segundo Prado (1996), na década de 1960, cerca de dois terços da população latino-americana viviam sob regimes militares instaurados por golpes de Estado, evidenciando a amplitude e a força desse fenômeno autoritário.

Esses regimes autoritários, sustentados por práticas de repressão violenta e sistemática, não apenas neutralizavam movimentos sociais e desarticulavam a oposição política, mas também consolidavam o poder das elites econômicas e políticas. A violência institucionalizada era empregada para garantir o poder das classes dominantes e perpetuar estruturas sociais profundamente desiguais. Contudo, os impactos do autoritarismo ultrapassavam a esfera política e econômica, configurando-se como um processo de moldagem cultural que perpetuava valores e mentalidades excludentes. A ideologia predominante, sustentada por práticas autoritárias, fomentava narrativas que justificavam privilégios com base em desigualdades estruturais.

Esse panorama autoritário configurava-se como uma verdadeira engrenagem de exclusão, na qual a repressão política, a marginalização cultural e a desigualdade econômica convergiam para manter as populações mais vulneráveis em uma posição de subordinação. Ao mesmo tempo, a resistência dos movimentos sociais, embora frequentemente sufocada pela violência estatal, tornava-se um espaço de luta simbólica e material, desafiando as estruturas que perpetuavam o domínio das elites e propondo alternativas que visavam a construção de sociedades mais justas e democráticas.

Nos anos de 1980, o panorama não era muito diferente embora já aparecessem sinais de mudanças. A redemocratização acenava com um cenário no qual, finalmente, se acreditava que a democracia se consolidaria no continente (Espíñera Gonzalez, Uzêda da Cruz, 2018). No Brasil, alguns sinais confirmavam essa tendência: o movimento “Diretas já” de abril de 1984; a chegada de um civil no comando do país em 1985; a aprovação da denominada Constituição cidadã em 1988; e a eleição presidencial de 1989 na qual se aceitou o voto universal pela

primeira vez desde a época da colônia, projetavam novos rumos nos quais a sociedade civil poderia agir de maneira mais ativa dando um novo protagonismo aos movimentos sociais.

Nos anos 1990, com a democracia consolidada em grande parte da América Latina, emergiu uma ruptura significativa no cenário político e social da região. Essa ruptura foi marcada pelo crescimento de movimentos sociais que buscavam transformar as estruturas socioeconômicas dos países, ainda profundamente afetados pelas desigualdades geradas pelas crises econômicas anteriores. Apesar da institucionalização de muitos desses movimentos, as manifestações de descontentamento das classes menos favorecidas continuavam a ocupar as ruas como um espaço central de contestação (Klachko, 2015).

A persistência dessas mobilizações revelou a insatisfação com o funcionamento do Estado no período pós-redemocratização e desencadeou eventos políticos de grande impacto, como os impeachments de Fernando Collor no Brasil, em 1992, Raul Cubas no Paraguai, em 1999, Abdalá Bucaram no Equador, em 1997, e Carlos Andrés Pérez na Venezuela, em 1993. Apesar da radicalidade desses episódios, que envolveram a destituição de presidentes eleitos, as democracias da região mostraram capacidade de sobrevivência, ainda que enfrentassem desafios profundos.

Esse contexto de contínuas crises e manifestações torna importante analisar o funcionamento das instituições no período pós-redemocratização e identificar os grupos mais beneficiados por suas dinâmicas. De modo geral, embora houvesse variações entre os países, um padrão comum era evidente: enquanto as classes menos favorecidas utilizavam as ruas para reivindicar mudanças e defender seus direitos, as elites econômicas e políticas se consolidavam no controle dos legislativos. Estas elites, com uma concepção própria e restritiva do que seria o funcionamento ideal da democracia, frequentemente resistiam a transformações estruturais que ameaçassem seus privilégios. Temas como a reforma agrária, tão caros aos movimentos indígenas e camponeses, exemplificam essa resistência sistemática a mudanças que pudessem alterar as bases de poder e desigualdade que historicamente definiram a região.

Durante os anos 2000, a reação contra o neoliberalismo na América Latina consolidou-se na chamada “onda rosa”, um movimento político marcado pela ascensão de governos progressistas comprometidos com a redução das desigualdades sociais e políticas. Esse processo teve início no final da década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, simbolizando uma ruptura com as políticas neoliberais predominantes. Em seguida, líderes como Ricardo Lagos no Chile (2000), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005) e Rafael Correa no Equador (2007) chegaram ao poder, consolidando uma nova

configuração política na região. Esses governos progressistas adotaram medidas que visavam enfrentar a pobreza, a miséria e as desigualdades, além de fortalecerem o diálogo com movimentos sociais, que se tornaram aliados estratégicos na formulação e implementação de políticas públicas inclusivas.

Apesar de seus avanços, os governos da “onda rosa” não conseguiram romper completamente com a lógica do neoliberalismo, que continuou a influenciar as estruturas econômicas e políticas da região. O neoliberalismo, marcado por sua defesa da primazia do mercado e pela centralidade das finanças na economia, vai além das questões puramente econômicas. Ele influencia comportamentos e valores, promovendo uma visão que prioriza o individualismo e enfraquece a legitimidade de ações coletivas e comunitárias (Wacquant, 2012; Laval e Dardot, 2016). Nesse contexto, questões de interesse econômico, especialmente as relacionadas ao capital financeiro e ao comércio global, continuaram a ser priorizadas em detrimento de pautas sociais, ambientais e distributivas. Essa inversão de valores, que coloca o mercado acima do bem-estar coletivo, contribuiu para limitar a capacidade dos governos progressistas de realizar transformações estruturais.

Um dos mecanismos mais evidentes dessa limitação foi o esvaziamento das instâncias participativas do Estado, que, historicamente, haviam servido como espaços de articulação entre a sociedade civil e o poder público. Com a falta de respostas concretas às demandas populares, a motivação para a participação política foi enfraquecida, comprometendo a capacidade dos movimentos sociais de exercer pressão significativa sobre o Estado. Esse fenômeno pode ser observado no Brasil, onde, mesmo sob governos progressistas, práticas neoliberais herdadas de administrações anteriores não foram completamente abandonadas (Fuser, 2019). Reformas como as da previdência e da legislação trabalhista foram implementadas, resultando em retrocessos significativos para os trabalhadores, sem a mobilização popular necessária para frear tais medidas.

Essas contradições expõem as limitações da “onda rosa” em superar o legado neoliberal. Por um lado, esses governos ampliaram o acesso a direitos e promoveram a inclusão social de grupos historicamente marginalizados, gerando importantes avanços em indicadores sociais. Por outro lado, ao manterem aspectos centrais das políticas neoliberais, como a austeridade fiscal e a financeirização da economia, criaram condições para a perpetuação de desigualdades estruturais e para a fragilização das instâncias participativas. Esse quadro evidencia não apenas a resiliência do neoliberalismo, mas também os desafios enfrentados pelos governos progressistas para consolidar modelos democráticos que efetivamente combinem justiça social e participação cidadã.

Os movimentos sociais, em sua maioria, foram desarticulados ao longo dos anos, principalmente devido ao fato de que muitos de seus líderes passaram a ocupar cargos públicos, o que os afastou das bases populares e reduziu sua capacidade de mobilização direta. Esse enfraquecimento abriu caminho para que discursos e narrativas conservadoras, sustentadas por uma suposta moralidade, ganhassem força. Essas narrativas frequentemente condenavam as práticas participativas dos setores mais vulneráveis da sociedade, acusando-os de antidemocráticos e de promoverem o caos, o que deslegitimava suas reivindicações e desarticulava sua atuação política (Fry, 2020).

Paralelamente, observou-se um processo de despolitização da sociedade impulsionado pelo desmonte de mecanismos institucionais de participação e negociação, bem como pela retirada progressiva de garantias e direitos sociais. Esse cenário resultou na desmobilização de muitos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo consolidava seu discurso. Por meio de uma retórica que exaltava o individualismo e desconsiderava o coletivo, elites financeiras e setores conservadores utilizaram o neoliberalismo como uma ferramenta ideológica para combater os movimentos sociais e os direitos conquistados ao longo de décadas de luta (Fry, 2020).

Embora os governos progressistas que emergiram na América Latina durante o período conhecido como “onda rosa” tenham enfrentado o neoliberalismo, é importante destacar que esses governos não eram essencialmente anticapitalistas, mas sim anti-neoliberais. Suas políticas se caracterizaram por uma institucionalização das demandas sociais, muitas vezes limitada e pacífica, que visava combater problemas estruturais sem desafiar profundamente o modelo econômico vigente. Essa abordagem resultou em uma desmobilização parcial dos movimentos sociais, já que algumas de suas demandas foram atendidas, reduzindo a pressão sobre o Estado. Além disso, líderes desses governos, como José Mujica, Evo Morales, Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, adquiriram projeção internacional, sendo frequentemente reconhecidos por sua liderança carismática e por suas políticas públicas inclusivas (Pleyers, 2018).

Apesar desse cenário, os movimentos sociais não desapareceram nem permaneceram inativos. Continuaram reivindicando seu papel de interlocutores entre a sociedade civil e o Estado, mesmo diante de uma forte propaganda contrária. Narrativas conservadoras disseminaram a ideia de que essas organizações eram responsáveis por crises econômicas, como a inflação, e por introduzirem pautas consideradas alheias ao cotidiano das pessoas. Esse esforço para deslegitimar os movimentos sociais visava reforçar a hegemonia neoliberal, que se alinhava ao individualismo e às pautas das elites econômicas e políticas.

Diante disso, muitos movimentos sociais na América Latina começaram a questionar a capacidade do Estado e dos partidos políticos de promover mudanças estruturais radicais. Percebendo que as pautas neoliberais permaneciam centrais, mesmo em governos progressistas, os movimentos diversificaram suas demandas e adotaram novas estratégias. A mudança nas prioridades pode ser observada em movimentos históricos, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que em 2019 lutava não apenas pela reforma agrária, mas também pelos direitos civis, sociais e ambientais, incluindo trabalho, moradia, educação e saúde.

De forma similar, os Zapatistas no México ampliaram suas preocupações para além da posse da terra, desenvolvendo práticas de agricultura agroecológica que eliminavam o uso de pesticidas e valorizavam as sementes nativas, buscando alinhar a produção agrícola a princípios sustentáveis e comunitários (Brancaleone, 2019). Na Guatemala, movimentos contra as imposições do Fundo Monetário Internacional que desejava aumentar impostos e a energia elétrica, receberam o apoio dos maias. Honduras, Panamá e praticamente todos os países da América Central se incorporaram no combate contra o neoliberalismo. Esses exemplos ilustram como os movimentos sociais passaram a articular novas agendas que vão além de suas demandas tradicionais, adaptando-se aos desafios contemporâneos e às mudanças no contexto político e econômico da região.

O período pós-redemocratização na América Latina revelou uma crescente polarização entre os setores conservadores, que detinham o poder político e econômico, e os setores populares, que buscavam transformar a democracia formal em uma democracia inclusiva. Os conservadores, frequentemente alinhados a pautas tradicionais, como a defesa da família e o reforço de valores moralistas, viam nas demandas populares uma ameaça direta à manutenção de seus privilégios e ao *status quo*. Em contrapartida, os movimentos sociais e outros setores populares passaram a promover pautas que buscavam ampliar a democracia, abordando questões como direitos humanos, igualdade de gênero, justiça racial e preservação ambiental. Essas pautas não apenas contestavam estruturas de poder, mas também exigiam a redistribuição de recursos e a criação de mecanismos institucionais mais inclusivos (Dagnino, 2002).

O progressismo político, que se consolidou em diversos países latino-americanos durante os primeiros 15 anos do século XXI, foi um reflexo da força desses movimentos sociais e do crescente descontentamento popular com as políticas neoliberais que haviam predominado nas décadas de 1980 e 1990. Governos como os de Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Cristina Kirchner na Argentina, Lula da Silva no Brasil e José Mujica no Uruguai implementaram políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais, ampliação dos direitos civis e maior integração entre Estado e sociedade civil. Essas políticas

representaram avanços significativos em áreas como educação, saúde, combate à pobreza e inclusão social, além de fortalecerem a interlocução entre o Estado e os movimentos sociais (Singer, 2012; Pleyers, 2018).

No entanto, esse ciclo progressista começou a apresentar sinais de declínio a partir de 2015, intensificando-se após 2018, com o avanço de movimentos conservadores e a ascensão de governos de extrema direita. Esses governos, frequentemente eleitos com discursos de moralização e combate à corrupção, representaram uma reação ao progressismo anterior, utilizando narrativas que deslegitimavam as políticas inclusivas e os movimentos sociais como “ameaças à ordem”. O caso do Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, simboliza essa virada conservadora, marcada pelo retorno de uma agenda neoliberal radical e pela retração de direitos conquistados (Ferreira, 2022).

Esse contexto de declínio do progressismo e avanço do conservadorismo reforça a necessidade de analisar como os movimentos sociais têm se adaptado e resistido a essas transformações. Mais do que nunca, a compreensão das dinâmicas históricas, culturais e estruturais que moldam a atuação desses movimentos torna-se essencial para entender o papel deles na construção de uma democracia efetivamente participativa e substantiva na região.

1.2 Movimentos sociais e o avanço do conservadorismo

O avanço do conservadorismo na América Latina está intimamente ligado ao esgotamento do ciclo progressista que caracterizou a região nas duas primeiras décadas do século XXI. Durante os governos progressistas, houve avanços significativos na redução da pobreza e da desigualdade, bem como melhorias em indicadores de saúde, educação e inclusão social. Esses governos promoveram a participação de lideranças oriundas de movimentos sociais em instâncias de poder, ampliando a interlocução entre Estado e sociedade civil. Políticas públicas voltadas para mitigar as históricas desigualdades na América Latina foram implementadas, mas sua sustentação estava diretamente associada a um contexto econômico favorável. Durante os primeiros anos do século XXI, as exportações de recursos naturais geraram receitas suficientes para financiar políticas sociais e reduzir as tensões sociais sem colocar em xeque as estruturas econômicas vigentes.

Contudo, essa prosperidade revelou-se frágil e altamente dependente do mercado externo. A crise financeira global de 2007-2008, desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, teve efeitos devastadores na economia mundial. O retorno do

desemprego, a retração das políticas públicas de cunho social e a estagnação econômica abalaram as bases sobre as quais os governos progressistas haviam construído sua legitimidade. Os avanços obtidos durante o ciclo progressista, embora relevantes, foram insuficientes para transformar de forma estrutural as desigualdades econômicas e sociais da região. Reformas essenciais, como a tributária e outras voltadas para o reconhecimento de direitos de povos originários, movimentos feministas e LGBTQIA+, ficaram incompletas ou sequer foram implementadas, evidenciando as limitações dos governos progressistas em enfrentar os interesses das elites econômicas e políticas que historicamente dominam o continente (Ferreira, 2022).

Esse cenário de frustrações sociais e estagnação econômica foi ampliado por campanhas sistemáticas dos meios de comunicação que promoveram narrativas contrárias aos governos progressistas (Campo; Crowder-Taraborrelli, 2018). Essas campanhas reforçaram a percepção de que mudanças de rumo nas políticas públicas eram necessárias, criando um clima favorável ao retorno de grupos conservadores ao poder. Esses setores, que nunca desapareceram, aproveitaram a desarticulação de muitos movimentos sociais – fragilizados pela incorporação de seus líderes ao aparelho de Estado e pela dificuldade de mobilização em um contexto de retração econômica – para avançar uma agenda de reformas neoliberais mais radicais.

Com o enfraquecimento dos governos progressistas, observou-se uma onda de eleições que levaram ao poder lideranças identificadas com um neoliberalismo radical. Presidentes como Mauricio Macri na Argentina (2015-2018), Lenín Moreno no Equador (2017-2021), Pedro Paulo Kuczynski no Peru (2016-2018), Jeanine Añez na Bolívia (2019-2020), Michel Temer no Brasil (2016-2018) e Jair Bolsonaro, também no Brasil (2019-2022), representaram um retorno ao modelo neoliberal, agora mais agressivo e hostil aos setores populares. Essas lideranças ressuscitaram práticas e discursos que desfavoreciam abertamente as classes menos favorecidas, incorporando frequentemente falas de cunho racista, preconceituoso e autoritário, que deslegitimavam tanto os avanços obtidos nos governos progressistas quanto os movimentos sociais que os sustentaram.

Nesse novo contexto, a concepção de políticas públicas mudou substancialmente. A ideia de um Estado interventor, comprometido com a solução de problemas sociais, foi substituída pela visão de um Estado enxuto, voltado para a estabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas, mesmo que isso significasse abandonar programas sociais que haviam reduzido desigualdades e ampliado direitos. Essa reorientação aprofundou o distanciamento entre Estado e sociedade civil, ampliando a exclusão de grupos historicamente marginalizados e gerando novos desafios para os movimentos sociais.

O avanço conservador na América Latina representa um ponto de inflexão para os movimentos sociais, expondo-os a um cenário de intensificação das desigualdades políticas e sociais. Sob governos alinhados a agendas neoliberais, os movimentos sociais enfrentaram não apenas uma retração de direitos, mas também campanhas sistemáticas de deslegitimação que buscaram desarticular a resistência coletiva e reforçar narrativas que associavam essas mobilizações ao caos e à desordem. No entanto, a resiliência desses movimentos demonstra que as lutas sociais continuam a ser uma força motriz na construção de democracias mais inclusivas e justas, mesmo diante das adversidades.

A ascensão de forças conservadoras ao poder na região revelou mudanças significativas na forma como as políticas públicas foram conduzidas e justificadas. O uso estratégico dos meios de comunicação e das ferramentas digitais tornou-se central para consolidar discursos que legitimaram reformas ultraliberais e, ao mesmo tempo, marginalizaram as vozes dissonantes. Governos conservadores recorreram amplamente a pronunciamentos oficiais e campanhas massivas nas redes sociais, disseminando narrativas que enfatizavam a necessidade de reformas estruturais como solução inevitável para problemas econômicos e sociais. No entanto, tais narrativas muitas vezes omitiram os impactos negativos dessas reformas sobre os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. Essa retórica era acompanhada de ataques à oposição, desqualificando críticas às políticas governamentais e enfraquecendo os movimentos sociais, que enfrentaram dificuldades para mobilizar-se em condições de desigualdade de recursos e alcance comunicacional (Aquino et al., 2022).

A estratégia política conservadora seguiu passos bem definidos, particularmente no âmbito do legislativo. Políticos alinhados a essas agendas bloquearam sistematicamente projetos de lei contrários aos seus interesses, ao mesmo tempo em que promoveram pautas que fortaleciam suas bases ideológicas e econômicas. A influência de lobbies empresariais foi um elemento determinante nesse processo, traduzindo-se em financiamentos de campanha e pressão direta sobre parlamentares para moldar legislações em favor de setores corporativos. Essa articulação legislativa funcionou como um pilar para a consolidação de reformas que favoreceram elites econômicas e enfraqueceram direitos sociais.

Outro eixo central da estratégia conservadora foi a ocupação sistemática de cargos em instâncias decisórias do Estado. Essa prática permitiu o controle de políticas públicas, direcionando recursos e ações para interesses alinhados aos valores liberais e neoliberais. Em uma tentativa de perpetuar sua influência, houve investimentos em programas de formação de lideranças jovens, especialmente em setores da sociedade civil que abraçavam os ideais do livre mercado e da individualização das soluções sociais. O intercâmbio de jovens líderes em países

da América Latina destacou-se como uma tática para expandir e consolidar essas ideologias em novas gerações, criando um núcleo de defensores que reproduzissem os valores do conservadorismo econômico e político (Ferreira, 2022).

Um fenômeno que ganhou relevância nesse contexto foi a apresentação de candidatos conservadores como “não políticos”. Esse expediente foi utilizado para desviar críticas relacionadas à descrença na política institucional, que havia sido intensificada por escândalos de corrupção envolvendo partidos tradicionais em vários países da América Latina. Esses candidatos, frequentemente oriundos do setor privado, posicionaram-se como *outsiders* bem-sucedidos, distantes das práticas tradicionais da política. Essa narrativa contribuiu para desarticular os movimentos sociais, que tradicionalmente baseiam suas pautas em ações coletivas e no diálogo político, enquanto reforçava a imagem de que a política institucional seria incapaz de promover transformações substanciais (Aquino et al., 2022).

O contexto político recente na América Latina destacou um processo crescente de polarização política e ideológica, fenômeno que não é novo na região, mas que se intensificou significativamente nas últimas décadas. Durante os anos 1960 e 1970, a Guerra Fria foi um catalisador para o agravamento dessa polarização, à medida que os Estados Unidos intervieram ativamente na região para combater o avanço do comunismo e preservar sua hegemonia política e econômica. Essa estratégia resultou em uma série de conflitos armados, golpes militares e regimes autoritários que marcaram profundamente a história política e social da América Latina. Com o término da Guerra Fria, a polarização assumiu novos contornos, substituindo a dicotomia entre capitalismo e comunismo por disputas entre diferentes modelos de desenvolvimento e políticas públicas.

De um lado, emergiram governos de orientação neoliberal, comprometidos com a liberalização econômica, privatização de empresas públicas e a redução do papel do Estado na economia. Do outro lado, governos de orientação socialista propunham um modelo alternativo, focado no fortalecimento do papel do Estado na promoção do desenvolvimento, na redução das desigualdades sociais e na democratização das relações de poder (Mayorga, 2016). Essas disputas moldaram não apenas as políticas econômicas, mas também a estrutura das relações sociais, culturais e políticas na região.

Nos últimos anos, a ascensão de forças conservadoras aprofundou ainda mais a polarização, trazendo implicações significativas para os movimentos sociais e para a governabilidade democrática. A ausência de diálogo entre grupos políticos antagônicos intensificou a fragmentação do espaço público, dificultando a resolução de questões econômicas e sociais. Nesse ambiente, movimentos sociais, frequentemente criminalizados por

setores da mídia e da sociedade, enfrentaram um cenário adverso, com o fortalecimento de contramovimentos sociais alinhados a valores conservadores. Esses contramovimentos têm promovido narrativas que reforçam valores tradicionais, como a defesa da família, da religião e da propriedade privada, ao mesmo tempo em que se opõem a mudanças sociais percebidas como ameaças à ordem estabelecida.

A resistência dos movimentos sociais, mesmo diante de retrocessos institucionais e da retração de direitos, evidencia que as lutas democráticas permanecem vivas na América Latina. A tensão entre projetos de sociedade reflete um embate contínuo entre aqueles que defendem a manutenção de privilégios e a limitação de direitos e aqueles que buscam a construção de uma cidadania plena, inclusiva e transformadora. Assim, a polarização política na América Latina não apenas caracteriza o cenário atual, mas também expõe as profundas desigualdades e os desafios estruturais que continuam a dificultar a consolidação democrática.

Ademais, o uso estratégico dos meios de comunicação e das redes sociais por forças conservadoras desempenhou um papel central na radicalização desse cenário. Discursos unidirecionais, difundidos por meio dessas plataformas, foram amplamente utilizados para justificar reformas regressivas e deslegitimar as críticas a essas políticas. Ao mesmo tempo, essas narrativas ocultaram os efeitos prejudiciais dessas reformas sobre os setores mais vulneráveis da sociedade, enquanto direcionavam ataques às oposições e aos movimentos sociais, enfraquecendo suas bases de apoio.

O processo de polarização, longe de ser um fenômeno exclusivamente político, tem raízes sociais e culturais profundas (Mayorga, 2016). Ele está intimamente ligado à reconfiguração dos sistemas de poder e à forma como diferentes grupos sociais disputam recursos, narrativas e espaços na esfera pública. Nesse contexto, contramovimentos sociais surgem como uma resposta conservadora aos avanços progressistas, utilizando ferramentas comunicacionais para disputar legitimidade e influenciar a opinião pública. Tais grupos consolidam sua atuação em torno de valores que, frequentemente, se contrapõem às pautas dos movimentos sociais, promovendo uma agenda que reforça as estruturas sociais e econômicas existentes.

Enquanto isso, a presença de múltiplos atores no espaço público, mesmo que polarizada, revela a complexidade e a vitalidade da sociedade civil na América Latina. Movimentos e contramovimentos, ainda que antagônicos, desempenham um papel importante na construção de narrativas sobre cidadania, democracia e direitos. Essa interação, no entanto, ressalta a necessidade de um campo de mediação que permita a negociação de diferenças e o avanço de

pautas que promovam maior justiça social. É nesse ponto que se insere a discussão sobre os contramovimentos sociais e sua relação com os movimentos sociais e o exercício da cidadania.

1.3 Movimentos e contramovimentos sociais: repertórios de ação e a construção da cidadania

As transformações políticas na América Latina nas últimas décadas criaram um terreno fértil para a emergência e a consolidação de movimentos sociais que lutam por inclusão, igualdade e justiça social. Ao mesmo tempo, essas transformações também fomentaram a ascensão de contramovimentos sociais, organizados em defesa do *status quo* e frequentemente alinhados a interesses conservadores. A relação entre esses dois polos de mobilização reflete as tensões estruturais que atravessam as sociedades latino-americanas, marcadas por desigualdades históricas e disputas por hegemonia cultural, política e econômica.

Os movimentos sociais, enquanto agentes de mudança, têm desempenhado um papel central na democratização da esfera pública, articulando demandas de grupos historicamente marginalizados e promovendo a ampliação da cidadania. Desde os anos 1960, esses movimentos adotaram repertórios de ação diversificados, que incluem protestos, ocupações, ações performáticas e, mais recentemente, o uso estratégico de plataformas digitais. Como destaca Tilly (2006), os repertórios de ação são historicamente situados e refletem tanto as possibilidades estruturais quanto as capacidades organizacionais dos atores sociais. No Brasil, esses repertórios têm sido adaptados a contextos de repressão, redemocratização e globalização, evidenciando a resiliência e a criatividade dos movimentos sociais na busca por direitos.

Em contrapartida, os contramovimentos sociais emergem como reações organizadas às transformações promovidas pelos movimentos progressistas. Esses contramovimentos, frequentemente compostos por setores conservadores e elites econômicas, buscam preservar privilégios históricos e resistir à inclusão de grupos marginalizados. Segundo Meyer e Staggenborg (1996), os contramovimentos se opõem às mudanças utilizando estratégias que vão desde o bloqueio político até a manipulação da opinião pública. Historicamente, os contramovimentos na América Latina têm sido articulados em resposta a avanços democráticos e sociais que ameaçam interesses estabelecidos. Durante os regimes autoritários do século XX, por exemplo, a repressão aos movimentos sociais era justificada por discursos que associavam essas mobilizações ao “caos” ou à “ameaça comunista”. Com a redemocratização, esses contramovimentos passaram a se reorganizar no espaço público, utilizando a legalidade

democrática para barrar reformas estruturais e enfraquecer os avanços promovidos pelos movimentos sociais. Na contemporaneidade, a ascensão de governos conservadores em países como Brasil, Argentina e Bolívia, tem evidenciado o papel dos contramovimentos na articulação de políticas que retraem direitos e criminalizam a ação coletiva.

A relação entre movimentos e contramovimentos é marcada por uma dinâmica de oposição e conflito, mas também por interações e adaptações mútuas. Enquanto os movimentos sociais buscam ampliar direitos, os contramovimentos articulam repertórios de ação destinados a barrar essas conquistas. Esses repertórios incluem lobby legislativo, campanhas de desinformação, e, em muitos casos, a apropriação de discursos populistas que apelam a valores tradicionais como a família, a religião e a segurança. Dorf e Tarrow (2014) apontam que essa dinâmica de oposição é central para compreender como interesses conflitantes se manifestam em sociedades diversificadas. No contexto brasileiro, a cidadania emerge como um campo em disputa, onde movimentos e contramovimentos negociam, ampliam ou restringem direitos. Os movimentos sociais, ao reivindicarem igualdade e justiça, desafiam hierarquias estruturais e promovem novas formas de participação política. Por outro lado, os contramovimentos frequentemente atuam para deslegitimar essas demandas, utilizando narrativas que associam a inclusão social a ameaças à ordem e à estabilidade. Essa tensão reflete não apenas diferenças ideológicas, mas também as desigualdades de poder que estruturam as sociedades da região.

A comunicação, nesse contexto, desempenha um papel relevante como campo de disputa simbólica e ferramenta de mobilização. Movimentos e contramovimentos utilizam a mídia e as plataformas digitais para moldar narrativas, influenciar a opinião pública e fortalecer suas bases de apoio. Contudo, enquanto os movimentos sociais enfrentam desafios para amplificar suas vozes em um cenário dominado por grupos conservadores, os contramovimentos frequentemente encontram maior acesso a recursos e apoio institucional, o que lhes permite articular estratégias mais amplas e eficazes. Castells (2013) observa que a luta pela opinião pública é central em sociedades midiaticizadas, especialmente em contextos de polarização como o brasileiro.

Nesse embate, os movimentos sociais continuam a desempenhar um papel importante na ampliação da cidadania, promovendo uma visão de democracia inclusiva e participativa. Ao mesmo tempo, os contramovimentos refletem as resistências a essa transformação, evidenciando as tensões que atravessam o projeto democrático no país. A pandemia de Covid-19 intensificou essas dinâmicas ao criar novas formas de mobilização digital para os movimentos sociais, que passaram a utilizar ferramentas online para denunciar desigualdades, exigir direitos e promover solidariedade em um cenário de isolamento social.

Por outro lado, os contramovimentos também se adaptaram a essas tecnologias, empregando-as para difundir discursos de polarização, para reforçar estruturas de poder conservadoras e, muitas vezes, para disseminar desinformação para minar a legitimidade dos movimentos sociais. A disputa por narrativas e a construção de agendas no ambiente digital se tornaram um campo de batalha central, evidenciando os desafios da democratização da comunicação e da garantia de acesso à informação confiável.

Nos anos seguintes à pandemia, o Brasil e a América Latina testemunharam um recrudescimento das disputas políticas e sociais, com os movimentos sociais ampliando suas reivindicações por justiça climática, igualdade racial, de gênero e acesso à saúde, enquanto contramovimentos buscaram restringir direitos, utilizando retóricas nacionalistas e conservadoras para justificar retrocessos democráticos. Este cenário sublinha a importância de analisar as interações entre movimentos e contramovimentos não apenas como fenômenos opostos, mas como processos interdependentes que, em sua disputa constante, moldam os contornos da democracia e da cidadania no Brasil e na América Latina. O equilíbrio entre avanços e resistências destaca a necessidade de compreender essas forças como partes integrantes de um diálogo contínuo que define os rumos da sociedade contemporânea.

A dinâmica contemporânea pós-pandemia, marcada pela intensificação do ativismo digital, constitui um fenômeno central para a compreensão das transformações nos movimentos sociais. Esse contexto será explorado no Capítulo 5 uma vez que se relaciona diretamente ao foco central deste trabalho: analisar como a pandemia de Covid-19 reconfigurou as práticas de participação cidadã e os repertórios de ação coletiva no Brasil. Por essa razão, optamos por não incluir um subcapítulo sobre essa temática neste momento, reservando a análise para a seção empírica, onde as evidências observadas e os dados coletados oferecem um suporte analítico mais robusto para essa discussão.

Na sequência, apresentamos o segundo capítulo que traz conceitos, classificações e uma nova proposta analítica para os movimentos sociais no Brasil e que se configura como uma etapa indispensável para o desenvolvimento teórico da pesquisa ora apresentada. O próximo capítulo busca estabelecer os fundamentos conceituais e classificatórios necessários para compreender a complexidade dos movimentos sociais. Ao propor uma nova abordagem analítica, o capítulo oferece um enquadramento teórico-metodológico que permite interpretar com maior precisão as transformações nas formas de organização, mobilização e comunicação dos movimentos sociais no Brasil.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÕES E UMA NOVA PROPOSTA ANALÍTICA

Movimentos sociais são importantes manifestações das lutas sociais e políticas, especialmente em sociedades profundamente marcadas por desigualdades, como é o caso da brasileira. Historicamente, esses movimentos têm desempenhado papéis decisivos na luta por direitos, na contestação das estruturas de dominação e na promoção de transformações sociais e políticas. Eles emergem como resposta a cenários de exclusão, opressão e injustiça, articulando demandas que desafiam as bases do sistema social vigente. Com a ascensão das tecnologias digitais e a intensificação de crises globais, como a pandemia de Covid-19, os movimentos sociais vêm adquirindo novas características, potencializando suas capacidades de articulação, mobilização e intervenção, enquanto reconfiguram seu repertório de ação e seu alcance político.

No campo das Ciências Sociais, os movimentos sociais têm sido objeto de ampla investigação teórica, com abordagens que refletem a diversidade de suas formas e significados. Autores como Alain Touraine (1981) os definem como agentes de mudança cultural, salientando sua habilidade em contestar e transformar os paradigmas de poder vigentes. Alberto Melucci (1996), por sua vez, enfatiza o papel desses movimentos na construção de identidades coletivas, apontando para a dimensão simbólica como um elemento central de sua ação. Já Manuel Castells (2013) explora o impacto da comunicação digital na configuração contemporânea dos movimentos, destacando seu caráter em rede e sua capacidade de atuar em escalas transnacionais. Essas contribuições refletem a complexidade dos movimentos sociais como fenômenos históricos e contemporâneos, mostrando que sua análise exige abordagens interdisciplinares.

No campo da Comunicação, os movimentos sociais assumem uma importância crescente como objeto de análise, ao revelar as conexões entre mídia, cidadania e dinâmicas de poder. A comunicação vai além de uma função instrumental para os movimentos; ela constitui um espaço simbólico onde discursos são elaborados, legitimados e desafiados. Nesse contexto, as tecnologias digitais desempenham um papel fundamental, ampliando as possibilidades de articulação, mobilização e construção de narrativas. Plataformas digitais permitem a criação de redes que extrapolam fronteiras geográficas, facilitando a organização transnacional, o engajamento de públicos diversos e a circulação de mensagens em escalas globais. Esses processos demonstram a capacidade dos movimentos sociais de atuar como agentes de

transformação na esfera pública, desafiando estruturas de opressão e contribuindo para o fortalecimento de práticas democráticas.

Plataformas digitais, embora possibilitem a criação de redes transnacionais, o engajamento de públicos diversos e a ampliação da circulação de mensagens, também impõem desafios significativos aos movimentos sociais. A fragmentação do debate público, o controle exercido por algoritmos e a disseminação de desinformação frequentemente limitam a capacidade desses movimentos de alcançar coesão interna e influenciar a esfera pública de maneira efetiva. Além disso, as desigualdades de acesso à tecnologia e o domínio das plataformas por grandes corporações reforçam dinâmicas de exclusão, restringindo a participação de vozes marginalizadas e reproduzindo assimetrias de poder. Esses fatores problematizam a atuação dos movimentos sociais enquanto agentes de transformação, ao mesmo tempo em que evidenciam os limites impostos pelo ambiente comunicacional contemporâneo. Dessa forma, o estudo dos movimentos sociais no campo da comunicação oferece um aporte crítico, conectando dimensões materiais e simbólicas para compreender as dinâmicas de poder que os atravessam.

Considerando essa complexidade, este capítulo tem como objetivo revisitar conceitos e classificações teóricas, enfatizar seus limites e propor uma abordagem que seja mais adequada à realidade brasileira. Ele se estrutura em três partes principais. Na primeira, discutimos os conceitos fundamentais de movimentos sociais, com base nas contribuições de autores clássicos e contemporâneos. Na segunda, analisamos as classificações teóricas existentes, identificando suas limitações no contexto nacional. Por fim, apresentamos a proposta de uma nova classificação, destacando sua relevância teórica e empírica para a análise dos movimentos sociais brasileiros.

Com essa nova classificação, buscamos contribuir para o avanço do conhecimento nos campos da comunicação, cidadania e movimentos sociais, ao oferecer uma perspectiva que dialogue com as especificidades do contexto brasileiro. Além disso, essa classificação representa uma contribuição para o campo das Ciências Sociais, ao propor uma renovação das discussões sobre movimentos sociais, integrando dimensões culturais, estruturais e comunicacionais. Ao articular teoria e prática, essa abordagem não apenas lança as bases para uma análise mais robusta dos resultados empíricos apresentados ao longo deste texto, mas também amplia as possibilidades de interpretação das dinâmicas sociais contemporâneas, respondendo às demandas teóricas e metodológicas de uma sociedade em constante transformação.

2.1 Conceitos e Teorias Fundamentais sobre Movimentos Sociais

Os movimentos sociais desempenham um papel central na articulação das demandas coletivas e na promoção de transformações sociais, culturais e políticas. Eles atuam como mediadores entre a sociedade civil e as estruturas de poder, ocupando um espaço estratégico na dinâmica democrática. Em democracias consolidadas, os movimentos sociais são reconhecidos como representantes legítimos das demandas de grupos sociais, funcionando como canais pelos quais preocupações, direitos e reivindicações são negociados e promovidos. No entanto, sua relevância transcende a mera contestação de regimes ou políticas; os movimentos sociais constroem narrativas, mobilizam recursos e organizam estratégias para transformar a sociedade, sendo fundamentais na reivindicação e manutenção de direitos, no fortalecimento da cidadania e na ressignificação das relações de poder.

Do ponto de vista conceitual, os movimentos sociais podem ser entendidos como formas de ação coletiva que emergem a partir de contextos históricos, políticos e culturais específicos permeados por desigualdades. Tais ações não se limitam a manifestações públicas, mas abrangem um conjunto de práticas, incluindo ocupações, ativismos digitais, representações artísticas e outras estratégias que refletem as demandas e experiências de determinados grupos sociais. Tilly e Wood (2009) definem os movimentos sociais como ações coletivas contestatórias realizadas entre demandantes e detentores do poder, articuladas na esfera pública para reivindicar mudanças. Esses movimentos operam dentro de um repertório de ação delimitado historicamente, que é aprendido, compartilhado e deliberadamente mobilizado pelos atores sociais, refletindo as possibilidades e restrições do contexto político em que se inserem.

Historicamente, as abordagens teóricas sobre os movimentos sociais têm destacado diferentes dimensões de suas dinâmicas. A Teoria da Mobilização de Recursos, por exemplo, rompeu com as interpretações que associavam os movimentos sociais a comportamentos irracionais ou de massa, enfatizando a racionalidade das ações coletivas. Essa perspectiva destaca o papel do planejamento estratégico e do uso eficiente de recursos como elementos centrais para alcançar objetivos políticos (Alonso, 2009). No entanto, a abordagem instrumental da Teoria da Mobilização de Recursos é frequentemente criticada por negligenciar as dimensões simbólicas e culturais dos movimentos sociais, que são essenciais para compreender suas motivações e impactos.

Complementando essa perspectiva, a Teoria do Processo Político integra a relação entre os movimentos sociais e o contexto político mais amplo. Tarrow (2011) introduz o conceito de estruturas de oportunidade política, que descreve as condições políticas e institucionais que

podem facilitar ou restringir a mobilização coletiva. Essa teoria também incorpora o conceito de repertório de ação, proposto por Tilly (1995), que se refere ao conjunto de práticas que os movimentos mobilizam estrategicamente. Embora essas abordagens forneçam importantes ferramentas analíticas, elas não captam plenamente as transformações culturais e identitárias que caracterizam muitos movimentos contemporâneos.

A vertente dos Novos Movimentos Sociais, amplamente adotada na América Latina, enfatiza os aspectos culturais e simbólicos das ações coletivas. Melucci (1996) destaca que os movimentos sociais modernos são processos de construção de identidades coletivas, baseados em significados compartilhados e práticas simbólicas que transcendem demandas institucionais. Esses movimentos, segundo Melucci, não são exclusivamente voltados para mudanças estruturais, mas para a transformação de valores, práticas cotidianas e relações sociais. Embora essa perspectiva seja fundamental para analisar movimentos que operam em torno de pautas identitárias, como questões de gênero, raça ou sexualidade, ela enfrenta desafios ao abordar movimentos híbridos, como aqueles presentes no Brasil, que combinam demandas estruturais e culturais em um mesmo repertório de ação.

Castells (2013) amplia o debate ao introduzir uma análise sobre o impacto das tecnologias digitais nos movimentos sociais contemporâneos. Ele argumenta que a internet e as plataformas digitais transformaram as formas de mobilização, permitindo a criação de redes horizontais, descentralizadas e transnacionais. Essas redes ampliam o alcance e a eficácia das ações coletivas, mas também enfrentam desafios, como a fragmentação de suas bases e as desigualdades no acesso às tecnologias, um fator particularmente relevante em países como o Brasil. Embora a abordagem de Castells reflita aspectos importantes das mobilizações contemporâneas, ela carece de uma análise mais aprofundada sobre as intersecções entre tecnologia e desigualdade social, que moldam o acesso e a participação nos espaços digitais.

Maria da Glória Gohn (2008) contribui para o entendimento dos movimentos sociais ao analisá-los como atores que emergem das contradições do sistema capitalista. Para Gohn, os movimentos sociais na América Latina frequentemente combinam demandas econômicas, políticas e culturais, refletindo a interseccionalidade das lutas sociais. A autora destaca a hibridização dos repertórios de ação, que incluem estratégias locais e digitais, revelando como os movimentos sociais articulam diferentes dimensões em suas práticas. Gohn também ressalta a capacidade transformadora dos movimentos sociais, que não apenas contestam o poder, mas também formam sujeitos sociopolíticos, promovendo a ampliação da cidadania e da justiça social.

Ao revisitar essas teorias, observamos uma convergência que articula estruturas, recursos e cultura como dimensões interdependentes das ações coletivas. Essa integração é essencial para compreender os movimentos sociais contemporâneos, que operam em um cenário global de interconexão tecnológica, crise climática, desigualdade social e retrocessos democráticos (Bringel, 2012). No Brasil, essa convergência enfatiza a necessidade de abordagens teóricas que reconheçam as especificidades históricas e culturais do país, sendo capazes de capturar a complexidade das lutas sociais e a hibridização dos repertórios de ação. Ao mesmo tempo, é preciso problematizar os limites dessas teorias, especialmente diante de desafios como a desigualdade digital, a repressão política e a fragmentação das bases de apoio.

Os movimentos sociais, portanto, não são apenas expressões de demandas coletivas, mas também agentes de transformação cultural, política e social. Sua análise requer uma perspectiva que articule dimensões simbólicas, estruturais e comunicacionais, reconhecendo tanto suas potencialidades quanto os limites impostos pelo contexto contemporâneo. Essa abordagem permite compreender como os movimentos sociais redefinem a esfera pública, constroem identidades coletivas e transformam as relações de poder em sociedades marcadas por desigualdades persistentes.

Para ampliar a compreensão dos movimentos sociais, é essencial abordar as classificações e tipologias que têm sido propostas ao longo do tempo. Essas categorias teóricas oferecem lentes analíticas para identificar as especificidades dos movimentos, suas formas de organização, repertórios de ação e objetivos. Contudo, essas classificações refletem os contextos históricos e culturais em que foram elaboradas, muitas vezes carecendo de aplicabilidade em realidades complexas e híbridas, como a brasileira. A seguir, apresentamos as principais classificações, discutindo suas contribuições, limitações e relevância para a análise dos movimentos sociais contemporâneos.

2.2 Um Panorama das Classificações sobre Movimentos Sociais

As classificações de movimentos sociais constituem um esforço analítico para organizar e compreender a diversidade de formas de ação coletiva, permitindo identificar padrões, especificidades e objetivos que caracterizam diferentes mobilizações. Essas classificações, no entanto, são profundamente influenciadas pelos contextos históricos, políticos e teóricos em que foram elaboradas, refletindo prioridades e limitações inerentes a esses momentos. Essa historicidade, embora enriqueça as perspectivas analíticas, também pode restringir a

aplicabilidade de determinadas categorias em contextos complexos, como o brasileiro, onde as lutas sociais frequentemente combinam demandas estruturais, culturais e identitárias em repertórios híbridos.

Uma das classificações mais recorrentes na análise de movimentos sociais é a distinção entre Movimentos Tradicionais e Novos Movimentos Sociais, que reflete a evolução histórica das lutas coletivas e as transformações nas dinâmicas de mobilização. Os Movimentos Tradicionais estão relacionados a questões estruturais e econômicas, como a luta de classes, o sindicalismo e a redistribuição de recursos (Tarrow, 1998). Esses movimentos têm suas bases enraizadas em teorias marxistas, que privilegiam as dimensões econômicas e institucionais das ações coletivas, destacando a busca por mudanças estruturais como elemento central. No Brasil, especificamente, é uma referência o movimento operário no início do século XX. Essa abordagem, apesar de essencial para compreender as bases históricas dos movimentos sociais, tende a limitar sua análise ao campo econômico, subestimando dimensões simbólicas e culturais que também influenciam a mobilização coletiva.

Os Novos Movimentos Sociais, por sua vez, emergiram nas décadas de 1960 e 1970, em um contexto de transformação das sociedades ocidentais, marcado pela transição de uma economia industrial para uma economia pós-industrial e pelo avanço de pautas culturais e identitárias. Para autores como Touraine (1981) e Melucci (1996), esses movimentos se afastam das questões exclusivamente estruturais, concentrando-se em demandas por reconhecimento e transformação cultural. Exemplos incluem o feminismo, o ambientalismo e os movimentos LGBTQIA+, que buscam desafiar normas culturais e estabelecer novos significados sociais. Melucci (1996), em particular, enfatiza que os Novos Movimentos Sociais operam em torno da construção de identidades coletivas e da transformação de microrrelações no cotidiano, evidenciando a importância das dimensões simbólicas e culturais.

Entretanto, essa dicotomia entre Movimentos Tradicionais e Novos Movimentos Sociais apresenta limitações, especialmente em contextos como o brasileiro, onde a interseccionalidade das demandas é uma característica marcante. Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) exemplificam essa sobreposição, combinando reivindicações estruturais, como a reforma agrária, com demandas culturais, como a valorização das comunidades rurais e indígenas. Essa convergência demonstra que, embora as classificações sejam úteis para organizar a análise, elas podem carecer de sensibilidade para captar a complexidade das lutas sociais em sociedades com desigualdades históricas.

Uma das classificações amplamente utilizadas na análise de movimentos sociais é aquela baseada em seus Objetivos Predominantes: econômicos, políticos e culturais. Essa

abordagem permite organizar as diversas formas de mobilização coletiva de acordo com suas prioridades principais, destacando as motivações e impactos de cada tipo de movimento. Embora não haja um consenso sobre sua origem teórica, essa classificação é frequentemente utilizada por autores que exploram as múltiplas dimensões dos movimentos sociais, como Gohn (2011), ao analisar os repertórios de ação no contexto brasileiro.

Os movimentos sociais com objetivos econômicos estão tradicionalmente associados à luta pela redistribuição de riqueza, melhores condições de trabalho ou acesso a recursos essenciais. Essa dimensão está enraizada em teorias marxistas que vinculam os movimentos sociais à contestação das desigualdades estruturais do capitalismo.

Movimentos com objetivos políticos se concentram em mudanças institucionais e reformas legais, frequentemente envolvendo campanhas por democratização, direitos civis ou transformações na estrutura de governança. Esses movimentos frequentemente dialogam com o conceito de estruturas de oportunidade política (Tarrow, 2011), aproveitando-se de condições favoráveis para pressionar por mudanças no sistema político. No Brasil, a luta pelo fim da ditadura militar e a campanha pelas “Diretas Já” na década de 1980 são exemplos dessa categoria, mobilizando amplos setores da sociedade para alcançar mudanças estruturais.

Os movimentos com objetivos culturais têm como foco principal a transformação de valores e normas sociais, frequentemente promovendo novos significados culturais e identidades coletivas. Essa perspectiva é amplamente explorada por Melucci (1996), que destaca a centralidade das práticas simbólicas e da construção de identidades.

Apesar de sua utilidade, a classificação por Objetivos apresenta limitações, especialmente no contexto brasileiro, onde as lutas sociais frequentemente combinam dimensões econômicas, políticas e culturais em uma única mobilização. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é um exemplo representativo dessa interseção. O MPA luta pela soberania alimentar e pela valorização da agricultura familiar (econômico), atua na organização de comunidades rurais para maior participação política (político) e promove a preservação das tradições culturais camponesas (cultural). Esses casos mostram que, embora as categorias sejam analiticamente úteis, elas muitas vezes não conseguem capturar a totalidade das ações e demandas dos movimentos sociais contemporâneos, que operam de maneira híbrida e interseccional.

A classificação de movimentos sociais por Escopo, diferenciando entre Movimentos Locais e Movimentos Globais, busca analisar as dinâmicas de mobilização com base na abrangência de suas ações e agendas. Essa abordagem permite compreender como os movimentos sociais se articulam em níveis distintos, desde demandas específicas de uma

comunidade até mobilizações que transcendem fronteiras nacionais. Contudo, essa classificação frequentemente enfrenta desafios para capturar a complexidade das interações entre o local e o global, especialmente no contexto brasileiro.

Os Movimentos Locais são caracterizados por sua atuação em comunidades específicas, com foco em demandas imediatas e circunscritas ao território onde estão inseridos. Esses movimentos estão frequentemente associados à luta por direitos básicos e pela melhoria das condições de vida, sendo enraizados nas necessidades concretas de populações marginalizadas. No Brasil, movimentos de bairros periféricos que reivindicam saneamento básico, transporte público ou infraestrutura urbana exemplificam essa categoria. Tais mobilizações frequentemente operam em um contexto de proximidade e participação direta, onde as demandas emergem das experiências cotidianas das comunidades. Esses movimentos podem ser analisados à luz da perspectiva de repertórios de ação locais (Tilly, 1995), que enfatiza a escolha de estratégias adaptadas às realidades específicas de seus territórios.

Por outro lado, os Movimentos Globais são conectados por redes transnacionais, mobilizando agendas que transcendem fronteiras nacionais e dialogam com questões globais, como mudanças climáticas, direitos humanos ou justiça social. Castells (2013) destaca que a globalização e o avanço das tecnologias digitais transformaram os movimentos sociais, permitindo a formação de redes descentralizadas e horizontais nas quais atores de diferentes partes do mundo se articulam em torno de objetivos comuns. No Brasil, o Greenpeace Brasil exemplifica essa categoria, sendo parte de um movimento ambiental global que mobiliza campanhas contra o desmatamento da Amazônia, conectando-se a uma rede de ativistas, organizações e governos ao redor do mundo.

Entretanto, a dicotomia entre movimentos locais e globais apresenta limitações significativas, especialmente em países como o Brasil, onde as lutas sociais frequentemente transitam entre essas esferas. Muitos movimentos locais estabelecem conexões com redes globais, diluindo as fronteiras entre essas categorias.

Essa interconexão entre o local e o global também reflete um fenômeno mais amplo, em que as fronteiras entre esses âmbitos se tornam cada vez mais fluidas. Movimentos que nascem de demandas comunitárias, como os movimentos periféricos por moradia, muitas vezes incorporam elementos de narrativas globais, como o direito à cidade e a justiça ambiental, evidenciando a intersecção de agendas. Por outro lado, movimentos globais, como o Greenpeace, adaptam suas estratégias para dialogar com questões locais específicas, como o impacto da mineração ou do desmatamento na vida das populações amazônicas, por exemplo.

Assim, a classificação por escopo, embora útil para organizar a análise, requer uma abordagem crítica que reconheça a interação dinâmica entre o local e o global.

Scherer-Warren (2014) propõe uma classificação que destaca as transformações nas formas de mobilização social contemporâneas, abordando tanto os movimentos sociais tradicionais quanto as manifestações de rua que emergiram nos últimos anos. A autora organiza sua análise em dois grandes grupos, diferenciando os movimentos sociais históricos das manifestações de rua conjunturais, enfatizando as especificidades de cada um em termos de organização, objetivos e repertórios de ação.

Os movimentos sociais históricos são caracterizados por sua organização estruturada, foco em demandas de longo prazo e conexão com bases sociais estáveis. Esses movimentos possuem lideranças definidas, estratégias planejadas e articulações que envolvem tanto ações locais quanto mobilizações em redes nacionais ou transnacionais. Eles se relacionam diretamente com a luta por direitos, justiça social e mudanças estruturais, frequentemente dialogando com instituições políticas para alcançar seus objetivos. Exemplos incluem movimentos ambientais, sindicais e feministas, que possuem raízes históricas profundas e apresentam continuidade em suas ações.

Por outro lado, as manifestações de rua conjunturais surgem como formas de mobilização mais espontâneas, fragmentadas e efêmeras, marcadas por ações descentralizadas e uma organização horizontal. Essas manifestações são geralmente impulsionadas por eventos específicos ou crises políticas, econômicas e sociais, que catalisam a mobilização de amplos setores da população. A autora destaca que essas manifestações são frequentemente organizadas em torno de redes digitais, onde a agilidade na comunicação e na articulação permite a mobilização em grande escala. No entanto, a ausência de lideranças fixas e a volatilidade de suas pautas dificultam a consolidação dessas manifestações em movimentos de longo prazo.

Scherer-Warren também discute a interação entre esses dois grupos, reconhecendo que há uma interconexão crescente entre movimentos históricos e manifestações conjunturais. Muitos movimentos sociais históricos têm se adaptado às dinâmicas das manifestações de rua, incorporando a espontaneidade e a descentralização como estratégias para ampliar sua base de apoio. Da mesma forma, manifestações conjunturais podem se transformar em movimentos mais estruturados quando conseguem consolidar lideranças e construir agendas de longo prazo.

Em um texto anterior, a autora identifica três níveis principais de organização dos movimentos sociais, que se inter-relacionam e revelam as dinâmicas entre ações locais, nacionais e globais (Scherer-Warren, 2006). O primeiro nível, denominado associativismo

local, compreende movimentos sociais e organizações comunitárias enraizadas em territórios específicos. Esses movimentos são caracterizados por demandas imediatas e concretas, frequentemente relacionadas a condições de vida, infraestrutura urbana, direitos sociais e justiça ambiental. Movimentos de moradores de bairros periféricos, coletivos comunitários e núcleos locais de movimentos maiores, como o movimento dos sem-terra, exemplificam esse nível organizacional. O segundo nível refere-se às articulações inter organizacionais, que conectam diversas organizações da sociedade civil em redes e fóruns nacionais. Essas articulações transcendem as ações locais, permitindo a construção de alianças estratégicas e o fortalecimento de agendas comuns. Essas redes também atuam como mediadoras entre as organizações de base e o Estado, criando canais de diálogo e amplificando as reivindicações sociais no espaço público. O terceiro nível é composto pelas grandes mobilizações na esfera pública, que transcendem as fronteiras locais e organizacionais para alcançar ampla visibilidade social e midiática. Essas mobilizações incluem manifestações públicas de grande escala, marchas e eventos que buscam criar impacto simbólico e pedagógico tanto para os participantes quanto para a sociedade em geral. Nesse nível, a esfera pública emerge como um espaço de contestação e negociação de novos direitos, reforçando o papel dos movimentos sociais como atores fundamentais na construção da democracia. A classificação proposta por Scherer-Warren evidencia como as redes de movimentos sociais transcendem as fronteiras territoriais e conceituais, conectando diferentes níveis de ação e articulação.

Gohn (2011) desenvolve uma classificação abrangente dos movimentos sociais contemporâneos no Brasil, estruturando sua análise em torno de 13 eixos temáticos que refletem a diversidade e a complexidade das lutas sociais no país. Sua tipologia destaca como os movimentos sociais se organizam em resposta às demandas estruturais, culturais e políticas que emergem de um contexto histórico marcado por desigualdades e transformações econômicas.

Os Movimentos Urbanos, por exemplo, são descritos como manifestações voltadas para a melhoria das condições de vida nas cidades, abordando temas como habitação, infraestrutura e segurança pública. Os movimentos na área da Saúde refletem a articulação de demandas que transcendem a esfera médica, abrangendo direitos sociais e acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS). A classificação também aborda movimentos que se articulam em torno da Participação Institucional, como os conselhos gestores e o orçamento participativo. Esses movimentos se destacam por buscar formas de democratizar a gestão pública, ampliando os espaços de diálogo entre sociedade civil e Estado. De maneira semelhante, os Movimentos pela Educação têm se organizado em torno da defesa da educação pública e inclusiva, considerando-a não apenas como direito social, mas como instrumento de cidadania e emancipação.

Gohn também enfatiza a atuação dos Movimentos Rurais, que lutam por acesso à terra, justiça ambiental e preservação dos modos de vida tradicionais. De forma paralela, os movimentos Contra grandes Projetos de Infraestrutura denunciam os impactos ambientais e sociais de empreendimentos como barragens e mineração, evidenciando a resistência das comunidades afetadas.

A abordagem de Gohn também reconhece a relevância de movimentos que contestam as dinâmicas globais e neoliberais, como os movimentos Contra Políticas Neoliberais e os fóruns e redes transnacionais. Esses movimentos conectam demandas locais a agendas globais, contribuindo para a construção de redes de solidariedade e resistência que desafiam a hegemonia econômica global. Além disso, a autora explora a importância dos Movimentos pela Democratização da Comunicação, que buscam ampliar o acesso à mídia e combater a concentração do poder comunicacional, articulando-se como uma luta essencial para a promoção de uma esfera pública mais inclusiva.

Outro tipo de movimento apontado pela autora são os Movimentos Urbanos, que demandam inclusão social e melhores condições de vida nas cidades. Envolvem lutas por moradia, mobilizações contra a violência urbana e esforços pela recuperação de espaços públicos e serviços coletivos degradados. Os Movimentos Sindicais, relacionados à defesa de direitos trabalhistas e à resistência contra o desemprego e a precarização das relações de trabalho também estão presentes na sua classificação, assim como os Movimentos Cooperativistas e de Economia Solidária, que envolvem práticas de autogestão e produção alternativa, voltadas para a sustentabilidade econômica e social.

A autora também classifica Movimentos pelos Direitos Humanos e Culturais, que são aqueles que demandam lutas pela preservação do patrimônio cultural, pela diversidade étnica e por melhores condições nos sistemas prisionais e os Movimentos Religiosos, que atuam em defesa da liberdade religiosa, da promoção de identidades coletivas e da participação em causas sociais.

A tipologia de Gohn é particularmente relevante por sua capacidade de captar a diversidade dos movimentos sociais contemporâneos e por articular dimensões econômicas, culturais e políticas em uma análise integrada. No entanto, como a própria autora reconhece, a fluidez e a interseccionalidade das lutas sociais muitas vezes transcendem os limites dessas categorias. Movimentos que abordam múltiplas demandas, combinando questões econômicas, ambientais e identitárias são comuns no Brasil, destacando a necessidade de ferramentas analíticas mais flexíveis para compreender a complexidade dos processos de mobilização.

Assim, a classificação de Gohn não apenas organiza as diversas formas de atuação dos movimentos sociais, mas também evidencia como eles são moldados pelas contradições e desafios do contexto brasileiro. Ao mesmo tempo, sua abordagem amplia o debate sobre os movimentos sociais ao conectar as dinâmicas locais às tendências globais, contribuindo para a compreensão das formas contemporâneas de resistência e transformação social.

A partir do estágio de pós-doutoramento realizado na Universidade Nova de Lisboa, em 2020, durante o qual analisamos a relação entre comunicação, cidadania e movimentos sociais em Portugal, incorporamos a esta pesquisa a classificação elaborada por Ricardo Campos, Inês Pereira e José Alberto Simões (2016). Essa taxonomia oferece uma perspectiva teórica para compreender os movimentos sociais, com ênfase especial nas práticas ativistas no contexto digital. Estruturada em seis categorias principais, a abordagem reflete as dinâmicas contemporâneas do ativismo em Portugal, mas também demonstra um significativo potencial analítico para outros contextos globais, especialmente o brasileiro. Sua relevância torna-se evidente na presente pesquisa, que explora a dinâmica contemporânea dos movimentos sociais para avaliar o potencial da comunicação digital como ferramenta de participação cidadã no Brasil, especialmente no contexto transformador da pandemia de Covid-19.

Para Campos et. al (2016) a primeira categoria, os Movimentos Antiausteridade, emergem como resposta às crises econômicas e financeiras recentes. Esses movimentos se concentram na contestação das medidas de austeridade implementadas pelos governos e nas políticas neoliberais associadas à intervenção econômica. A segunda categoria, os Movimentos Alterglobalização, criticam os efeitos negativos da globalização econômica e defendem alternativas ao modelo capitalista global. A terceira categoria, denominada Novos Movimentos Sociais Clássicos, engloba mobilizações relacionadas a causas identitárias e culturais, como questões de gênero, ambientais e de direitos LGBTQIA+. Esses movimentos refletem as dinâmicas teóricas associadas aos Novos Movimentos Sociais, enfatizando a transformação simbólica e cultural como elementos centrais de sua atuação. Os Movimentos Radicais formam a quarta categoria, sendo caracterizados por sua postura explicitamente antissistema e sua oposição aos valores dominantes. Essa categoria inclui grupos anarquistas, que desenvolvem práticas de resistência alternativa, contestando diretamente as estruturas de poder estabelecidas. A quinta categoria, os Movimentos Digitalmente Orientados, é composta por mobilizações cuja centralidade reside na internet e nas tecnologias digitais. Esses movimentos não apenas utilizam as tecnologias como ferramentas de mobilização, mas também as transformam em causas de ativismo. Por fim, a sexta categoria inclui Atores Políticos Tradicionais, como partidos e sindicatos, que, embora não sejam estritamente movimentos sociais, interagem com esses

atores, participando de mobilizações conjuntas e alinhando-se em pautas comuns. Essa interação ressalta a fluidez entre os campos político e social, evidenciando como estruturas formais e informais se conectam para fortalecer determinadas causas.

Embora essa classificação ofereça uma visão abrangente das práticas ativistas em Portugal, os próprios autores reconhecem suas limitações. Entre elas, destaca-se a sobreposição entre categorias, especialmente no contexto digital, onde os movimentos frequentemente combinam elementos culturais, econômicos e políticos. Além disso, o contexto globalizado e a crescente interconexão entre atores locais e transnacionais tornam essas fronteiras analíticas cada vez mais fluidas.

Após revisitar essas classificações, concluímos que, para selecionar os movimentos sociais que serviriam de paradigma empírico nesta pesquisa, seria necessário propor uma nova classificação. Essa nova classificação deveria ser ao mesmo tempo abrangente e objetiva, contemplando a diversidade das lutas sociais no Brasil e integrando tanto questões macroestruturais quanto micro relações. O próximo passo, portanto, foi desenvolver uma proposta de classificação capaz de refletir a complexidade dos movimentos sociais brasileiros e fornecer uma base analítica para a presente pesquisa. Julgamos que esta tarefa seria possível e pertinente diante dos inúmeros estudos desenvolvidos, orientados e publicados por esta pesquisadora acerca da relação entre cidadania, participação e movimentos sociais.

2.3 Proposta de Classificação para os Movimentos Sociais no Brasil

A construção de uma nova classificação para os movimentos sociais no Brasil parte de uma compreensão teórica e metodológica. Partimos dos fundamentos propostos por Piedade (1977) e Araújo (2006), que fornecem as bases para o processo classificatório. Piedade (1977, p. 09) define a classificação como o “processo de dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos.” A partir dessa perspectiva, entendemos a classificação como um esforço epistemológico de organização do conhecimento, cuja função vai além da descrição e passa a operar como instrumento de análise das dinâmicas sociais.

Araújo (2006, p. 117) complementa essa definição ao enfatizar que a classificação deve proceder como uma “formação metódica e sistemática de grupos, a ação de ordenar um determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes partilhadas por alguns e não compartilhadas pelos demais.” Assim, a construção

de categorias classificatórias exige rigor na identificação de critérios que possibilitem a distinção entre os elementos analisados, sem, contudo, perder de vista a fluidez e a interseccionalidade inerentes às dinâmicas sociais contemporâneas.

Neste estudo, a proposta de classificação fundamenta-se em uma articulação teórica que combina contribuições clássicas e contemporâneas sobre movimentos sociais. A partir de uma análise crítica das teorias de Campos et al. (2016), Gohn (2008, 2011) e Scherer-Warren (2006, 2014), identificamos as limitações e potencialidades das classificações existentes e buscamos superar lacunas ao desenvolver uma classificação sensível às especificidades do contexto brasileiro. Nossa abordagem é, portanto, informada tanto pelas teorias clássicas sobre movimentos sociais, que destacam dimensões estruturais e organizacionais, quanto pelas teorias contemporâneas, que ressaltam a centralidade das identidades culturais e da interseccionalidade nas lutas sociais.

Para a elaboração da nova classificação, elegemos três critérios analíticos principais que operam como orientadores metodológicos para o processo de classificação. Esses critérios permitem captar a diversidade e a complexidade dos movimentos sociais brasileiros, sem comprometer a objetividade e a operacionalidade da análise.

1. Semelhanças e Diferenças: a classificação se baseia na identificação de características compartilhadas entre os movimentos sociais, como pautas de luta, estratégias de mobilização e valores fundamentais. Simultaneamente, consideramos os aspectos que distinguem os movimentos, permitindo que a classificação reflita tanto a unidade quanto a diversidade das mobilizações.

2. Representatividade: um dos desafios centrais da proposta é a construção de categorias que representem a variedade de temas e sujeitos políticos no Brasil. Nesse sentido, priorizamos uma classificação que reconheça a interseccionalidade das lutas, considerando como questões de gênero, raça, classe e territorialidade se entrelaçam nas dinâmicas sociais. Evitamos, assim, classificações reducionistas que limitem a complexidade das lutas e as dimensões simbólicas, estruturais e materiais que as constituem.

3. Conexão entre Estruturas, Recursos e Cultura: a nova classificação adota uma perspectiva integradora, que articula dimensões estruturais, como as relações entre os movimentos sociais e as políticas públicas; dimensões relacionadas aos recursos mobilizados, como redes, tecnologias e capital simbólico; e dimensões culturais, como a construção de identidades

coletivas e narrativas de resistência. Essa abordagem é influenciada pelas contribuições de Bringel (2012), que aponta para a convergência de estruturas, recursos e cultura como elementos indissociáveis nas análises contemporâneas de movimentos sociais.

Com base nos critérios estabelecidos e na dimensão social, econômica e cultural do Brasil evidenciada no Capítulo 1 Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais: um Percorso Histórico, a nova classificação propõe três grandes categorias que buscam capturar as principais causas defendidas pelos movimentos sociais brasileiros: Movimentos Sociais Antiausteridade, Movimentos Sociais de Afirmação Identitária e Movimentos Sociais Antissistema. Essa abordagem considera a diversidade de causas e demandas, reconhecendo tanto as particularidades de cada mobilização quanto as intersecções que conectam diferentes lutas. A proposta emerge da necessidade de superar as limitações das tipologias existentes, que muitas vezes não contemplam a complexidade das dinâmicas sociais em um país marcado por desigualdades estruturais e por uma rica diversidade cultural e política.

Movimentos Sociais Antiausteridade

Os movimentos sociais antiausteridade referem-se a ações coletivas voltadas contra políticas econômicas restritivas que aprofundam desigualdades e exclusão social. Essas políticas, geralmente associadas a agendas neoliberais, impactam amplamente diversas dimensões da vida social, incluindo moradia, educação, emprego, renda, saúde e segurança. Esses movimentos se concentram na rejeição de medidas que afetam diretamente o bem-estar da população, especialmente os grupos mais vulneráveis, como populações de baixa renda, trabalhadores precarizados e comunidades marginalizadas.

A atuação desses movimentos está na defesa de políticas redistributivas, buscando uma reconfiguração do papel do Estado na proteção social e na promoção da igualdade. Em termos teóricos, a luta antiausteridade pode ser entendida como uma reação àquilo que David Harvey (2007) define como “acumulação por despossessão”, isto é, a transferência de recursos públicos para o setor privado em nome de ajustes econômicos. A dimensão política desses movimentos está fortemente conectada ao conceito de “estruturas de oportunidade política” (Tarrow, 2011), uma vez que as mobilizações frequentemente surgem em resposta a crises ou rupturas no sistema político-econômico.

Como exemplos, podemos citar movimentos sociais contra a fome; movimentos sociais da educação; movimentos sociais da área da saúde; movimentos sociais em prol de moradia; movimentos sociais em prol da segurança; movimentos sociais contra a corrupção; movimentos sociais de trabalhadores, movimentos sociais de combate a pobreza; de combate à violência; entre muitos outros.

Movimentos Sociais de Afirmação Identitária

Os movimentos sociais de afirmação identitária são aqueles que lutam pela autonomia e pelo reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas. Reúnem coletividades que reivindicam direitos relacionados a raça, etnia, gênero, sexualidade, religião e meio ambiente, entre outros, articulando dimensões materiais e simbólicas da justiça social. Nesse conjunto, destacam-se os movimentos indígenas, quilombolas e socioambientais, que afirmam identidades coletivas profundamente enraizadas em territórios, modos de vida e saberes tradicionais, historicamente desvalorizados pelas estruturas hegemônicas. A construção de identidades coletivas, como discutido por Melucci (1996), está no cerne desses movimentos, que se baseiam em práticas culturais e simbólicas para transformar normas sociais e ampliar o horizonte de direitos.

Esses movimentos não apenas demandam igualdade, mas também questionam estruturas de poder que produzem discriminação e exclusão. Por exemplo, o movimento negro no Brasil não se limita à luta contra o racismo, mas também aborda questões estruturais, como o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Da mesma forma, os movimentos LGBTQIA+ articulam tanto demandas por igualdade jurídica quanto por mudanças culturais que promovam a aceitação e a valorização da diversidade. Essa categoria dialoga diretamente com os conceitos de “reconhecimento” e “redistribuição” propostos por Fraser (2000), que destacam a interdependência entre a luta por justiça econômica e a busca por igualdade simbólica.

Movimentos Sociais Antissistema

Os movimentos sociais antissistema se posicionam contra a lógica estrutural que sustenta o sistema dominante, como o capitalismo, o neoliberalismo e, em alguns casos, os regimes democráticos representativos. Esses movimentos não se limitam a criticar políticas ou governos específicos; eles rejeitam a própria legitimidade das instituições que sustentam o

sistema vigente. A crítica ao Estado-nação, ao mercado e às hierarquias globais é recorrente para muitos desses movimentos, que frequentemente defendem alternativas radicais, como a autogestão, o decrescimento econômico ou formas horizontais de governança.

Em termos teóricos, esses movimentos estão associados a autores como Wallerstein (2004), que aborda as crises estruturais do capitalismo e que explora alternativas contra hegemônicas baseadas na valorização de saberes e práticas locais. A atuação desses movimentos inclui ações diretas, como ocupações e sabotagens, mas também práticas de construção de novas formas de sociabilidade, muitas vezes experimentadas em comunidades alternativas ou redes transnacionais. No Brasil, os movimentos antissistema também dialogam com a resistência indígena e quilombola, que questionam não apenas a colonialidade do poder, mas também a imposição de modelos econômicos e culturais eurocêntricos. São exemplos de movimento social antissistema os movimentos contra o capitalismo; movimentos contra as políticas neoliberais; movimentos contra a globalização; movimentos pela justiça social; movimentos pela reforma agrária; movimentos pela distribuição de renda; entre outros.

A proposta de classificar os movimentos sociais brasileiros nessas três grandes categorias é fundamentada em uma base teórica e metodológica sólida e ancorada nos critérios estabelecidos por Piedade (1977) e Araújo (2006), bem como nas contribuições de Campos et al. (2016), Gohn (2008, 2011) e Scherer-Warren (2006, 2014). Esta classificação organiza as mobilizações sociais de forma sistemática, permitindo compreender a complexidade das lutas contemporâneas sem ignorar suas especificidades e intersecções.

Os critérios que sustentam a classificação são explícitos e replicáveis, envolvendo a identificação de semelhanças e diferenças nas pautas, estratégias e valores dos movimentos sociais. Embora reconheça a fluidez e a hibridização das demandas, a proposta oferece uma estrutura analítica que articula dimensões estruturais, culturais e identitárias. Assim, não se trata apenas de uma categorização exploratória, mas de uma classificação analítica que busca dialogar diretamente com a realidade sociopolítica do Brasil e com os debates globais no campo dos movimentos sociais.

A seguir, apresentamos um quadro síntese da proposta de classificação dos movimentos sociais no Brasil com as três categorias e suas principais características:

Quadro 1 – Quadro Síntese das Categorias de Movimentos Sociais no Brasil

Características	Movimentos Antiausteridade	Movimentos Antissistema	Movimentos de Afirmação Identitária
Foco Principal	Rejeitar políticas econômicas específicas (austeridade).	Questionar e rejeitar o sistema dominante como um todo.	Reivindicar reconhecimento, direitos e visibilidade para identidades específicas.
Contexto	Crise econômica e adoção de medidas neoliberais.	Crise de legitimidade das instituições e do sistema político.	Desigualdade estrutural, exclusão social e marginalização histórica de grupos identitários.
Objetivo	Reformar políticas e garantir proteção social.	Substituir ou transformar radicalmente o sistema vigente.	Promover igualdade, reconhecimento e transformação cultural, social e de valores em relação a grupos específicos (gênero, etnia, sexualidade, etc.).
Atores	Trabalhadores, sindicatos, estudantes, organizações sociais.	Grupos radicais, coletivos anticoloniais.	Movimentos LGBTQIA+, feministas, indígenas, quilombolas, socioambientais e antirracistas.
Dinâmica e Repertório de Ação	Manifestações, greves, campanhas públicas, pressão legislativa, estratégias de comunicação digital e mídia tradicional.	Ações diretas, ocupações, sabotagens, construção de comunidades alternativas, uso de comunicação para contestação e engajamento.	Marchas, ocupações, campanhas culturais e educacionais, produção de conteúdos digitais e narrativas para ampliar visibilidade e mobilizar aliados.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A proposta não se limita a descrever ou classificar os movimentos sociais, mas se posiciona como uma ferramenta analítica capaz de oferecer novas perspectivas teóricas e empíricas para compreender a complexidade do ativismo no Brasil contemporâneo. Ao articular dimensões locais e globais, a classificação reconhece como os movimentos sociais brasileiros se inserem em redes transnacionais, conectando questões específicas do país a agendas globais, como a crise climática e a luta contra as desigualdades estruturais.

Embora a classificação se fundamente em critérios sólidos, reconhecemos algumas limitações inerentes à complexidade das lutas sociais. A fluidez das fronteiras entre categorias é uma dessas limitações, uma vez que muitos movimentos transitam entre demandas econômicas, culturais e políticas, refletindo a hibridização que caracteriza as mobilizações contemporâneas. Além disso, o dinamismo das lutas sociais exige que a classificação seja

constantemente revisitada e ajustada para abarcar novas dinâmicas e demandas emergentes, especialmente em um contexto global de rápidas transformações econômicas, sociais e tecnológicas.

Apesar dessas limitações, a classificação proposta oferece uma contribuição significativa para os estudos de movimentos sociais ao organizar as mobilizações brasileiras em grandes temas que, embora distintos, não são excludentes. Essa abordagem reconhece que a complexidade das lutas exige um modelo analítico flexível, capaz de articular interseccionalidades e hibridizações.

Além de contribuir para os debates teóricos no campo das Ciências Sociais, a classificação proposta reforça os estudos de comunicação, cidadania e movimentos sociais. Ao organizar os movimentos em categorias que articulam dimensões estruturais e culturais, a classificação permite aprofundar a análise sobre como as mobilizações se apropriam de narrativas e repertórios de ação para engajar públicos, disputar sentidos na esfera pública e construir redes de solidariedade e resistência, como pode ser verificado no estudo empírico realizado nesta pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha metodológica em uma pesquisa deve ser intrinsecamente coerente com o objeto de estudo, as perguntas e objetivos traçados, o referencial teórico adotado e, sobretudo, a concepção epistemológica do pesquisador sobre ciência e conhecimento. Consideramos que a abordagem qualitativa, que valoriza a interação próxima entre pesquisador e objeto, é a mais adequada para responder às questões centrais deste estudo. Essa perspectiva não apenas permite um entendimento aprofundado das dinâmicas sociais investigadas, mas também possibilita a captura das sutilezas e complexidades inerentes aos fenômenos sociais contemporâneos.

No que diz respeito à etapa de revisão bibliográfica, seguimos o entendimento de Gil (2008, p. 50), que define a pesquisa bibliográfica como um método que “possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto”. Esta etapa não se restringiu a uma simples coleta de informações, mas foi concebida como um processo fundamental para embasar teoricamente a análise e estabelecer um diálogo entre as contribuições clássicas e contemporâneas sobre os movimentos sociais.

O percurso histórico dos movimentos sociais, de caráter exclusivamente bibliográfico e não documental, constituiu uma etapa essencial da pesquisa. Essa abordagem foi fundamental para demarcar as principais relações entre os movimentos sociais e os processos de construção da cidadania, fornecendo um panorama crítico das transformações políticas, econômicas e culturais que configuram o cenário social contemporâneo no Brasil, o que não pôde ser feito de maneira dissociada da história latino-americana. Ao nos concentrarmos em conceitos estruturantes e fenômenos marcantes, buscamos construir um quadro teórico que não apenas balizasse este estudo, mas também contribuísse para uma reflexão sobre as múltiplas intersecções entre movimentos sociais, cidadania e democracia.

A revisão bibliográfica permitiu consolidar uma base teórica para a análise subsequente, orientando a articulação entre as categorias propostas e o debate acadêmico vigente. Essa etapa do trabalho enfatizou a relevância histórica e a centralidade dos movimentos sociais na promoção de direitos e na transformação das relações sociais, estabelecendo as bases para a proposta de classificação dos movimentos sociais no Brasil, apresentada no Capítulo 2.

Após a conclusão da etapa de pesquisa bibliográfica, que fundamentou os capítulos iniciais deste texto e possibilitou o desenvolvimento da proposta de classificação dos

movimentos sociais no Brasil, iniciamos a etapa empírica da investigação. Esta etapa é dedicada à análise da atuação dos movimentos sociais brasileiros no contexto da pandemia de Covid-19, período marcado por transformações profundas na dinâmica de mobilização social e na forma de engajamento político. Para esta fase da pesquisa, adotamos a Análise de Conteúdo (AC) como método principal, devido à sua capacidade de sistematizar e interpretar mensagens em contextos comunicacionais complexos.

A Análise de Conteúdo permite não apenas uma leitura interpretativa do conteúdo das mensagens, mas também a construção de categorias analíticas capazes de revelar padrões, tendências e sentidos que se articulam no discurso dos movimentos sociais. Além de Krippendorff (2019), outros autores, como Elo e Kyngäs (2008) e Bardin (2011), destacam a flexibilidade e a aplicabilidade da AC em estudos qualitativos, especialmente em contextos de análise comunicacional e social.

Apesar de amplamente utilizada, a Análise de Conteúdo não está isenta de críticas. Autores como Schreier (2012) apontam para suas limitações em termos de subjetividade interpretativa e dependência do pesquisador, o que pode gerar vieses caso os critérios analíticos não sejam claramente estabelecidos. Além disso, alguns críticos destacam que o método, ao buscar categorizar e codificar os dados, pode perder nuances e complexidades das mensagens analisadas. Essas críticas, no entanto, não diminuem a relevância da AC como ferramenta de pesquisa, mas reforçam a necessidade de rigor na definição de categorias e critérios interpretativos, algo que foi amplamente considerado nesta investigação.

Apesar dessas limitações, a Análise de Conteúdo apresenta vantagens significativas que a tornam especialmente adequada para o objetivo deste estudo. Sua natureza sistemática e flexível possibilita a identificação de repertórios de ação e a construção de categorias analíticas específicas para compreender o ativismo digital dos movimentos sociais durante a pandemia. Além disso, a AC permite uma articulação direta com o referencial teórico desenvolvido nos capítulos anteriores, ampliando a conexão entre teoria e prática.

Assim, a Análise de Conteúdo foi escolhida como método central por sua capacidade de oferecer uma abordagem sistemática para examinar o repertório de ação dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que permite revelar os sentidos e estratégias que emergem do ativismo digital. Seu uso nesta pesquisa é justificado pela sua adequação ao propósito de compreender as dinâmicas comunicacionais que marcaram a atuação dos movimentos sociais brasileiros durante a pandemia de Covid-19.

Seguimos três etapas fundamentais no processo de Análise de Conteúdo (AC): 1) Codificação, que envolve a identificação e a organização de unidades de análise e categorias

temáticas; 2) Categorização, etapa em que os critérios são definidos e os conteúdos classificados em categorias previamente estabelecidas; e 3) Inferência, que corresponde à interpretação dos dados e à formulação de conclusões a partir do material analisado.

Para esta pesquisa, a etapa de **Codificação** foi especialmente fundamentada em duas referências centrais: os estudos de Pleyers (2020) e a classificação de movimentos sociais desenvolvida e apresentada no capítulo anterior.

A primeira referência, os estudos de Pleyers (2020), oferece uma classificação relevante das formas de atuação dos movimentos sociais no contexto pandêmico. O autor propõe cinco tipos principais de ação:

Quadro 2 – Categorias de Análise do repertório de ação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19 propostas por Pleyers (2020)

1) Ações de protestos
2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores
3) Ações de ajuda mútua e solidariedade
4) Ações de monitoramento das ações do governo
5) Ações de educação popular e conscientização

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em seu artigo “A Pandemia é um campo de batalha. Movimentos sociais no bloqueio Covid-19” (tradução nossa), Pleyers (2020) analisa a atuação de movimentos sociais em diferentes países durante o período de bloqueio, que equivale às chamadas quarentenas ou estados de calamidade e de emergência decretados por diversos países. A primeira forma de atuação dos movimentos sociais nesse período está relacionada às ações de protesto. De acordo com o autor, “a maioria dos ativistas esperou pelo fim do bloqueio para se juntar a reuniões e protestos. Em alguns países, eles reiniciaram os protestos sob o bloqueio, apesar dos riscos sanitários e da proibição de aglomerações” (Pleyers, 2020, p. 04) e indica que isso aconteceu, por exemplo, em países como Israel, Grécia, Chile, Líbano e Equador.

A segunda forma de atuação de movimentos sociais durante o período de bloqueio concentra-se nas ações em defesa dos trabalhadores. Essas ações tinham como foco levar informação e garantir o direito não só dos trabalhadores de áreas essenciais que não podem parar durante a pandemia, a exemplo das áreas da saúde, transporte e produção de alimentos, mas também de todos os trabalhadores e trabalhadoras que passaram a trabalhar a partir de suas

casas, ou que perderam os seus empregos. Ações desse tipo ocorreram em países como Estados Unidos, Hong Kong, França e Bélgica (Pleyers, 2020).

Pleyers considera que a terceira frente de ação dos movimentos sociais durante a pandemia tem foco na ajuda mútua e na solidariedade. “Neste período de crise, movimentos populares, organizações de base e de cidadãos têm assumido um papel de liderança no engajamento de apoio mútuo, dando suporte a necessidades básicas e solidariedade em sua comunidade e fora dela” (Pleyers, 2020, p. 05). Em todos os continentes, movimentos sociais e organizações da sociedade civil articularam ações para levar informação sobre a pandemia, sobre saúde física e mental, sobre direitos civis e políticos, sobre segurança e prevenção da violência e estabeleceram grupos locais para ajuda mútua. Embora essas ações tenham ocorrido em todo mundo, Pleyers (2020) afirma que elas foram fortemente identificadas em países do Sul Global e enfatiza o exemplo do Brasil, onde foram observadas ações importantes na Favela de Paraisópolis (SP) e no Complexo do Alemão (RJ).

“A sociedade civil e os Movimentos sociais também atuam como vigilantes das políticas públicas e dos governos” (Pleyers, 2020, p. 07). Desde o início da pandemia de Covid-19, movimentos sociais, intelectuais e organizações da sociedade civil analisaram e produziram relatórios sobre a forma como os governos estavam enfrentando a crise sanitária e social, levando informação e dando suporte a participação cidadã e, segundo o autor, esse é o quarto tipo de atividade exercida pelos movimentos sociais durante a pandemia: o monitoramento das ações do governo. O autor destaca ações que ocorreram nos Estados Unidos, nos países da União Europeia e nas Filipinas, por exemplo.

A quinta forma de atuação dos movimentos sociais em tempos de pandemia de Covid-19 listada pelo autor é aquela que concentra ações de educação popular e conscientização. “A educação popular e a conscientização são talvez o papel mais potente dos movimentos sociais, já que a pandemia é combinada com uma ‘infodemia’, uma disseminação de informações falsas, notícias falsas e teorias da conspiração” (Pleyers, 2020, p. 08). Os estudos de Pleyers indicam que inúmeras redes de movimentos nacionais e internacionais estão altamente engajadas no compartilhamento de experiências, de análises, e de checagem de informações por meio de plataformas online e mídias sociais. Novamente o autor destaca experiências brasileiras e plataformas digitais que reúnem experiências internacionais durante o período.

Essa classificação foi instrumental na construção de critérios para a Codificação, permitindo identificar repertórios específicos de ação dos movimentos sociais durante a pandemia.

A segunda referência central para a Codificação foi a classificação dos movimentos sociais brasileiros desenvolvida nesta pesquisa e apresentada no capítulo anterior. Esta proposta analítica, que divide os movimentos sociais em três categorias principais - antiausteridade, afirmação identitária e antissistema -, guiou a seleção dos movimentos sociais objetos da pesquisa. A seleção foi orientada não apenas pela categorização teórica, mas também pela experiência desta pesquisadora no estudo do tema e pela análise de relevância no contexto digital.

A escolha dos movimentos sociais a serem analisados foi baseada em critérios que assegurassem a representatividade e a diversidade de perfis. Foram incluídos movimentos cuja atuação nas redes sociais digitais, especialmente no Facebook, tenha se intensificado a partir de 11 de março de 2020, data em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia de Covid-19. Essa delimitação temporal permitiu captar as respostas mais significativas e imediatas às condições impostas pela pandemia. Além disso, foram selecionados movimentos que representassem cada uma das três categorias desenvolvidas na classificação desta pesquisa, abrangendo tanto movimentos com maior alcance (em termos de seguidores e engajamento) quanto movimentos com menor visibilidade na plataforma.

Estudos anteriores evidenciam que o Facebook se consolidou como uma plataforma altamente frutífera para a análise de dinâmicas políticas e sociais no Brasil, especialmente no contexto dos movimentos sociais. Essa escolha se fundamenta em múltiplos fatores. Primeiramente, o Facebook é amplamente reconhecido como a rede social onde os brasileiros mais consomem e compartilham informações políticas, assumindo um papel central na mediação das interações públicas no ambiente digital (Recuero et al., 2021).

O Facebook oferece um conjunto de ferramentas para a produção, publicação e personalização de conteúdo. Essas ferramentas incluem desde formatos multimídia, como vídeos e imagens, até funcionalidades interativas, como comentários, reações e compartilhamentos, que estimulam o engajamento direto entre usuários e movimentos. Tais características possibilitam a criação de redes colaborativas e o desenvolvimento de estratégias de ciberativismo, permitindo que os movimentos sociais articulem ações, promovam eventos e mobilizem audiências de forma ágil e dinâmica (Pleyers, 2020). O Facebook também se destaca como um espaço de interação e compartilhamento que facilita o engajamento em práticas de ativismo digital. O potencial de viralização das postagens e a capacidade de agregar atores sociais em torno de causas específicas fazem desta plataforma um canal privilegiado para o estudo das dinâmicas de ação coletiva no contexto digital, especialmente em períodos de crise, como a pandemia de Covid-19. Esses elementos tornam o Facebook uma escolha

metodologicamente pertinente para a análise proposta nesta pesquisa, contribuindo para compreender como os movimentos sociais brasileiros adaptaram seus repertórios de ação à esfera digital em tempos de restrição nas mobilizações.

O rigor no processo de Codificação buscou garantir que os movimentos analisados refletissem a diversidade de formas de atuação, contextos e estratégias adotadas durante a pandemia. A seleção foi, portanto, intencional e fundamentada em critérios teóricos e práticos, assegurando a coerência entre o referencial metodológico e o objetivo central da pesquisa: compreender os repertórios de ação e o ativismo digital dos movimentos sociais brasileiros no contexto pandêmico. O Quadro 3 indica os movimentos sociais selecionados e os respectivos links para suas páginas na rede social Facebook.

Quadro 3 – Movimentos sociais selecionados como objetos da pesquisa

Categoria de Movimentos Sociais	Movimento Social selecionado
Movimentos sociais Antiausteridade	Ação da Cidadania https://www.facebook.com/acaodacidadania/ (representante dos movimentos contra a fome e do combate a pobreza)
Movimentos sociais de Afirmação identitária	Greenpeace Brasil https://www.facebook.com/GreenpeaceBrasil (representante dos movimentos socioambientais)
Movimentos Sociais Antissistema	Levante Popular da Juventude https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude (representante dos movimentos em prol da justiça social)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Movimento Social Ação da Cidadania

O movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, mais conhecido como Ação da Cidadania, é uma das iniciativas mais conhecidas no cenário dos movimentos sociais brasileiros, especialmente no que tange ao combate à fome. Fundado em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, o movimento emergiu em um contexto de grave crise econômica e social no Brasil, marcado por altas taxas de desemprego, inflação descontrolada e ampliação das desigualdades sociais. Inspirado pelos princípios de

solidariedade, justiça social e mobilização cidadã, o movimento busca engajar a sociedade civil na luta pela erradicação da fome e na promoção da dignidade humana.

O surgimento da Ação da Cidadania está intimamente ligado ao lançamento do Mapa da Fome no Brasil, elaborado por Betinho em 1993, que revelou que cerca de 32 milhões de brasileiros viviam em condições de insegurança alimentar extrema. Este cenário desafiador motivou a criação de um movimento que transcendesse os limites institucionais e partissem da mobilização cidadã para enfrentar a fome como uma violação dos direitos humanos básicos.

Inspirada em movimentos internacionais como o Live Aid de 1985, a Ação da Cidadania se posicionou como uma resposta local e direta às emergências alimentares no Brasil. Sua estratégia envolveu a criação de uma rede nacional de comitês populares, articulados em torno da arrecadação e distribuição de alimentos, bem como na promoção de campanhas de conscientização sobre as causas estruturais da fome.

Se estruturou como um movimento descentralizado, composto por milhares de comitês em diferentes estados brasileiros. Esses comitês, organizados por voluntários, operam de maneira autônoma, mas compartilham os mesmos princípios orientadores: solidariedade, cidadania ativa e defesa dos direitos humanos. Essa descentralização permitiu que o movimento alcançasse comunidades mais vulneráveis em regiões periféricas e rurais, onde as ações governamentais frequentemente não chegam. Desde sua fundação, a Ação da Cidadania tem desempenhado um papel importante na mobilização de recursos e na articulação de ações emergenciais para enfrentar crises alimentares. Entre suas principais atividades destacam-se: a) campanhas de arrecadação de alimentos: mobilização da sociedade civil para doação de alimentos tem sido uma das marcas registradas do movimento; b) conscientização e advocacy: além da assistência emergencial, também se engaja em campanhas de conscientização sobre a fome como um problema estrutural e por meio de parcerias com a mídia, organizações não governamentais (ONGs) e universidades, o movimento busca influenciar políticas públicas e promover a inclusão social; e c) parcerias institucionais: a colaboração com instituições públicas e privadas para ampliar o alcance e a sustentabilidade de suas ações.

Ao longo de sua trajetória, a Ação da Cidadania enfrentou desafios significativos, como a redução de doações em períodos de estabilidade econômica, mudanças na legislação sobre arrecadação de recursos e a necessidade de reconfigurar suas estratégias de mobilização na era digital. Durante a pandemia de Covid-19, o movimento desempenhou um papel ainda mais central, respondendo à ampliação da insegurança alimentar com ações que combinaram solidariedade fora das redes e estratégias de ciberativismo.

Movimento Greenpeace Brasil

O Greenpeace Brasil é um representante dos movimentos socioambientais, sendo a ramificação brasileira da organização não governamental internacional Greenpeace, criada em 1971 no Canadá. No Brasil, a organização iniciou suas atividades em 1992, acompanhando a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), momento importante para a agenda ambiental global. Desde então, o Greenpeace Brasil tem desempenhado um papel fundamental na defesa do meio ambiente, utilizando estratégias de ativismo criativo, campanhas de conscientização pública e pressões políticas para promover mudanças em políticas ambientais e práticas corporativas.

O Greenpeace foi fundado por um grupo de ativistas em Vancouver, Canadá, com o objetivo de protestar contra testes nucleares realizados pelos Estados Unidos no Alasca. Desde seu início, a organização adotou o ativismo não violento como estratégia central, combinando ações diretas e campanhas de comunicação para sensibilizar a opinião pública sobre temas ambientais. A missão do Greenpeace é “proteger e conservar o meio ambiente, promovendo a paz e defendendo soluções justas e sustentáveis para os problemas ambientais globais”.

No Brasil, essa missão é adaptada para enfrentar desafios locais, como o desmatamento da Amazônia, a conservação de biomas como o Cerrado e a Mata Atlântica, a proteção dos oceanos e o combate à crise climática e concentra suas ações em várias frentes prioritárias: a) Amazônia e desmatamento zero: denuncia práticas ilegais de extração de madeira, mineração e agropecuária, e pressiona governos e empresas para implementar políticas de desmatamento zero; b) energia renovável e mudanças climáticas: denuncia políticas públicas e práticas empresariais que contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa; c) proteção dos oceanos: trabalha para combater a pesca predatória e a poluição por plásticos; e d) mobilidade urbana e poluição: promove iniciativas para reduzir a dependência de combustíveis fósseis, defendendo sistemas de transporte público mais eficientes e menos poluentes.

O Greenpeace Brasil utiliza ações diretas não violentas, como projeções de mensagens em edifícios, intervenções em eventos corporativos e protestos simbólicos, muitas vezes acompanhados de imagens impactantes que são amplamente divulgadas pela mídia e nas redes sociais. Essas estratégias são apoiadas por campanhas digitais, abaixo-assinados e relatórios técnicos que fundamentam suas denúncias. Desde sua fundação no Brasil, o Greenpeace tem contribuído para avanços importantes na agenda ambiental, incluindo: a visibilidade internacional para o problema do desmatamento na Amazônia; campanhas bem-sucedidas contra empresas que contribuíam para a destruição florestal, levando à adoção de políticas de

responsabilidade ambiental por grandes cadeias de varejo e frigoríficos; e a participação na articulação para a criação de áreas marinhas protegidas no Brasil.

Atualmente o movimento enfrenta desafios significativos, como a escalada do desmatamento na Amazônia em períodos de governos menos comprometidos com a agenda ambiental, a crescente influência de contramovimentos que deslegitimam a causa ambiental e a disseminação de desinformação. Além disso, a organização tem se posicionado contra a exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira e denunciado os impactos socioambientais da mineração e do agronegócio. Durante a pandemia de Covid-19, o Greenpeace Brasil adaptou suas estratégias para o ambiente digital, ampliando campanhas de conscientização sobre os impactos da pandemia em comunidades indígenas e tradicionais. A organização destacou a relação entre a destruição ambiental e a emergência de pandemias, reforçando a importância de políticas ambientais sustentáveis para prevenir crises futuras.

Movimento Levante Popular da Juventude

O Levante Popular da Juventude é um movimento social brasileiro fundado em 2006 no Rio Grande do Sul, com forte atuação entre jovens de diferentes regiões do Brasil. Surgiu em um contexto de crescente mobilização de movimentos sociais no início do século XXI, durante o auge dos governos progressistas na América Latina, que trouxeram maior visibilidade para pautas ligadas à juventude, direitos humanos, justiça social e democratização do acesso à educação e cultura. O movimento é reconhecido por seu caráter combativo, sua organização horizontal e sua ampla base militante, que engloba estudantes, trabalhadores e jovens de comunidades periféricas e com forte ligação com o campo.

Nasceu como resposta às demandas de jovens brasileiros que buscavam maior inserção nos processos políticos e sociais do país, aliando engajamento nas lutas contra desigualdades estruturais à defesa da democratização das oportunidades. Alinhado ao MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra e com grande aderência a cultura e as questões do campo e a reforma agrária, sua missão é “organizar a juventude para a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva”. Para isso, o movimento articula ações que promovem a emancipação política da juventude, a valorização da cultura popular, do campo, e a resistência às opressões de classe, gênero, raça e orientação sexual.

O movimento adota uma estrutura descentralizada e participativa, com núcleos organizados em diversas cidades do Brasil. Essa estrutura favorece a proximidade com as

comunidades locais e permite que o Levante se adapte às demandas regionais, respeitando as especificidades culturais e sociais de cada contexto. As atividades dos núcleos são pautadas por assembleias regulares, oficinas formativas, grupos de estudo e intervenções culturais e políticas.

As principais frentes de atuação do Levante Popular da Juventude incluem: a) educação e formação política: promovem atividades de formação política e cidadã para jovens, abordando temas como história dos movimentos sociais, desigualdade social, direitos humanos e feminismo; b) cultura popular e arte: valorizam a cultura popular como ferramenta de resistência e transformação social, realizando saraus, festivais e ações artísticas voltadas à inclusão cultural e ao fortalecimento das identidades locais; c) luta contra as desigualdades sociais: mobilizam ações para denunciar a precarização do trabalho juvenil, o desemprego, a violência policial e o racismo estrutural; e d) defesa dos direitos humanos e da democracia: atuam na defesa da democracia, da justiça social e da ampliação de direitos, especialmente em contextos de retrocessos políticos e sociais.

O Levante é conhecido por suas ações criativas e simbólicas, que combinam manifestações públicas, ocupações, performances culturais e a utilização estratégica de plataformas digitais. Um marco na atuação do movimento foram os chamados escrachos públicos, ações que visavam expor ex-agentes da ditadura militar e seus apoiadores, promovendo a memória e a justiça histórica. O movimento também se destaca pelo uso das redes sociais para amplificar suas mensagens e engajar jovens de diferentes perfis socioeconômicos. Essa estratégia digital foi intensificada durante a pandemia de Covid-19, quando o Levante adaptou suas ações para o ambiente virtual, promovendo campanhas de conscientização, mobilizações online e debates sobre os impactos da crise sanitária.

A pandemia trouxe desafios significativos para o ativismo tradicional do Levante, que depende fortemente de interações presenciais. Em resposta, o movimento priorizou o uso de redes sociais e plataformas digitais para manter a mobilização, promovendo campanhas como a distribuição de alimentos e materiais de higiene para comunidades vulneráveis. O movimento também desempenhou um papel fundamental na difusão de informações sobre a gravidade da pandemia e na contestação de narrativas negacionistas, reforçando a importância da ciência e da solidariedade coletiva.

O período de coleta de dados abrangeu os dois primeiros anos da pandemia de Covid-19, especificamente de **12 de março de 2020 a 11 de março de 2022**. Essa delimitação temporal foi escolhida por englobar três momentos distintos e relevantes no contexto da

pandemia, permitindo identificar as adaptações e estratégias dos movimentos sociais em cenários de rápida mudança. O primeiro momento corresponde aos meses iniciais da pandemia, caracterizados por **lockdowns e medidas de isolamento social** mais restritivas, contexto que exigiu uma reestruturação das ações dos movimentos sociais para o ambiente digital. O segundo momento abrange o **período de transição para o “novo normal”**, quando o início da vacinação no Brasil trouxe uma gradual flexibilização das restrições e novas possibilidades para a mobilização social. O terceiro momento compreende o **período pós-vacinação inicial**, no qual parte das atividades presenciais foi retomada, permitindo um estudo comparativo entre as estratégias de ciberativismo e ações híbridas que combinaram mobilizações digitais e fora das redes.

Com o auxílio da ferramenta Fanpage Karma, realizamos a extração sistemática das postagens no Facebook dos movimentos sociais selecionados. O Fanpage Karma⁴ é uma plataforma paga que oferece ferramentas avançadas de monitoramento de redes sociais, possibilitando a extração de dados detalhados de publicações realizadas em períodos pré-determinados. A plataforma permite exportar essas informações em planilhas do Excel, fornecendo um formato acessível para a organização e análise de dados.

As planilhas extraídas incluem dados importantes para a análise, como a data e o conteúdo textual de cada postagem, além de métricas quantitativas, como o número de reações, comentários e compartilhamentos. Adicionalmente, apresentam links diretos para as publicações originais, o que permite revisitar o material para aprofundamento da análise qualitativa. A ferramenta também disponibiliza quadros e gráficos com métricas detalhadas, oferecendo um panorama abrangente do desempenho das páginas analisadas. Esses recursos foram fundamentais para investigar o repertório de ação dos movimentos sociais no ambiente digital durante o período estudado. A metodologia permitiu a extração de um volume significativo de dados, apresentado na tabela a seguir, que indica a quantidade total de postagens coletadas por movimento social. Esses dados foram analisados permitindo compreender a performance digital, os repertórios de ação e a interação dos movimentos sociais no contexto da pandemia de Covid-19.

⁴ As despesas relacionadas à utilização da ferramenta Fanpage Karma durante o desenvolvimento da pesquisa foram integralmente custeadas pelo Auxílio Pesquisa/Projeto de Pesquisa Regular concedido pela FAPESP no âmbito do projeto intitulado "Informação e Comunicação nos movimentos sociais a partir da pandemia de Covid-19: perspectivas e desafios para o ativismo no Brasil". Processo nº 2021/04774-7. Vigência 02/2022-01/2024.

Tabela 1 - Quantidade total de postagens analisadas

Movimento Social	Quantidade de postagens
Ação da Cidadania	930
Greenpeace Brasil	2.132
Levante Popular da Juventude	3.304
	Total: 6.366

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

As 6.366 postagens coletadas via Fanpage Karma foram analisadas em conformidade com as etapas de Codificação, Categorização e Inferência delineadas no método de Análise de Conteúdo (Krippendorff, 2019).

A etapa de **Categorização** foi realizada à luz do referencial teórico-metodológico proposto por Pleyers (2020). Utilizamos as categorias previamente sugeridas pelo autor, que abrangem aspectos fundamentais do repertório de ação dos movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19. Essas categorias incluem: 1) Ações de protestos; 2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores; 3) Ações de ajuda mútua e solidariedade; 4) Ações de monitoramento das ações do governo; 5) Ações de educação popular e conscientização. Entretanto, ao longo do processo de análise, os dados extraídos revelaram nuances específicas do contexto brasileiro que não estavam contempladas inteiramente nas categorias originais de Pleyers. Isso demandou uma expansão das categorias de ação para melhor refletir as estratégias de mobilização e comunicação digital dos movimentos sociais no Brasil. Como resultado, emergiram duas novas categorias analíticas: **6) Ações de comunicação pública e 7) Ações de manutenção das pautas dos movimentos.**

O Quadro 4 indica as categorias de análise para o repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil a partir da pandemia de Covid-19 após a aplicação da AC:

Quadro 4 – Categorias de Análise do repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil

1) Ações de protestos
2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores
3) Ações de ajuda mútua e solidariedade
4) Ações de monitoramento das ações do governo
5) Ações de educação popular e conscientização
6) Ações de comunicação pública
7) Ações de manutenção das pautas dos movimentos

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ao incluir essas novas categorias no processo de categorização, ampliamos a capacidade analítica do estudo, oferecendo uma abordagem mais abrangente e ajustada às especificidades do contexto brasileiro. Essa ampliação não apenas valoriza a riqueza dos dados coletados, mas também evidencia como os movimentos sociais adaptaram suas estratégias de mobilização e comunicação para enfrentar os desafios do período pandêmico. Dessa forma, a análise do repertório de ação não apenas descreve as práticas comunicacionais e de mobilização, mas também proporciona uma compreensão mais ampla das dinâmicas políticas e sociais que permeiam o ativismo digital contemporâneo.

Para a terceira e última etapa da Análise de Conteúdo (AC), a **Inferência**, foram analisados três aspectos fundamentais que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa e com os referenciais teóricos e metodológicos adotados. O primeiro aspecto corresponde à **classificação dos movimentos sociais** apresentada no Capítulo 2 e que categoriza os movimentos em: movimentos sociais antiausteridade, movimentos sociais de afirmação identitária e movimentos sociais antissistema. Nesse ponto, buscou-se identificar como cada movimento, pertencente a uma dessas categorias, moldou seu repertório de ação durante o período pandêmico. Essa análise permitiu compreender as especificidades das estratégias adotadas pelos diferentes tipos de movimentos, suas intersecções e suas particularidades, à luz de suas pautas estruturais e de suas respostas às condições impostas pela pandemia de Covid-19. A classificação, portanto, funcionou como um eixo organizador para interpretar os dados, destacando tanto os repertórios comuns quanto as distinções entre os diferentes movimentos sociais analisados.

O segundo aspecto considerado durante a Inferência foi o **tensionamento gerado por contramovimentos sociais**, fenômeno que emergiu com intensidade no contexto da pandemia e afetou diretamente a atuação dos movimentos sociais selecionados. Nesse sentido, foi analisado como as narrativas e dinâmicas comunicacionais dos contramovimentos

influenciaram as práticas dos movimentos sociais, tanto em termos de enfrentamento direto quanto na necessidade de adaptação das suas ações. Essa análise revelou como as disputas simbólicas e narrativas no espaço digital, impulsionadas por contramovimentos frequentemente associados a agendas conservadoras, criaram desafios para a legitimação das pautas progressistas e para a mobilização cidadã. Essa dimensão destaca a relevância do espaço digital como *locus* de disputa política e evidencia a necessidade de os movimentos sociais reformularem constantemente suas estratégias frente a essas dinâmicas de conflito.

O terceiro aspecto analisado na etapa de Inferência foi a **comunicação digital** no contexto do ativismo. Essa dimensão considerou como os movimentos sociais utilizaram as redes sociais, especialmente o Facebook, para articular suas ações, promover suas causas e mobilizar seus públicos durante a pandemia. Foram explorados o uso das plataformas digitais, as dinâmicas de engajamento e as limitações impostas pela desinformação, pelo discurso de ódio e pelos algoritmos das redes sociais. A análise também destacou como a comunicação digital foi central para a construção de novas formas de participação cidadã, permitindo que os movimentos sociais ampliassem suas vozes e alcançassem públicos que tradicionalmente não participariam de suas atividades presenciais. Ademais, essa dimensão permitiu avaliar como as práticas comunicacionais digitais se conectaram com o contexto mais amplo da pandemia, que exigiu a reconfiguração das formas tradicionais de mobilização social.

A partir desses três aspectos, a etapa de Inferência buscou não apenas interpretar os dados coletados, mas também contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas contemporâneas de atuação dos movimentos sociais no Brasil, ressaltando o papel da comunicação digital, as tensões com os contramovimentos e as especificidades dos repertórios de ação observados em cada categoria. Esses elementos fornecem subsídios para reflexões mais amplas sobre o futuro do ativismo social em contextos marcados por crises globais e pela crescente polarização política.

A **apresentação, discussão e interpretação** dos dados foi organizada de forma a oferecer uma visão ampla e sistemática das estratégias de mobilização e comunicação digital dos movimentos sociais durante o período de pandemia. Este processo seguiu uma abordagem estruturada que articulou análises quantitativas e qualitativas, permitindo tanto um panorama geral quanto um aprofundamento nas especificidades de cada categoria de ação.

Inicialmente, apresentamos dados gerais sobre o uso do Facebook pelos movimentos sociais ao longo do período analisado. Esta etapa foi essencial para traçar um panorama inicial, identificando as principais tendências e padrões nas estratégias de mobilização digital. Os dados analisados permitiram caracterizar os movimentos sociais em relação à frequência e ao formato

das postagens, destacando as particularidades de sua atuação digital. Foram utilizados gráficos gerados pelo software Fanpage Karma, juntamente com outros elaborados a partir da análise de conteúdo das postagens. Esses gráficos incluíram indicadores como: frequência diária de postagens, que permitiu compreender a regularidade da presença dos movimentos nas redes sociais; formatos mais utilizados, como imagens, vídeos, links e status, e suas respectivas taxas de uso; formatos com maior interação, identificando quais modalidades de postagem geraram maior engajamento entre os usuários; postagens de maior destaque, exibindo aquelas que obtiveram mais interações ao longo do período analisado; nuvens de palavras e hashtags, que ofereceram insights sobre as temáticas e narrativas mais frequentes e envolventes, indicando tanto a frequência de uso quanto o impacto gerado pelo engajamento. Esses dados gerais apoiaram a análise da adaptação estratégica dos movimentos sociais ao contexto pandêmico, evidenciando como os diferentes formatos e conteúdos foram empregados para ampliar sua visibilidade e alcançar seus objetivos de mobilização.

Após essa apresentação geral, passamos a explorar as categorias de análise que estruturam o repertório de ação dos movimentos sociais durante a pandemia. Cada uma das sete categorias, derivadas do referencial teórico-metodológico de Pleyers (2020) e ampliadas por nossa análise, foi detalhada a partir de subcategorias que expressam diferentes dimensões da atuação dos movimentos sociais.

Para cada categoria, agrupamos os dados em subcategorias que possibilitam a identificação e a caracterização de estratégias específicas de mobilização e comunicação. As categorias foram abordadas em aspectos práticos, como: táticas específicas empregadas, alcance e engajamento das ações, conexão com as demandas sociais emergentes durante a pandemia, detalhamento dos formatos de conteúdo e engajamento.

Após a apresentação detalhada das sete categorias de análise e suas respectivas discussões, avançamos para a última parte desta pesquisa: sua conclusão. Nesse momento, buscamos responder às perguntas de pesquisa que orientaram este estudo, resgatando as questões iniciais: 1) qual é o impacto da pandemia de Covid-19 na luta pelo alcance e manutenção dos direitos civis e políticos? 2) Quais são as perspectivas para a participação cidadã diante das profundas transformações econômicas e sociais impostas pela pandemia? E, por fim, 3) qual é o potencial, os limites e os desafios da comunicação digital para a mobilização popular a partir da pandemia de Covid-19?

Essa reflexão final demarca as principais contribuições deste estudo, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para estimar o potencial da comunicação digital para a participação cidadã, a partir da pandemia de Covid-19 no Brasil.

4. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO DIGITAL A PARTIR DA PANDEMIA DE COVID-19

Inicialmente, pretendemos abordar alguns dados gerais sobre os usos do Facebook pelos movimentos sociais no período de análise, oferecendo um panorama para identificar estratégias de mobilização a partir da pandemia, bem como caracterizar estratégias de comunicação digital. O aprofundamento da identificação e a caracterização de tais estratégias serão apresentados nos tópicos seguintes, com a inclusão de dados quantitativos e qualitativos sobre as categorias de análise. Para além das categorias previstas na proposta de Pleyers (2020) para compreender o repertório de ação dos movimentos sociais na pandemia de Covid-19, quais sejam: 1) Ações de protestos; 2) Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores; 3) Ações de ajuda mútua e solidariedade; 4) Ações de monitoramento das ações do governo; 5) Ações de educação popular e conscientização; os dados analisados oferecem subsídio para a criação de duas novas categorias, e que nos parece fundamental para pensar as estratégias de mobilização e comunicação digital dos movimentos sociais no Brasil: **6) Ações de comunicação pública e 7) Ações de manutenção das pautas dos movimentos.**

No primeiro momento, recorreremos aos gráficos gerados pelo software Fanpage Karma, bem como os elaborados com base na análise de conteúdo das postagens. Os primeiros mostram dados como frequência diária de postagens; formatos mais utilizados; formatos com mais interação de usuários; postagens com mais interações no período; nuvens de palavras que indicam tanto frequência de uso quanto engajamento; nuvens de hashtags com a mesma característica. Os gráficos que apresentam a quantidade de postagens dos movimentos no período, gerados a partir da nossa base de dados, dão apoio para compreender como os movimentos sociais responderam ao contexto, adequando estratégias de acordo com seus princípios e formas de ação preferenciais.

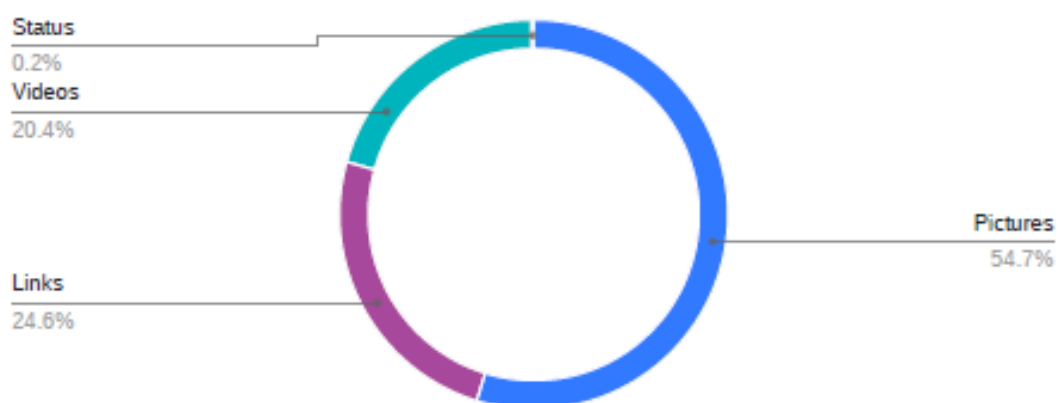
Conteúdos Informacionais

As postagens que compõem o corpus da pesquisa utilizam diferentes modalidades de conteúdo disponibilizadas pelo Facebook: imagens - para postagens que possuem fotografias, desenhos ou artes digitais, acompanhadas ou não de links e texto; vídeos - acompanhados ou não de links e texto; links - para postagens que usam a visualização automática de imagens do

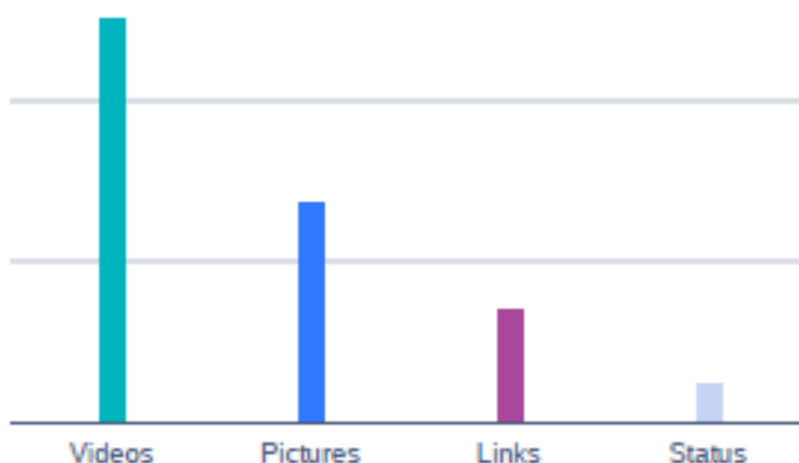
Facebook, acompanhadas ou não de textos; e status - para postagens que são compostas apenas de texto.

Os movimentos sociais selecionados possuem preferências distintas sobre os recursos, como pode-se perceber pelos gráficos a seguir, que mostram o número de postagens do período que recorrem a cada modalidade de conteúdo. Da mesma forma, pode-se observar quais modalidades apresentam melhores resultados em termos de engajamento, ou seja, de interações com a publicação, por meio dos botões de reação, comentários e compartilhamentos.

Gráficos 1 e 2 - Uso dos recursos em postagens do Ação da Cidadania e recursos com mais engajamento

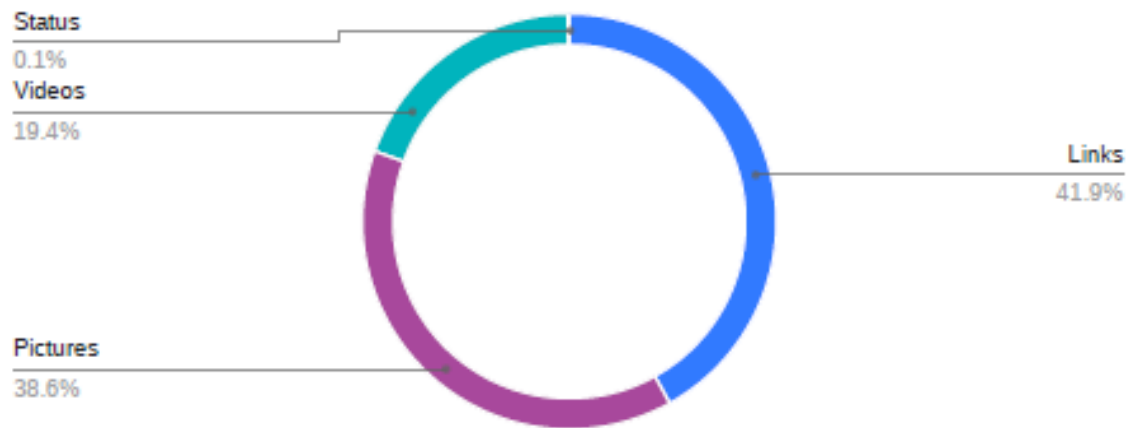


Fonte: Elaborado com o Fanpage Karma

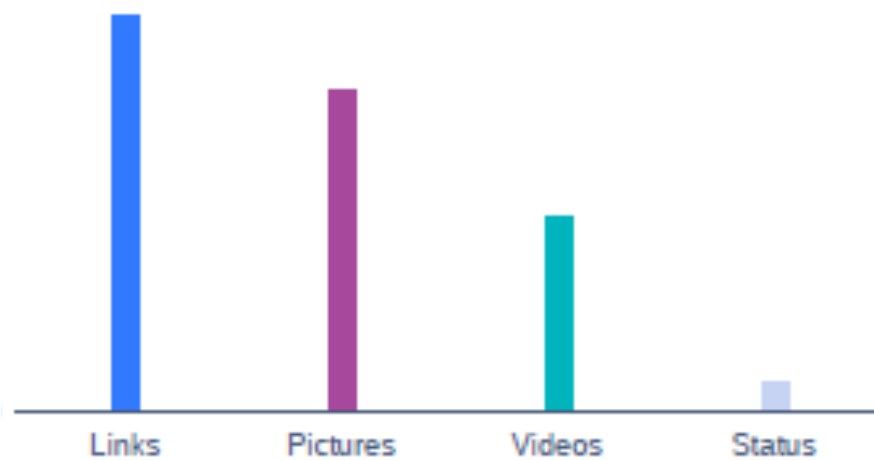


Fonte: Elaborado com o Fanpage Karma

Gráficos 3 e 4 - Uso dos recursos em postagens do Greenpeace e recursos com mais engajamento

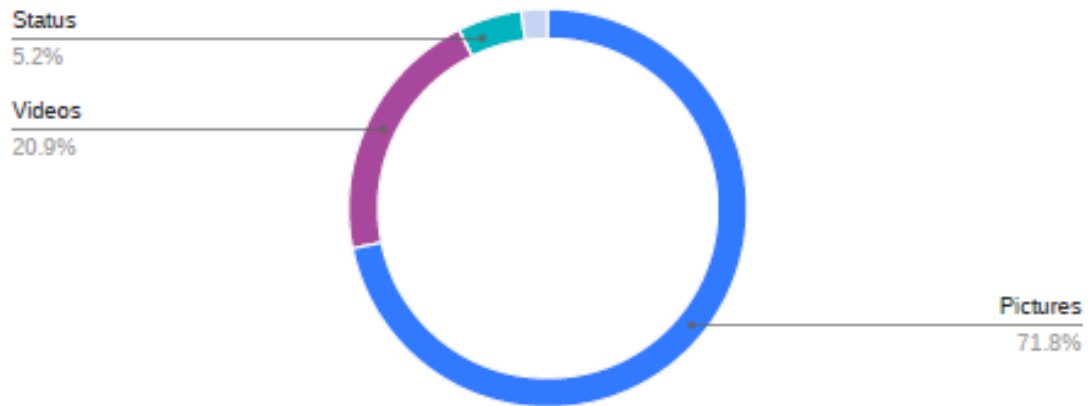


Fonte: Elaborado com o Fanpage Karma

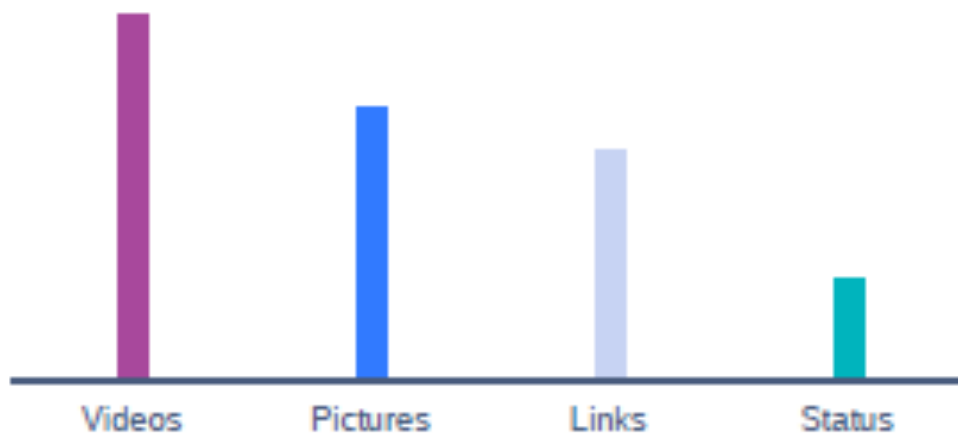


Fonte: Elaborado com o Fanpage Karma

Gráficos 5 e 6 - Uso dos recursos em postagens do Levante Popular da Juventude e recursos com mais engajamento



Fonte: Elaborado com o Fanpage Karma



Fonte: Elaborado com o Fanpage Karma

Enquanto Ação da Cidadania recorre, na maioria das postagens, ao uso de imagens (54,7%) e links (24,6%), e Greenpeace ao uso de links (41,9%) e imagens (38,6%), o Levante Popular da Juventude tem uso predominante de imagens (71,8%), seguidas de vídeos (20,9%). Os recursos que levam a mais interação dos usuários se mostram variados e nem sempre acompanham a tendência de uso dos recursos na elaboração das postagens. Apenas no caso do Greenpeace, com os links, os recursos mais utilizados são, também, os que apresentam mais engajamento dos usuários. Ação da Cidadania, embora utilize principalmente imagens e links apresenta mais engajamento para vídeos. No Levante Popular da Juventude, que recorre amplamente a imagens, os vídeos também apresentam mais engajamento.

Podemos inferir estratégias diferentes que, no caso dos dois primeiros movimentos citados, envolvem o direcionamento para outros ambientes digitais, os quais se mostram variados na análise qualitativa: sites dos próprios movimentos para campanhas de arrecadação, análises e textos opinativos, podcasts ou vídeos disponibilizados integralmente no Youtube ou no Spotify, etc; sites da mídia noticiosa; sites voltados para adesão em campanhas de arrecadação a abaixo-assinados, entre outros.

O uso majoritário de recursos visuais pelo Levante Popular da Juventude não significa, necessariamente, baixa adesão aos links que direcionam a interação para outros espaços, já que imagens e vídeos podem, também, ser acompanhados de links. Pode-se inferir, no entanto, que a estratégia de comunicação digital do movimento tanto tem a intenção de inserir seus argumentos no debate público que se materializa no Facebook quanto considera os recursos oferecidos por outros sites de rede social. No Instagram, não é possível contar com a visualização automática de imagens presentes nos links, tampouco disponibilizar links clicáveis no texto das postagens, contribuindo para a retenção de atenção na plataforma. Com tais características, as postagens do movimento indicam que a elaboração das mensagens abrange os recursos oferecidos por ambas plataformas de rede social, que oferecem a possibilidade de postagem simultânea.

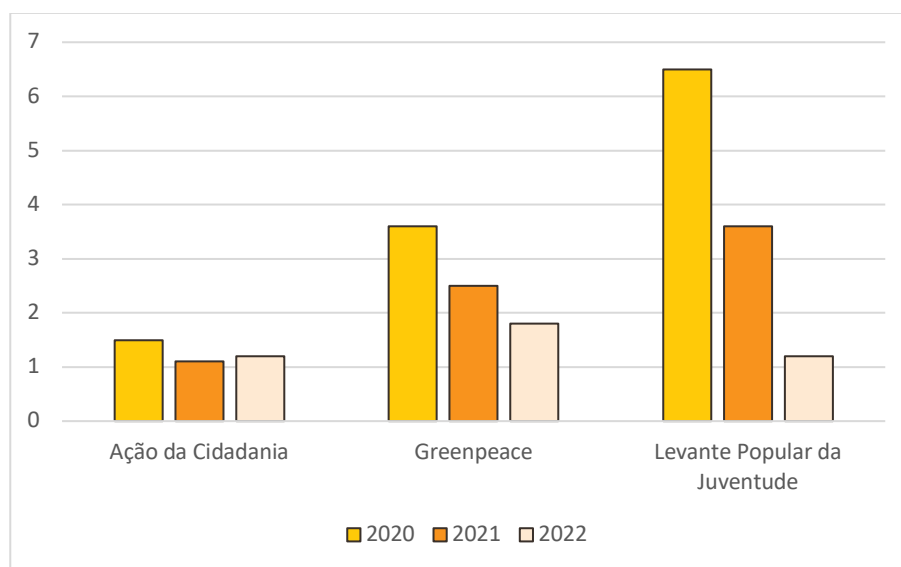
Pretendemos agora abordar dados tanto sobre a frequência de postagem na rede social quanto sobre a interação de usuários com essas postagens, mostrando como estes movimentos sociais se comportaram durante a pandemia, diante de condições restritas de interação, mas também diante da realidade desafiadora que se impunha para a população brasileira.

Com a disseminação do vírus, parte das estratégias de enfrentamento à pandemia de Covid-19 envolviam o isolamento ou distanciamento social, que vigoravam com mais ou menos restrições, a depender das condições do período e das políticas adotadas pelo poder público federal, estadual e municipal. A impossibilidade de interação presencial e de aglomeração fez

com que as atividades de diferentes setores fossem adequadas com o apoio de recursos digitais. Um indício de que os movimentos recorreram à comunicação digital e às plataformas de redes sociais é o aumento de postagens no ano de 2020, com tendência de queda nos anos seguintes⁵.

Os objetos da pesquisa postaram com mais frequência quando as condições de interação estavam mais restritas, tensionando movimentos a recorrerem à comunicação digital para mobilizar pessoas, construir laços, reivindicar suas pautas e visibilizar seus argumentos.

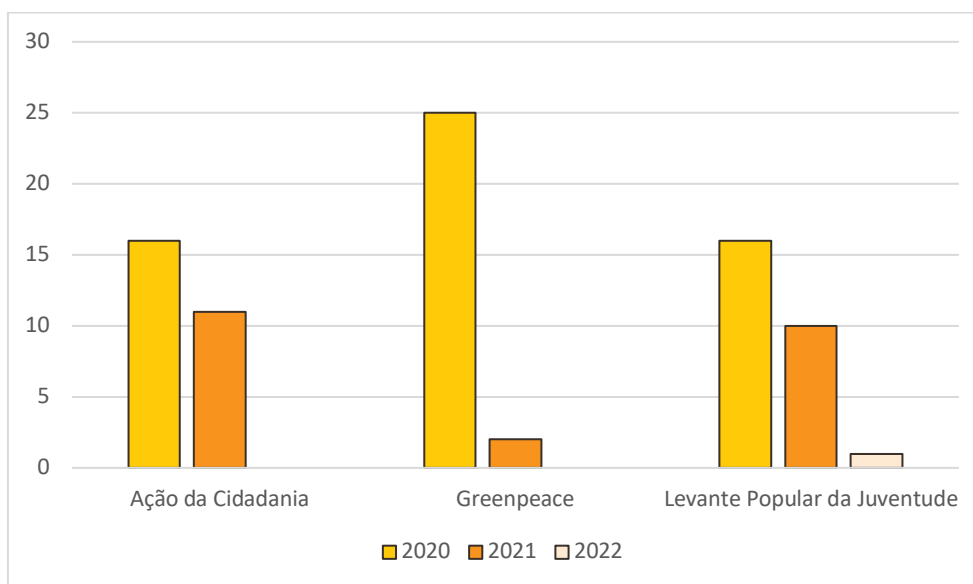
Gráfico 7 - Frequência de postagem diária



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Além de mais frequência de uso por parte dos movimentos sociais, o ano de 2020 apresentou mais engajamento dos usuários com as postagens. No gráfico a seguir, reunimos as postagens de cada movimento que apresentaram mais engajamento no período da pesquisa, segundo levantamento do Fanpage Karma. Para cada movimento, consideramos: as 9 publicações com mais engajamento que utilizaram imagem; as 9 publicações com mais engajamento que utilizaram vídeo; e as 9 publicações com mais engajamento que utilizaram link. Identificadas as postagens com mais engajamento, atentamos para a data de publicação.

⁵ É importante destacar que a pesquisa abrange o período de 12 de março de 2020 a 11 de março de 2022.

Gráfico 8 - Distribuição das postagens com mais engajamento

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

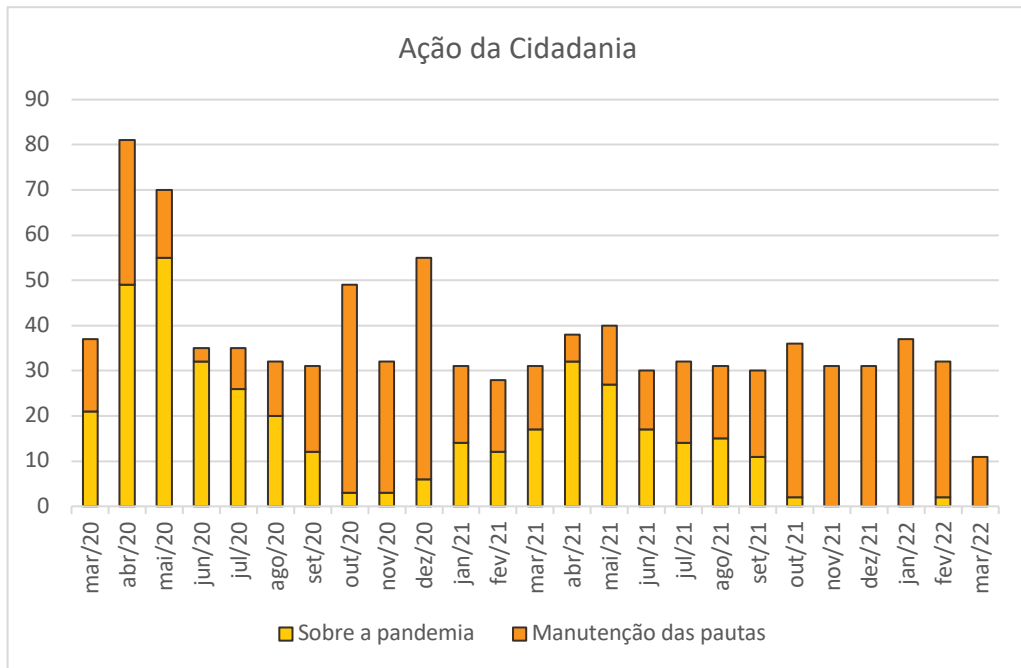
O ano de 2020 concentra a maior parte das postagens com mais engajamento para todos os movimentos, com diferentes variações nos anos seguintes. Esse pode ser um indício de que as pessoas recorreram à comunicação digital para interação com os movimentos sociais diante da impossibilidade de compartilhar o mesmo espaço físico. O aumento de interações mediadas por tecnologias digitais pode ser considerado um reflexo da pandemia, das condições de isolamento ou distanciamento social, que limitaram as opções dos repertórios de ação coletiva.

Certamente, é preciso pesar a influência de outros fatores no maior do número de postagens diárias e de interações no ano de 2020 em relação aos anos de 2021 e 2022, como a migração de usuários para outras plataformas de rede social, como Instagram, TikTok e Youtube. Com mais possibilidades de conexão, tanto interações quanto produção de conteúdos informacionais podem ter diminuído no Facebook como consequência da dispersão da atenção nas plataformas.

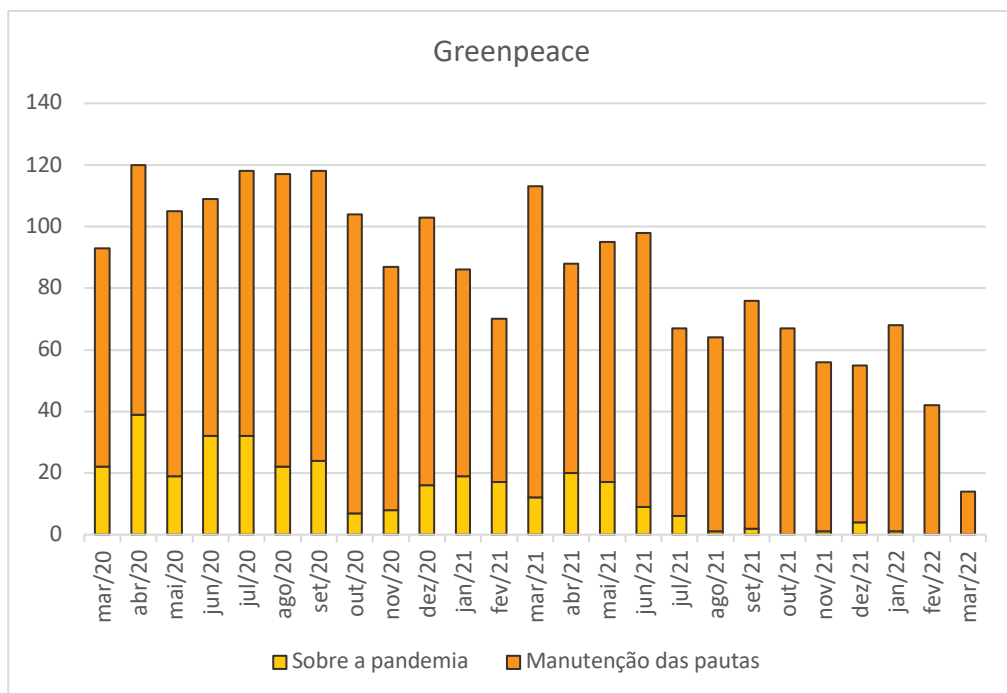
Feita essa ressalva, apresentamos outros gráficos para explorar como a pandemia tensionou as estratégias dos movimentos sociais, que responderam ao contexto em que estavam inseridos. Analisando o corpus da pesquisa, composto pelas postagens dos movimentos sociais, identificamos quais delas abordavam a pandemia de Covid-19 e seus desdobramentos sociais, econômicos e políticos. De maneira geral, é possível observar a manutenção ou queda no número de postagens ao longo do período. No entanto, queremos destacar dois aspectos relevantes: os picos no número de postagens no período inicial da pandemia; e a semelhança entre a proporção de postagens que abordam a pandemia.

Os gráficos mostram picos importantes em postagens entre março e maio de 2020, e entre março e junho de 2021. Em outubro de 2021, o tema já quase não ocupa espaço relevante na comunicação dos movimentos sociais.

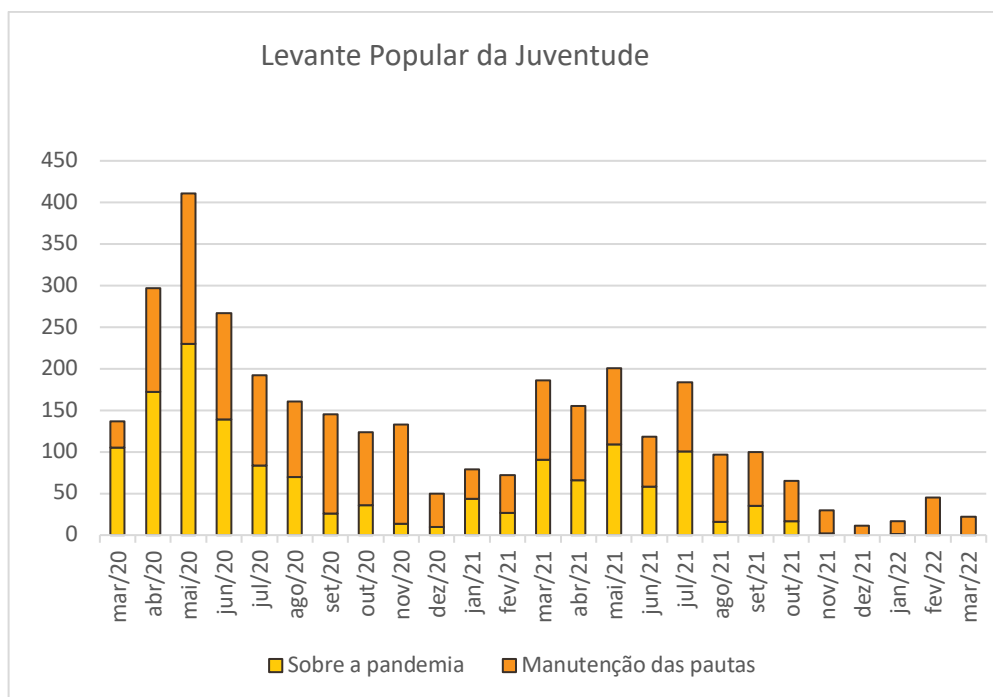
Gráficos 9, 10 e 11 - Proporção de postagens sobre a pandemia



Fonte: Elaborado pela autora (2024).



Fonte: Elaborado pela autora (2024).



No mês de março de 2020, a OMS declarou a pandemia de Covid-19 e no dia 17, foi registrada a primeira morte pela doença no Brasil. Dois meses depois, em maio, o país chegava à marca de 10 mil mortes por coronavírus, em meio à conturbada gestão do governo federal que já havia demitido dois ministros da saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, por discordâncias com relação às políticas de isolamento social ou em protocolos para administração de medicamentos sem comprovação científica para tratamento da doença. Ainda em maio, o Amapá foi o primeiro estado brasileiro a decretar isolamento social total, após aumento de 217% dos casos, que sufocou o sistema de saúde local (Machado; Freitas, 2021).

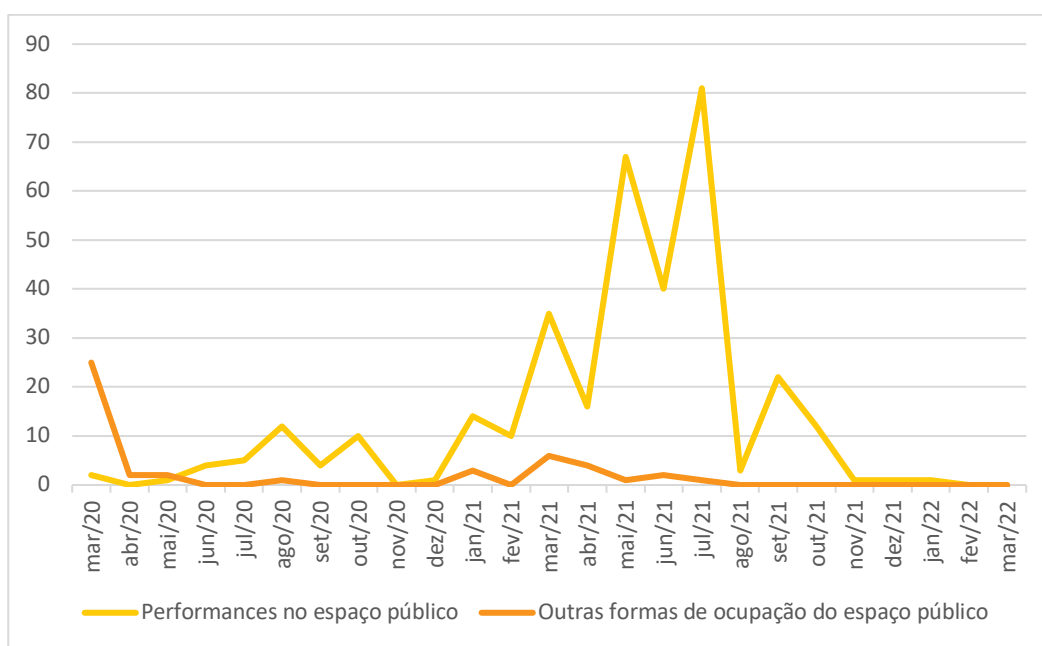
Trazemos este resgate para evidenciar que estes meses de rápido agravamento, período em que o impedimento de aglomeração e contato físico se intensificaram, refletiram em um aumento de postagens que se mostra, com mais clareza, nos dados do Ação da Cidadania e do Levante popular da Juventude. Nesse sentido, os gráficos corroboram para inferir que os movimentos sociais recorreram a comunicação digital para desempenhar diferentes papéis durante a pandemia de Covid-19.

Ademais, consideramos que essa situação coloca os movimentos em condições de interação com as quais tem pouca ou nenhuma experiência. Conforme o tempo passa, desenvolvem suas próprias tentativas para seguir com as atividades necessárias, além de aprender com outros atores sociais e políticos com os quais compartilham o mesmo contexto. Assim, ainda que a disseminação e as complicações da Covid-19 variem ao longo do período, exigindo mais ou menos isolamento social da população, passa a se construir conhecimento

sobre como lidar com as interações presenciais de forma segura, com a utilização de máscaras, mantendo o distanciamento, reunindo grupos em espaços abertos. Com esse conhecimento, outras opções do repertório de ação coletiva, até então inacessíveis, voltam a compor as estratégias dos movimentos sociais.

Iremos detalhar as adaptações feitas nos tópicos seguintes, ao explorar qualitativamente as categorias de análise. No entanto, consideramos produtivo adiantar a distribuição da categoria Ações de Protesto para ilustrar esse ponto. Nas postagens que continham protestos e reivindicações públicas relacionadas à pandemia, identificamos quais recorriam a ocupação do espaço público por meio da presença física e quais recorriam a outras formas de ação, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 12 - Formas de protesto ao longo do período



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A linha amarela mostra performances que abrangem desde poucas pessoas fazendo intervenções ou multidões ocupando as ruas. É possível notar que a linha laranja, com outras formas de ocupação, só ultrapassa a linha amarela nos meses iniciais da pandemia, entre março e maio de 2020. São projeções em prédios, painéis, barulhaços, aplausos e panos pretos pendurados em janelas. Mesmo que o desenrolar dos acontecimentos da pandemia tenha levado a períodos que demandam mais ou menos rigidez nas políticas de isolamento e distanciamento social, essas opções do repertório de ação coletiva são menos acionadas e, quando seu uso aumenta, é em momentos mais intensos de protesto, quando são usadas em composição com a

as formas de ação que demandam presença física. Há mais conhecimento acumulado sobre como fazer adaptações nas estratégias de mobilização para que sejam seguras e coerentes com as condições do contexto⁶.

Também vale observar o aumento no número de postagens nos meses de março, abril e junho de 2021. A esta altura jornais internacionais como The New York Times e The Guardian tratam o Brasil como “ameaça sanitária global”. Em janeiro do mesmo ano, o país chegava à marca de 200 mil mortos por coronavírus. O sistema de saúde de Manaus havia colapsado, com falta de oxigênio pelo aumento de internações. Ainda que a vacinação tivesse iniciado, o mês de fevereiro apresenta recorde diário de infecções. No mês de abril de 2021, tem início a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, com o objetivo de avaliar ações e omissões do governo federal no combate à pandemia.

Se já havia, neste momento, mais conhecimento sobre como lidar com as condições de interação da pandemia, há também o agravamento de fatores ligados à saúde pública e disseminação da doença, das condições sociais e econômicas da população e uma intensificação de acontecimentos políticos em torno da gestão da pandemia. Por mais que cada movimento social tenha elaborado estratégias diferentes, as linhas azuis nos gráficos apresentados anteriormente exibem desenho semelhante. Podemos inferir que, com as devidas adequações, os movimentos sociais responderam à Estrutura de Oportunidades Discursivas (Koopmans; Statham, 1999) que se apresentava no momento, delineando quais reivindicações parecem justas e que formas de ação são consideradas legítimas.

Passemos agora para a análise das 7 categorias que compõem o repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil a partir da pandemia de Covid-19.

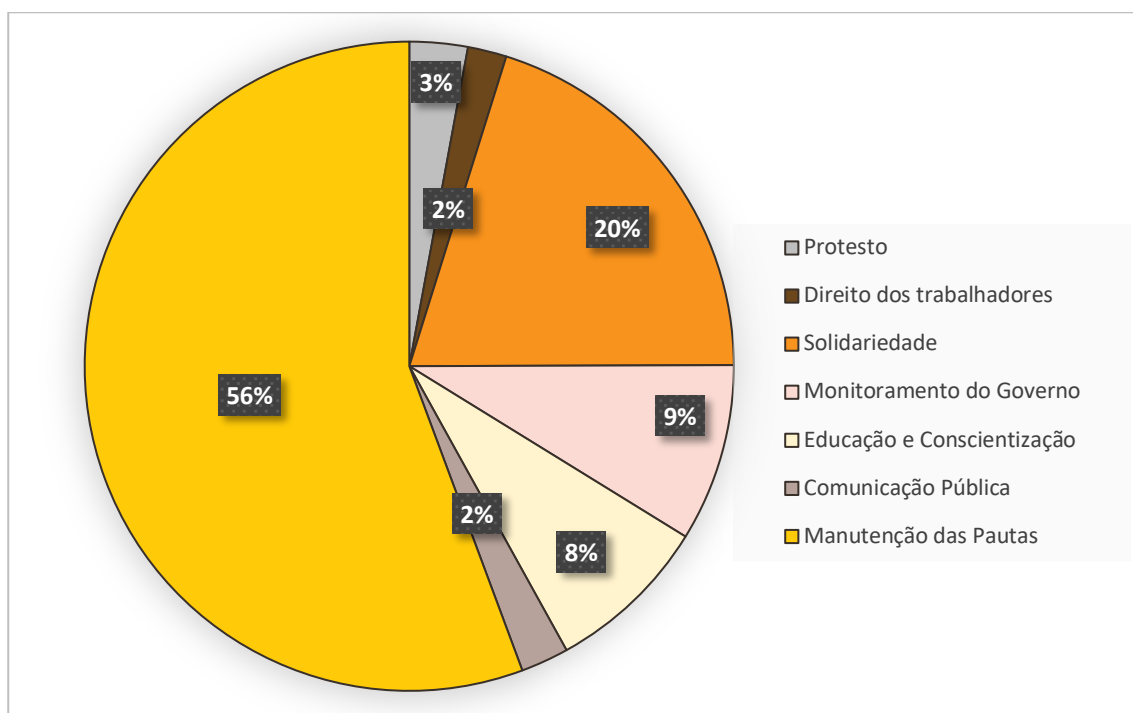
⁶ No próximo capítulo, detalhamos as estratégias adotadas pelos movimentos sociais objetos da pesquisa.

5. ANÁLISE DO REPERTÓRIO DE AÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Na Análise de Conteúdo, partimos da classificação inicial feita por Pleyers (2020). Com base nos dados gerados, consideramos necessário criar duas novas categorias que contemplassem o esforço dos movimentos em seguir com suas lutas específicas durante o período: a primeira foi a categoria Ações de Comunicação Pública, assumindo para si a responsabilidade de promover informação sobre campanhas de saúde ou políticas públicas relacionadas à Covid-19, por exemplo; e a segunda foi a categoria Ações de Manutenção das Pautas do Movimento, que reúne todas as postagens em que a pandemia e seus desdobramentos não são abordados.

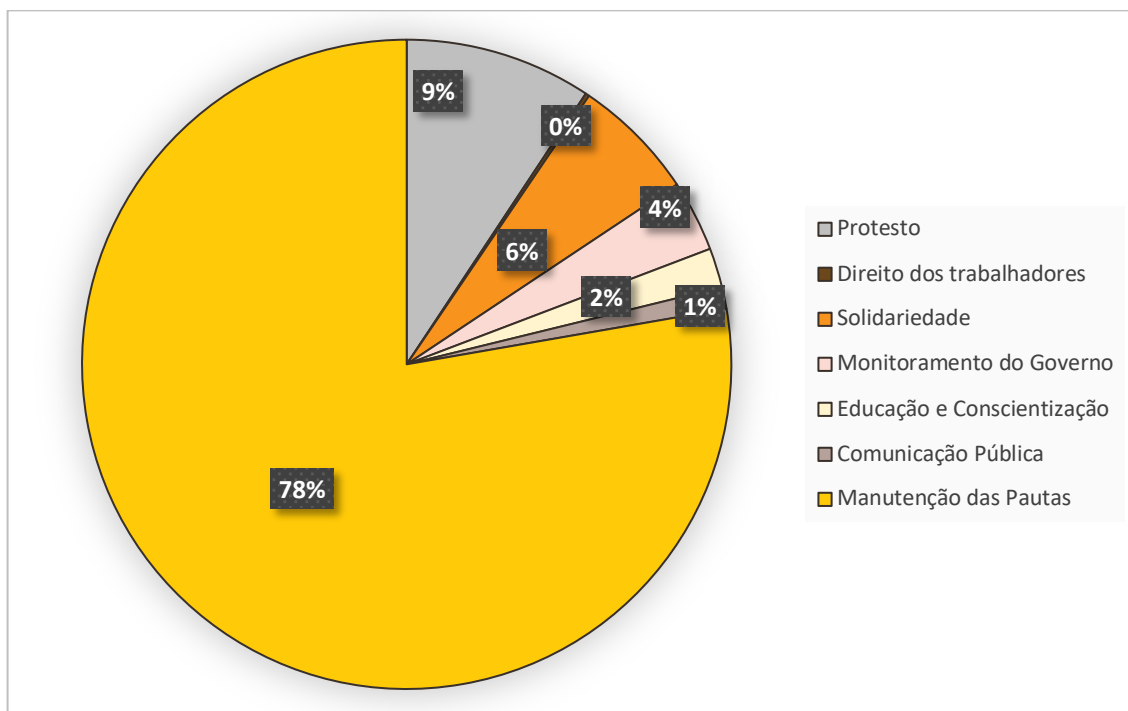
Pretendemos explorar, a partir de agora, as categorias cujos conteúdos apresentam relação com a pandemia. Para cada uma das 7 categorias, agrupamos os dados em subcategorias que expressam diferentes aspectos da atuação dos movimentos sociais, detalhando as estratégias utilizadas. Notamos que a manutenção de pautas ocupou o maior espaço na comunicação digital dos movimentos, mesmo no primeiro ano do período da pesquisa, ampliando essa diferença no ano seguinte.

Gráfico 13 - Distribuição das postagens nas categorias. Primeiro ano



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

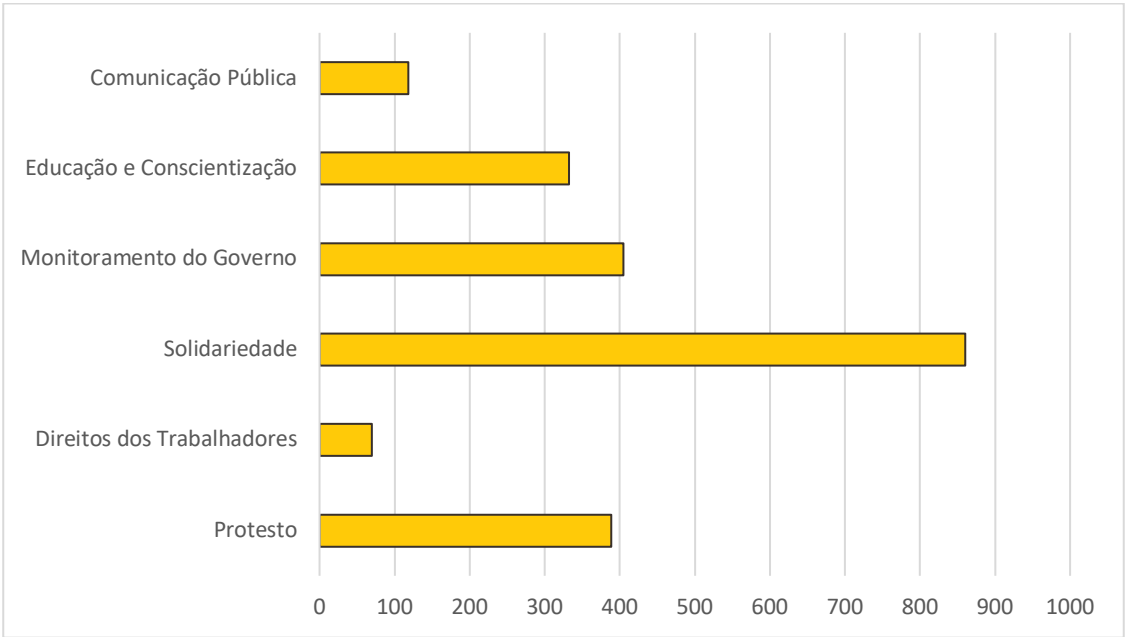
Gráfico 14 - Distribuição das postagens nas categorias. Segundo ano.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Considerando as postagens das seis categorias que abordam a pandemia e seus desdobramentos (Ações de protestos - indicada nos gráficos com a palavra Protestos; Ações em defesa dos direitos dos trabalhadores - indicada nos gráficos com a palavra Direitos dos Trabalhadores; Ações de ajuda mútua e solidariedade - indicada nos gráficos com a palavra Solidariedade; Ações de monitoramento das ações do governo - indicada nos gráficos com a palavra Monitoramento do Governo; Ações de educação popular e conscientização - indicada nos gráficos com a palavra Educação e Conscientização; e Ações de Comunicação Pública - indicada nos gráficos com a palavra Comunicação Pública), a categoria Ações de ajuda mútua e solidariedade foi preponderante na atuação dos movimentos sociais com relação à pandemia, seguida pelas Ações de monitoramento das ações do governo e pelas Ações de protestos, conforme demonstrado no Gráfico 15.

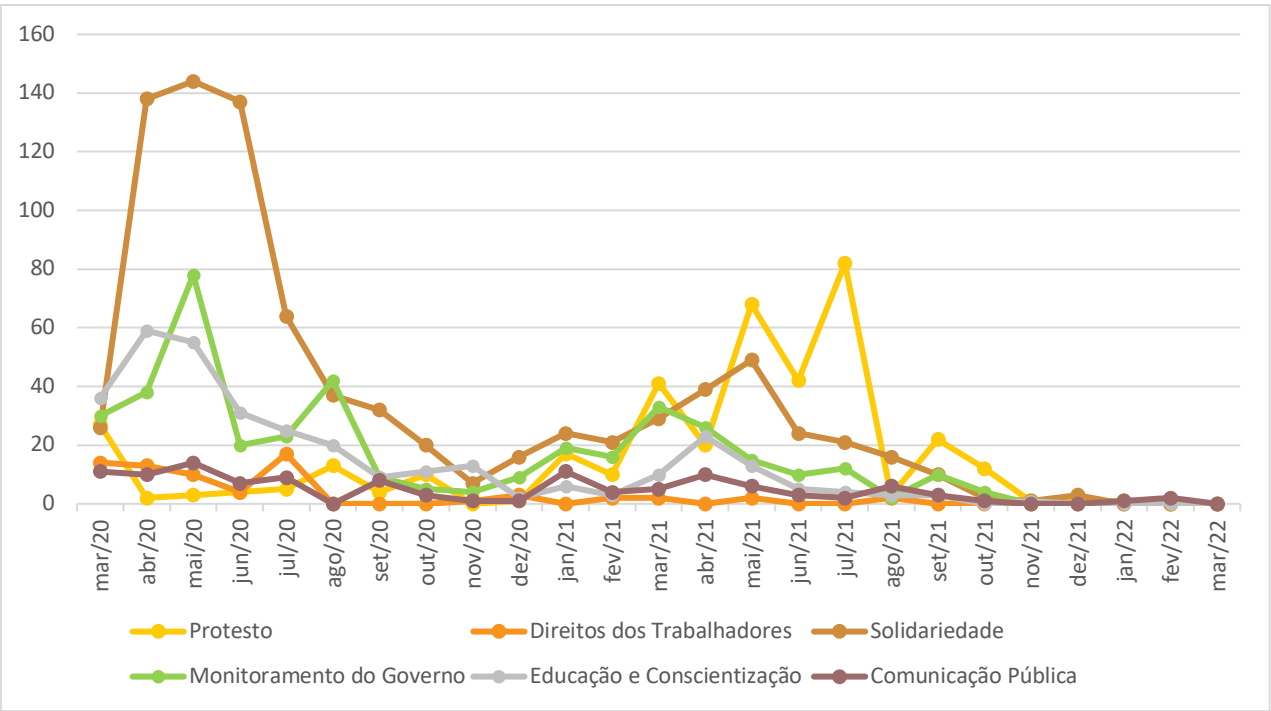
Gráfico 15 - Número de postagens em cada categoria



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Pode-se notar como a atuação dos movimentos sociais também respondeu ao desenrolar de eventos da pandemia de Covid-19 e às Estruturas de Oportunidades Discursivas ao observar a distribuição dos papéis em postagens ao longo da pandemia, como mostra o Gráfico 16:

Gráfico 16 – Distribuição das postagens nas categorias de análise ao longo do período



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As ações de solidariedade aparecem com muita ênfase no período inicial da pandemia. Depois de um período de gradativa redução, volta a concentrar mais postagens no final do ano de 2020. Esse é o momento em que o Auxílio Emergencial, benefício pago pelo governo federal para garantir renda aos brasileiros em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de Covid-19, é suspenso. A política teve início em abril de 2020 sendo prevista, a princípio, para durar três meses. Com o prolongamento da situação de saúde coletiva, ele foi estendido duas vezes. Em setembro de 2020 foi prorrogado até o final do ano, mas sofreu redução no valor e as regras para receber ficaram mais rígidas.

Esse foi o maior programa de distribuição de renda da história, tendo impacto importante na redução da pobreza e da desigualdade. Com o fim do programa se aproximando, e com as consequências da pandemia, das políticas de austeridade e da crise econômica, a fome passa a ser uma questão urgente. Chama atenção que justamente nesse período as ações de solidariedade em torno da pandemia voltem a se intensificar, respondendo à lacuna deixada pelo Auxílio Emergencial (que retornou em abril de 2021, com mais uma redução no valor) e também às necessidades da população.

As ações de protesto também mostram um pico entre maio e julho de 2021, justamente com o avanço das investigações da CPI da Covid-19. O aumento das postagens se deve, principalmente, às manifestações contra o então presidente nesse contexto, bem como às políticas desempenhadas com relação à crise sanitária e seus desdobramentos. Ainda que os protestos tenham eclodido nessa época, o monitoramento de ações do governo foi uma ação persistente dos movimentos durante todo o período em que trataram sobre a pandemia.

Feitas essas observações, faremos a análise de cada categoria, bem como suas subcategorias, exemplificando as estratégias utilizadas pelos movimentos sociais analisados.

5.1 Análise da Categoria Ações de Protestos

Como destacamos anteriormente, criamos subcategorias que, neste caso, ajudam identificar como movimentos sociais fizeram reivindicações, que comumente recorrem a ocupação física do espaço público, no período da pandemia, diante da política de isolamento e distanciamento social. As postagens que compõem esta categoria trazem tanto chamadas de mobilização para ações de protesto, quanto o registro e divulgação posterior, a fim de circular as ações realizadas.

As estratégias de mobilização, analisadas como subcategorias, envolveram formas de ocupação do espaço público que não demandam presença física; e performances no espaço público, que vão de escolhas dos repertórios de ação coletiva viabilizadas com poucas pessoas sem aglomeração, até adaptações que tornaram grandes manifestações mais compatíveis com as restrições do período da pandemia.

No primeiro caso, atuações típicas do isolamento social eram realizadas sem sair de casa, utilizando como espaço de expressão as janelas de casas e apartamentos. Geralmente, essas formas de ação dependem da comunicação digital não apenas para sua mobilização, convocando para dia e horário, como também para atribuir sentido, definindo um tema que, muitas vezes, é registrado com palavras por quem grava os vídeos que irão circular para além do momento e local original. Por exemplo, em janeiro de 2021 é realizado o painel com mote “sem vacina, sem oxigênio, sem governo”, associado à *hashtag* #BrasilSufocado.

Uma variação é o barulhão, caracterizado por aplausos direcionados aos profissionais da saúde, solicitando recursos para o SUS e o fim do Teto de Gastos. Junto às expressões sonoras ou de forma isolada, algumas postagens registram a exibição de tecidos pretos pendurados nas janelas para simbolizar luto e indignação pelas mortes decorrentes da Covid-19. As paredes também são utilizadas em projeções, projeções visuais simultâneas articuladas em torno de uma pauta.

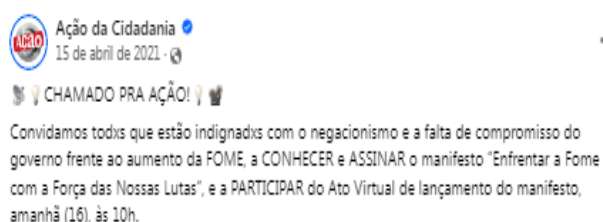
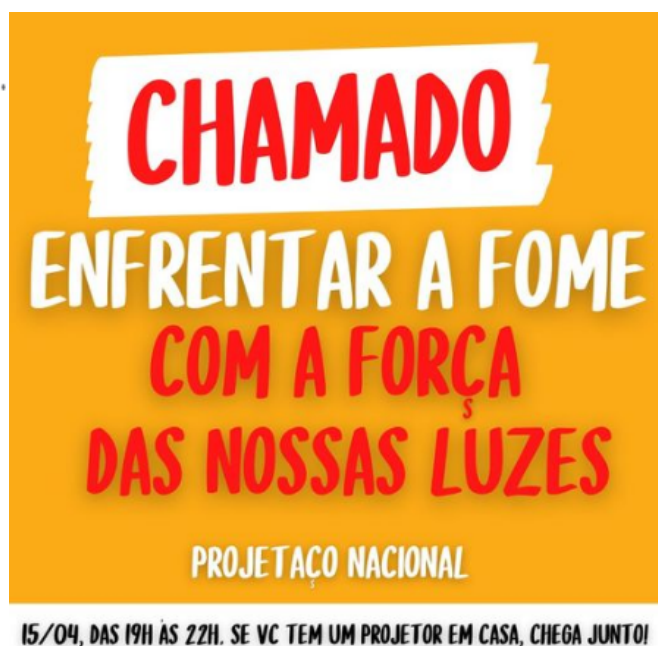


Figura 1 - Projeção

Fonte: Fanpage do Ação da Cidadania, abril/2021



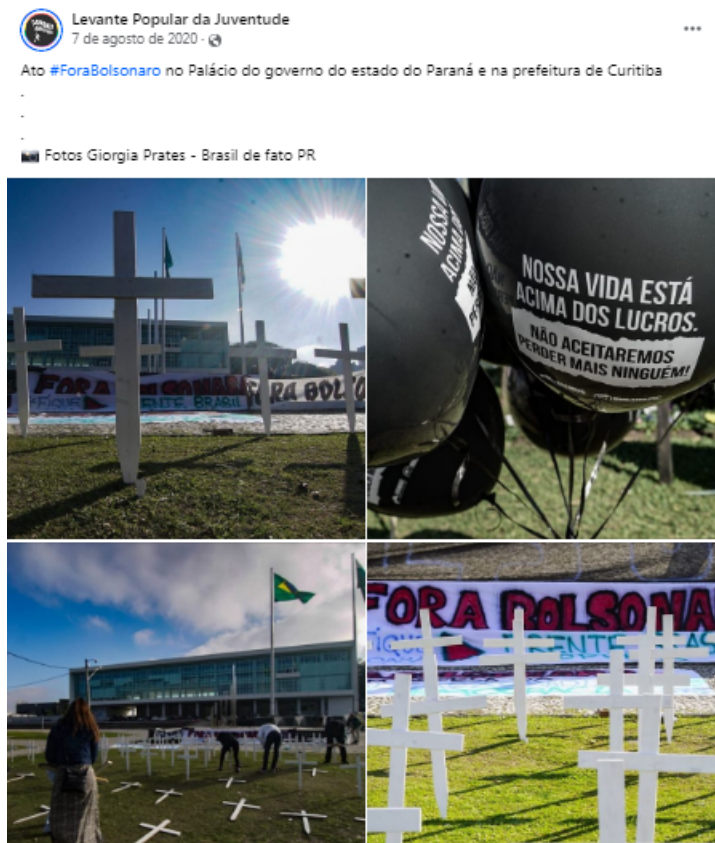
Muitas vezes, como mostra a imagem anterior, a estratégia é utilizar essas performances em composição com outras ações. O projeto realizado em abril de 2021 pretendia impulsionar o manifesto “Enfrentar a Fome com a Força de Nossas Lutas”, que “expressa indignação com o negacionismo e a falta de compromisso do governo federal frente à pandemia da Covid-19 e a volta da fome no Brasil aos níveis de 2004”.

No segundo caso, movimentos sociais recorreram a intervenções no espaço público com poucas pessoas ou que preveniam aglomeração e contato próximo. As performances disruptivas, que trabalham com a possibilidade de captar atenção pública pela inovação ou apelo simbólico, assumiram diferentes formatos. Citamos alguns exemplos: uso de bonecos representando os mortos pela Covid-19 espalhados em uma praça na cidade de Uberaba; 1000 cruzes colocadas com a mesma intenção em frente ao Congresso Nacional; personagens fantasiados e dramatizações em frente à sede do Ministério Público no Rio de Janeiro; uso de 18 mil toneladas de alimentos (arrecadados em uma ação de solidariedade) para escrever “400 MIL”, referindo aos mortos por Covid-19 no país, cobrando o governo federal de assumir sua responsabilidade no enfrentamento da pandemia.

Figuras 2A e 2B - Performances disruptivas



Fonte: Fanpage do Greenpeace, abril/2021.



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, agosto/2020

Intervenções com poucas pessoas podem recorrer a exposição de faixas em locais de intensa movimentação (chamadas, muitas vezes, de faixaços), carros de som, colagem de lambe-lambes (cartazes fixados com cola) e até pichação de palavras de ordem em ruas. Por vezes, as ações de protesto são combinadas com doações de alimentos, chegando a receber a alcunha de “marmitaço”. Em um momento no qual o número de manifestantes - um indicador relevante para a imprensa e que pode garantir a cobertura midiática da reivindicação - não podia ser expressivo, uma estratégia foi integrar protesto e solidariedade, usando o número de doações como uma forma de captar atenção pública.

Para prevenir contato próximo entre as pessoas, garantindo distanciamento, uma forma de ação foram as carreatas. É importante destacar que essa não seria uma opção usual do repertório de ação coletiva para esse movimento, o Levante Popular da Juventude, voltado para a classe trabalhadora, muitas vezes usuária de transporte coletivo. Nas postagens, a justificativa por essa escolha é facilitar o distanciamento social. Uma postagem ensina, inclusive, como contribuir com carreatas sem ter carro: acompanhando com bicicletas, ornamentando os carros, colando lambe-lambes ou fazendo a cobertura.

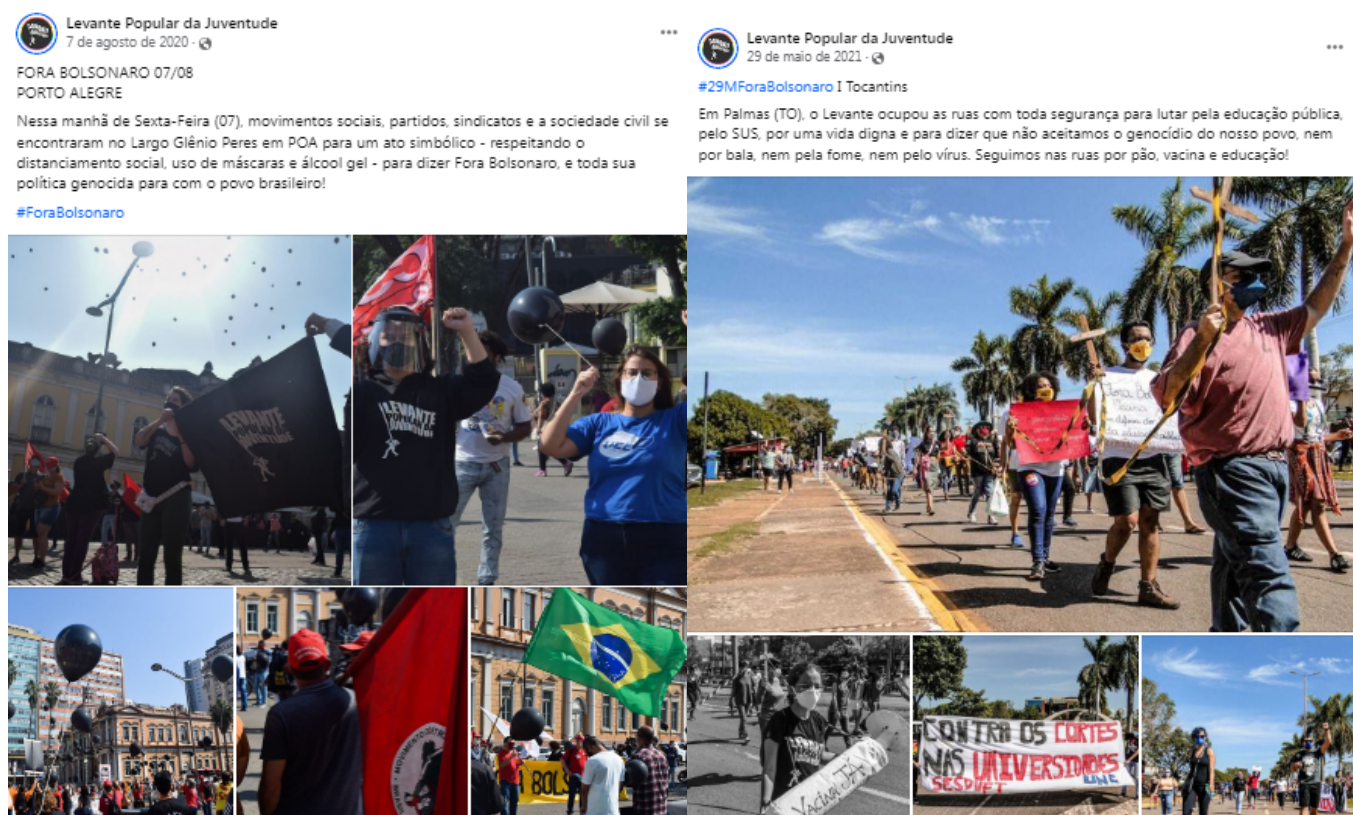
Figura 3 – Carreatas



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, janeiro/2021

No terceiro caso, mesmo grandes manifestações foram adaptadas para aumentar a segurança dos participantes, com: uso de máscaras e faceshields; incentivo uso de álcool gel para higienizar as mãos; comunicação voltada para recomendações de segurança; distanciamento entre os participantes por meio de filas. Há registro de manifestações com 20 mil pessoas dispostas em filas para garantir distanciamento. As postagens chamando para as ruas enfatizavam a necessidade de organização e instrução dos manifestantes, como mostram as postagens a seguir.

Figura 4 – Manifestações com distanciamento



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, agosto/2020 e maio/2021

Todas as formas de ação contam com apoio da comunicação digital. Para mobilizar pessoas, seja em painéis ou manifestações nas ruas, movimentos sociais oferecem bancos de imagens para projetar, imprimir ou compartilhar nas redes digitais; banco de twittes para serem compartilhados em twittaços que pretendem subir hashtags relacionadas às manifestações de rua; vídeos de figuras públicas apoiando campanhas como “Vida, Pão, Vida e Educação”, que servem de mote para manifestações; instruções sobre como divulgar os protestos nas redes digitais. Com a necessidade de orientação sobre segurança sanitária nas manifestações, postagens mostram como se preparar e se comportar. Após manifestações e atos, fotografias e vídeo editados são compartilhados; e organizam bancos de fotos de manifestações, incentivando sua circulação posterior.

Os protestos, em suas diferentes formas de ação, tiveram diferentes motivações no período. Os dados mostram que, mesmo nos períodos de restrição mais intensa, foram realizadas manifestações nas ruas. Apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro realizavam atos contra as políticas de isolamento social já no início do período de análise.

No final de maio de 2020, George Floyd foi assassinado por policiais nos Estados Unidos, levando a um ciclo de protestos antirracismo em diferentes lugares. Outros acontecimentos, em solo brasileiro, impulsionaram tais manifestações no país a partir de junho de 2020: a morte do menino Miguel Otávio, que caiu de uma janela enquanto aguardava a mãe voltar para a casa da patroa, aos cuidados dela; mortes de jovens negros em periferias; referências estéticas à Klu Klux Klan em protestos de apoiadores de Bolsonaro; o assassinato de um homem negro no supermercado Carrefour.

Em novembro de 2020, dois atos com aglomeração não são relacionados à pandemia: manifestações relativas ao caso Mari Ferrer, caso de estupro cujo julgamento ganhou repercussão nacional; e atos de repúdio ao apagão no Amapá, que enfrentava mais de uma semana de instabilidade no fornecimento de energia elétrica.

É fundamental destacar que os primeiros registros de manifestações no espaço público com aglomeração abordavam as pautas dos movimentos sociais não vinculadas à pandemia. Nesse sentido, podemos afirmar que o que levou as pessoas às ruas foram não apenas as demandas ao poder público ou a denúncia de negacionismo e negligência com relação à Covid-19, mas também a luta contra o racismo, o machismo, o fascismo e a defesa da democracia.

As manifestações relacionadas à pandemia versavam sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e políticos. Denunciavam a má gestão do governo federal, demandavam políticas públicas para acolher a população em situação de vulnerabilidade e a adoção das orientações de autoridades da saúde no combate da doença. Pretendemos destacar, na sequência, alguns acontecimentos relevantes do período.

Em novembro de 2020, ações presenciais e agitações digitais exigiram a continuidade do auxílio emergencial. Em janeiro do ano seguinte, a falta de cilindros de oxigênio para internados por Covid-19 em Manaus, com vítimas fatais, mobilizou muitas críticas ao governo por meio de carreatas, twittaços e painelaços pedindo o impeachment de Bolsonaro. A partir de então, o direito à vacinação torna-se uma pauta recorrente nas manifestações.

Em março de 2021 há um aumento das ações de protesto e de intervenções nas ruas, muitas vezes articuladas para realização simultânea em diferentes lugares do país. O 8M, tradicional data de mobilização feminista no Dia Internacional da Mulher, tem como pauta central o direito à vacinação. Cresce o mote “Bolsonaro Genocida”, diante da segunda onda de Covid-19 no país, aumento de casos, recordes de mortes mensais. A falta de uma política clara de vacinação e o atraso na compra de vacinas fortalecem a defesa de que o governo federal é omissor, negligente e responsável pelas mortes da pandemia. A responsabilização se intensifica no mês seguinte, com o início da CPI da Covid.

O mês de maio de 2021 é marcado pelo primeiro chamado por grandes manifestações de massa contra a política negacionista praticada pelo presidente. Há o apelo para o retorno dos protestos de rua, já que a aglomeração é vista como uma necessidade para enfrentar o cenário de crise que se aprofundava. A chamada para mobilização nacional no dia 13 de maio, publicada pelo Levante Popular da Juventude, afirma: “Se um povo vai às ruas na pandemia é porque o governo é mais perigoso que o vírus!”. No mesmo mês, outra data pretende mobilizar massas, dia 29 de maio, e no mês seguinte, manifestações são realizadas no dia 19 de junho. Os registros mostram manifestações em diversos estados do país.

Entendemos que as primeiras experiências realizadas, que tiveram menos adequações à pandemia ou, então, menos destaque para essa necessidade, geraram um aprendizado que refletiu nas ações posteriores. Havia vigilância da mídia e de adversários políticos que questionavam a aglomeração das manifestações e, nesse contexto, os movimentos expressavam seu compromisso com as medidas de proteção.

As pautas dos protestos abrangiam principalmente a vacinação, o Auxílio Emergencial e o impeachment de Bolsonaro. A partir do mês de agosto de 2021, embora protestos contra o presidente continuem acontecendo, a pandemia perde centralidade como pauta. Por exemplo, cresce o enquadramento de que a crise da fome no Brasil não é consequência da pandemia, e sim da incompetência e falta de vontade política do governo. Há uma desvinculação da pandemia de Covid-19 como causa de problemas sociais e econômicos no Brasil e, portanto, como motivo dos protestos realizados pelos movimentos sociais.

5.2 Análise da Categoria Ações em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores

Esta categoria reúne publicações sobre ações em defesa de direitos dos trabalhadores na pandemia e conteúdo voltado a questões trabalhistas relacionadas à pandemia. A ampla maioria delas (91%) está concentrada no primeiro ano da coleta. As subcategorias mostram que movimentos sociais atuaram em diferentes frentes: discussões e posicionamentos sobre direitos dos trabalhadores na pandemia; greves, paralisações e atos simbólicos; análises sobre como a pandemia afeta e quais as demandas de categorias profissionais específicas; promoção de ações de apoio aos trabalhadores.

A atuação de movimentos sociais sobre direitos dos trabalhadores na pandemia envolveu análises sobre os desafios para a classe trabalhadora, com os riscos principais do desemprego e de, estando empregado ou trabalhando informalmente, se expor ao contágio pela necessidade de manter a renda e o sustento das famílias. Dados da coleta mostram que os níveis de ocupação chegaram a apenas 50% em julho de 2020, seja no trabalho formal ou informal. Avaliam a desigualdade como um fator importante já que, nos períodos de maior rigor no isolamento social, nem todos os trabalhadores tiveram direito ao *home office*, mesmo não sendo considerados de serviços essenciais. O trabalho presencial continuou sendo uma realidade, por exemplo, para trabalhadoras domésticas no país.

Com relação às políticas em vigor, os movimentos analisaram o mundo do trabalho no país com as recentes mudanças em leis trabalhistas, como por exemplo a aprovação da Carteira Verde e Amarela em 2019, que flexibiliza regras de contratação e que aprofundou os problemas de trabalhadores na pandemia e se posicionaram quanto a votações em curso no legislativo. Exemplos são o posicionamento contra a aprovação da chamada MP da Morte, que liberava o cancelamento de contratos de trabalho e de salários por até quatro meses durante a pandemia; e o apoio ao PL 735, que propunha medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para diminuir os impactos da Covid-19.

As reivindicações e repúdios em torno das políticas construídas no parlamento evidenciavam uma disputa entre a classe trabalhadora e a patronal, com diferentes preocupações durante o período. O isolamento social, enquanto poderia frear a disseminação do vírus e proteger trabalhadores, ameaçava a manutenção das empresas. O retorno do trabalho presencial foi, inclusive, motivo de manifestações de apoiadores do presidente. Essa dinâmica se manifestou nos ambientes de trabalho e movimentos sociais denunciaram trabalhadores coagidos pelos patrões a participar de protestos pela reabertura do comércio, sob ameaça de perder o emprego em caso de recusa.

Pode-se observar a repercussão de greves, paralisações e atos com diferentes características. Em primeiro, destacamos que atos de valorização dos trabalhadores, que comumente são organizados nas ruas por centrais sindicais, foram realizados de forma virtual, marcando o dia do trabalhador e mostrando a resiliência das lutas permanentes no período. Em segundo, temos casos em que a pandemia é, de fato, determinante, como a greve dos professores da rede pública de São Paulo contra o retorno das aulas presenciais como resposta ao aumento de casos duas semanas após o retorno; o ato de professores e trabalhadores da educação em Uberlândia/MG contra o retorno das aulas presenciais antes da vacinação; ou a greve no setor

da construção civil, em que a falta de acesso a condições de higiene no trabalho é apontada como fator de risco para Covid-19.

Em terceiro, assim como nos protestos, pode-se observar que mobilizações de categorias profissionais também recorreram ao enquadramento da pandemia para dar sentido e convocar sujeitos a participar das ações. Em julho de 2020 foi realizado o #BrequedosAPPs, paralisação dos entregadores de aplicativos de entrega, em várias cidades do Brasil e em outros países da América Latina. Além de incentivar o boicote de usuários aos aplicativos no dia, entregadores paralisaram suas atividades, fizeram ato presencial e twittaço. Com o fechamento de comércios, essa categoria intensificou as atividades no período. Algumas reivindicações eram relacionadas à pandemia, como legislação específica para os entregadores de aplicativos, auxílio-pandemia, fornecimento de equipamentos de proteção e licença remunerada em caso de afastamento por contaminação com o coronavírus. Outras, dizem respeito aos direitos trabalhistas que não acessam por serem trabalhadores informais.

Em análises sobre categorias profissionais específicas, encontramos postagens que refletem sobre a vulnerabilidade, justamente, de trabalhadores informais; a necessidade de incluir professores e profissionais da educação como grupos prioritários em campanhas de vacinação; os impactos e inefetividade da proibição de feiras livres e comercialização direta de produtos por agricultores na cidade do Rio de Janeiro; os riscos do retorno de campeonatos de futebol para profissionais e atletas; e a necessidade de proteger funcionários de grupos de risco ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade de serviços oferecidos no setor público que atuam, por exemplo, com fiscalização, que exige trabalho presencial.

Além de contribuir para a análise das questões relacionadas ao trabalho, a determinadas categorias profissionais e de ampliar a visibilidade de paralisações, movimentos sociais desenvolveram ações de apoio aos trabalhadores. Realizaram doações de cestas básicas e alimentos para catadores de materiais recicláveis, entregadores de aplicativos e para trabalhadores da área da cultura, que ficaram sem renda com a impossibilidade de atuar. Criaram listas de pequenos agricultores para que as pessoas pudessem comprar diretamente deles, sem depender das feiras livres. Também apoiaram campanhas, como #NãoDispenseSeuEstagiário, apelando que empresas mantivessem os contratos no período.

5.3 Análise da Categoria Ações de Ajuda Mútua e Solidariedade

Conforme apresentado, uma das principais frentes de atuação de movimentos sociais no período da pandemia de Covid-19 foram as ações de solidariedade que se intensificavam de acordo com o cenário sanitário, social e econômico do país. Nesta categoria, reunimos publicações com relatos de ações solidárias variadas, assim como a convocação para contribuir em ações do próprio movimento ou de outros atores. O conteúdo foi organizado em cinco subcategorias: redes de autocuidado; mobilizações para atender necessidades básicas; divulgação de resultados, parcerias e práticas solidárias; apoio emocional e saúde mental; luto e prestações de solidariedade.

Em redes de autocuidado, encontramos relatos de práticas comunitárias de cuidado, construídas de forma autônoma no interior de determinados grupos, divulgadas ou apoiadas por movimentos sociais, e outras criadas a partir da ação externa junto aos sujeitos de um dado grupo. No primeiro caso, podemos citar como comunidades indígenas criaram estratégias para conviver com uma pandemia que demandava o distanciamento social, enquanto seu modo de vida, amparado em uma lógica eminentemente coletiva, não pode existir sem a comunhão. A pandemia de Covid-19 era uma ameaça não apenas à saúde, mas também à sua cultura.

**Figura 5 -
Autocuidado**

Fonte: Fanpage do
Greenpeace, março/2020



Uma saída foi o fechamento do acesso às comunidades, realizado pelos seus moradores que criavam sua própria barreira sanitária organizando vigias para os acessos, como forma de manter distanciamento com pessoas de fora, prevenindo contágio. Outro cuidado foi criar espaços distantes para que as pessoas infectadas ficassem isoladas, mas juntas. Movimentos sociais apoiaram redes de autocuidado fornecendo máquinas de costura para que pudessem fazer as próprias máscaras, remédios tradicionais, oferecendo treinamento sobre coleta de exames e leitura de resultados, dando orientação sobre como fazer os cuidados no local, evitando a ida aos hospitais.

No meio urbano, movimentos sociais desenvolveram programas de formação de lideranças como agentes populares de saúde, com a intenção de criar referências locais com informações corretas que possam orientar a população do próprio bairro, multiplicando esse conhecimento. Como os problemas da pandemia não eram apenas sanitários, também foram formados agentes populares de educação para amparar as famílias diante do fechamento de escolas nos períodos de isolamento social que levou a evasão escolar, devido à dificuldade de acompanhar aulas à distância, por diferentes motivos. O programa previa acompanhamento de crianças, núcleos familiares e construção de bibliotecas durante a pandemia. É interessante notar que a informação era um eixo importante para a constituição de redes de autocuidado, tanto quanto outros recursos. Também há registro da construção de horta comunitária, buscando oferecer condições para que a comunidade produza alimentos com autonomia.

Movimentos sociais também se organizaram para atender necessidades básicas da população. Nesta subcategoria, estão os casos que utilizaram a comunicação digital com a intenção de convocar a colaboração de outros atores sociais. Ou seja, a partir da publicação, era possível se engajar nas ações, seja por meio de doações ou trabalho voluntário. Os chamados eram dirigidos, principalmente, a pessoas, mas também foram feitos apelos para empresas.

Os públicos atendidos eram formados por grupos com os quais os movimentos costumam atuar, como bairros periféricos ou comunidades indígenas, mas também outros formados no cenário da crise social e econômica decorrente da pandemia, o que mostra uma ampliação em seu escopo de atuação: moradores de periferias, pessoas que perderam a renda, pessoas em situação de rua, estudantes que costumavam se alimentar em restaurantes universitários, pessoas que vivem em abrigos, entre outros.

As formas de colaborar com ações solidárias foram muito variadas. Foram criados formulários para identificar possíveis colaboradores para redes de solidariedade considerando cidade e bairro dos voluntários, organizando as pessoas dispostas a ajudar. Voluntários poderiam se debruçar sobre diferentes atividades, desde a produção de itens, apoio logístico,

até a prestação de serviços como assessoria jurídica gratuita para cidadãos com dificuldade de acessar o Auxílio Emergencial, apoio na realização de cadastro no aplicativo da Caixa Econômica Federal para acessar o programa, mutirão de inscrições e pedidos de isenção no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fornecendo orientação e, também, acesso à Internet.

Além de arrecadações financeiras, as demais arrecadações eram direcionadas a uma variedade de itens: alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal, agasalhos, livros, insumos de saúde como máscaras, remédios e até mesmo cilindros de oxigênio ou seringas. Muitas ações e programas foram criados para fazer a entrega do material arrecadado, como por exemplo, o programa Asas da Emergência, desenvolvido pelo Greenpeace em parceria com outras organizações para atender povos indígenas de difícil acesso, cujo atendimento envolvia viagens de 8 dias e noites de barco para entrega de suprimentos.

Ainda, eram muitas as possibilidades para arrecadação que, frequentemente, utilizavam tecnologias digitais. Uma prática foi o cadastro de “caixinhas” a partir de um formulário online que identificava um ponto de coleta em um prédio ou bairro com um responsável que recolhia as doações e entregava ao movimento social, que fazia a distribuição posterior. Novamente, atuavam fazendo a ponte entre quem precisava de ajuda e quem podia oferecer. Durante as transmissões ao vivo, com apoio de artistas que doavam seu trabalho, também eram feitas arrecadações simultâneas.

As plataformas de financiamento coletivo também são citadas como formas de arrecadação, como benfeitoria.com ou vakinha.com.br. Por meio de parcerias das organizações com plataformas, era possível: transformar pontos acumulados em aplicativos de supermercado em doações; doar diretamente pelo aplicativo do banco para uma instituição – que dobrava a doação após uma determinada meta ser atingida; comprar diretamente no aplicativo os itens a serem doados. Algumas formas de arrecadação envolviam contrapartida ao doador. Por exemplo, a plataforma gieandget.com oferecia recompensas como encontros com famosos. Em outro caso, um grupo de fotógrafos apoiadores da causa indígena cederam suas imagens e criaram um site para vender fotos, revertendo o dinheiro para os povos indígenas.

A comunicação digital também foi utilizada após a conclusão das ações. Nesta subcategoria, estão as publicações voltadas a divulgar resultados, parcerias e práticas solidárias. Houve um forte compromisso com a transparência e prestação de contas, buscando demonstrar as ações desempenhadas, números de arrecadação e públicos atendidos. Além de registros do momento de distribuição e preparação, como voluntários atuando na montagem de cestas ou confecção de máscaras, há publicações com as entregas de doações feitas em bairros,

distribuição de máscaras em filas de banco. Quase sempre, a divulgação de ações contribui para novas arrecadações, contendo informações bancárias ou links para doação.

Figura 6 - Divulgação de resultados



Fonte: Fanpage do Greenpeace, fevereiro/2021

Outras práticas solidárias também foram publicizadas nas páginas dos movimentos sociais. O Ação da Cidadania, por exemplo, promoveu um edital para fomentar ações locais de enfrentamento aos danos sociais da pandemia. As ações contempladas envolviam iniciativas voltadas a geração de renda, apoio psicológico, combate a violência contra a mulher. Neste último caso, a iniciativa elaborava materiais didáticos sobre direitos da mulher, formas de violência, que eram distribuídos em bairros periféricos junto a um carro de som que propagava as informações.

Por fim, as postagens buscaram registrar a memória do que foi construído no período, seja pela retrospectiva de ações importantes realizadas ao longo no ano nos meses de dezembro, o reconhecimento público de ações em premiações e, até mesmo, a elaboração de um documentário sobre o Periferia Viva, campanha de solidariedade construída coletivamente por organizações do campo popular durante a pandemia de Covid-19. Resgatar e manter viva a

memória é uma forma de compartilhar o conhecimento construído e as vivências dos sujeitos envolvidos.

Ações de solidariedade voltadas para doação de itens eram, muitas vezes, caracterizadas por uma abordagem educativa, sendo uma forma de combate à desinformação. Algumas publicações mencionam que a entrega de alimentos é uma oportunidade para conversar sobre disseminação da doença. Uma delas relata a distribuição de um jornal impresso comunitário da campanha Periferia Viva junto com as doações, trazendo notícias do bairro, informando sobre prevenção da doença e outros temas relevantes para a população local.

Uma estratégia recorrente de mobilização identificada na pesquisa é a atuação em rede, perceptível tanto nas ações de solidariedade quanto nas de protesto⁷. Os dados coletados não se limitam aos movimentos sociais selecionados como objetos da pesquisa, pois evidenciam práticas amplamente compartilhadas por outros atores sociais e políticos. Isso ocorre seja por meio de parcerias efetivas, seja pelo engajamento na divulgação das ações, indicando que o material analisado reflete uma dinâmica coletiva mais ampla que abrange demais movimentos sociais durante a pandemia de Covid-19.

Figura 7 - Parcerias e atuação em rede

Fonte: Fanpage do Ação da Cidadania, maio/2020



⁷ Em junho de 2021, por exemplo, há o ato de entrega de documento assinado por 700 organizações brasileiras, que reúne todos os pedidos de impeachment protocolados contra Jair Bolsonaro.

Nas ações de solidariedade, especificamente, podemos citar parcerias que envolveram o poder público, com a Câmara dos Deputados. Também uma variedade heterogênea de organizações da sociedade civil: Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Academia Brasileira de Letras (ABL), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), União Nacional dos Estudantes (UNE), Consulta Popular, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), entre outras. Por fim, empresas participaram de ações de solidariedade organizadas pelo Ação da Cidadania: Ifood, Coca-Cola, Vale, Mastercard, Mercado Livre, LinkedIn, Nubank, AME digital, Loctite Super Bonder, Pritt, Cascola, entre outras.

A próxima subcategoria, apoio emocional e saúde mental, mostra como as ações de solidariedade abrangeram um amplo escopo, não se limitando a doação financeira ou de itens. Os períodos de isolamento social, com variações na rigidez de restrição da circulação, se tornaram prolongados. A pandemia afetou a vida das pessoas não apenas com crises econômicas e sociais, aumento de desemprego e da fome, mas também com o distanciamento afetivo, o medo da contaminação, a fragilização emocional.

Esse aspecto pode ser percebido em postagens que falam sobre como cuidar da saúde mental, transmissões ao vivo que falam sobre a saúde mental durante o período de isolamento social, como estudar durante a quarentena, atentando sobre as dificuldades enfrentadas pela população. Movimentos sociais buscaram construir diálogos sobre questões sensíveis com interlocutores, como saúde mental, fé e a própria solidariedade como um caminho para superar os desafios emocionais da pandemia.

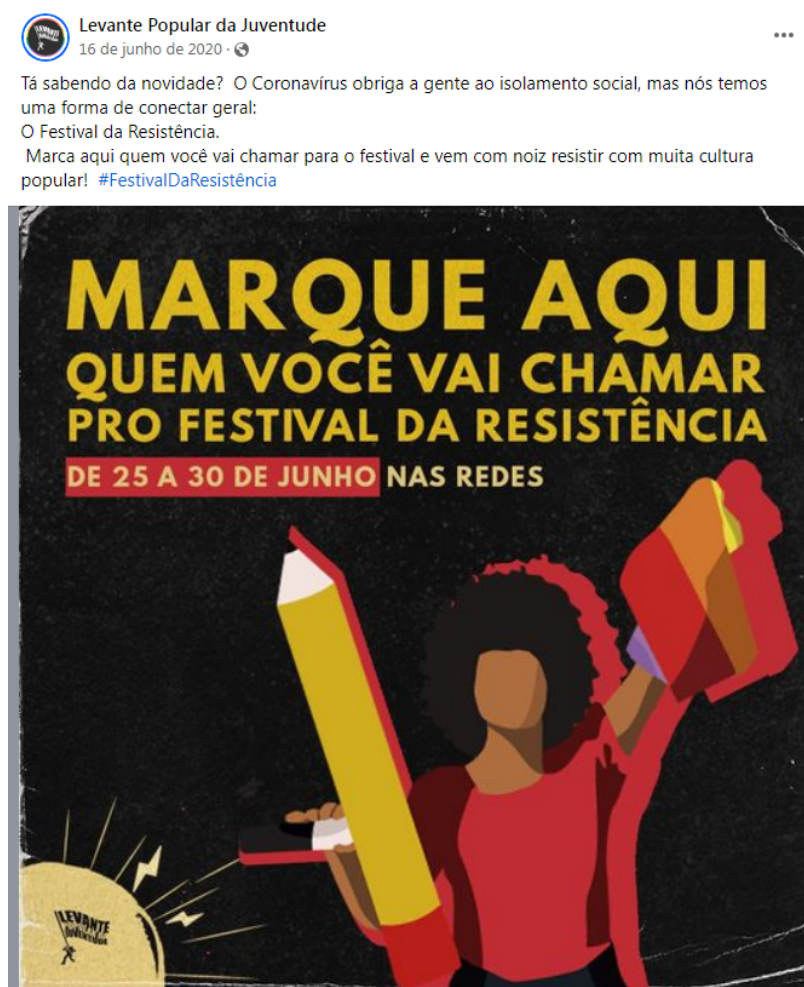
Uma prática muito relevante neste sentido foi a promoção cultural. Foram realizadas transmissões ao vivo com apresentações artísticas sem a intenção de arrecadar fundos. O Levante Popular da Juventude criou um quadro semanal chamado “Arte e Cultura em Casa”, que envolvia desde apresentações até aulas sobre diferentes formas de arte, como poesia, ilustração, batalha de rimas. No período da coleta, encontramos convites para duas festas juninas virtuais com apresentações musicais de forró, que consideram a importância dessas festas para a população brasileira.

Embora as transmissões ao vivo tenham sido muito recorrentes para essa finalidade, podemos observar outras formas de expressão cultural coerentes com o período de isolamento social. O projeto #QuarentenaProjetada teve como objetivo estimular a produção e difusão de

fotografias, vídeos, poesias e design feitos por artistas durante o período de confinamento, utilizando diferentes linguagens. Selecionou 400 artes, dentre 14 mil inscritas, que foram projetadas nas 5 regiões do Brasil.

A cultura também supria a necessidade de fortalecer vínculos entre os membros do movimento, fortalecendo sua identidade coletiva. A publicação a seguir mostra a frase “O Coronavírus obriga a gente ao isolamento social, mas nós temos uma forma de conectar geral: O Festival da Resistência”. O evento virtual contou com uma série de *lives* com diferentes estilos musicais, poesia e também debates sobre a conjuntura brasileira.

Figura 8 - Cultura como apoio emocional



Fonte: Fanpage Levante Popular da juventude, junho/2020

Por fim, movimentos sociais expressaram seu luto e prestaram solidariedade às vítimas de coronavírus. Lamentaram a morte dos seus, lideranças e voluntários que atuavam nas organizações, deixando um testemunho de sua dedicação a causa e sua luta, estendendo sua

solidariedade aos familiares e amigos. Lamentaram a morte de pessoas públicas, a morte de brasileiros. Lamentaram por aqueles brasileiros que não poderiam mais abraçar suas mães. Prestaram sua solidariedade ao povo amazonense que sofreu com a crise da falta de oxigênio e àqueles que enfrentaram violência do Estado, como o despejo com violência policial, mesmo durante a pandemia.

Com isso, concluímos que a solidariedade foi compreendida de forma ampla e profundamente vivida por atores de movimentos sociais que, inseridos no contexto brasileiro da pandemia de Covid-19, sentiam e sofriam suas consequências sociais, econômicas, políticas e, também, emocionais. Afinal, diante dessas circunstâncias, o que é uma necessidade básica? Movimentos sociais dedicaram-se a oferecer alimentos, itens de higiene, suprimentos de saúde. Mas, também, informação, cultura, afeto e acolhimento.

5.4 Análise da Categoria Ações de Monitoramento das Ações do Governo

Esta categoria é composta por postagens que evidenciam o papel de vigilância civil cumprido pelos movimentos sociais, com análise de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e seus desdobramentos sociais e econômicos, sobre a conduta de políticos e gestores públicos envolvidos, bem como ações de pressão sobre a política institucional em favor ou contra determinados encaminhamentos. As subcategorias abrangem a proposição de soluções; acompanhamento da construção de políticas públicas e decisões do governo; críticas à políticos e gestores públicos; monitoramento de ações em outros países e organizações; denúncias de violência, desinformação, corrupção ou negligência.

Queremos começar enfatizando que as ações não se limitaram a julgar o que os atores da política institucional faziam no período da pandemia, já que se nota o esforço em oferecer saídas alinhadas aos valores e perspectivas políticas dos movimentos sociais. Se debruçaram, portanto, a imaginar saídas alternativas àquelas já postas, alimentando o debate público e as opções disponíveis para lidar com as crises que se apresentavam.

Essas publicações são marcadas, na maior parte das vezes, por soluções propostas coletivamente, reunindo várias organizações da sociedade civil. As ações podem ser desde as mais abrangentes, até as mais específicas. Com relação às primeiras, podemos citar o documento “Plataforma para o Enfrentamento da Pandemia do Coronavírus e da Crise Brasileira”, envolvendo indicações sobre diferentes áreas sociais e econômicas afetadas pela pandemia, ou a campanha pelo abaixo-assinado “Taxar Fortunas para Salvar Vidas”, que previa

a realização dessa demanda histórica, direcionando a arrecadação para o enfrentamento da pandemia como forma de amenizar seus impactos sociais, justamente, sobre a parcela mais pobre da população.

Outras abordam questões mais específicas, como propostas sobre energia e saneamento que envolviam, por exemplo, o impedimento do corte de fornecimento de energia e água mesmo em caso de inadimplência. Ou, ainda, a nota coletiva demandando prorrogação do estado de calamidade pública para que estados e municípios pudessem dar continuidade à distribuição de cestas de alimentos às famílias de alunos matriculados em escolas, que costumavam contar com a merenda escolar para garantir sua alimentação.

Lembramos, ainda, que as soluções propostas, muitas vezes, derivam de reivindicações que antecedem o advento da pandemia, mas se tornam mais urgentes nesse cenário. Um exemplo é a campanha “#ForaGarimpoForaCovid”, que contou com ações de comunicação digital para incentivar adesão ao abaixo-assinado entregue ao poder político federal em meio a uma série de projeções nas paredes do Congresso Nacional. Interromper atividades do garimpo ilegal em terras indígenas já era uma demanda de organizações e movimentos socioambientais e de povos indígenas. Porém, com a necessidade de impedir o avanço do coronavírus entre essas populações, essa demanda passou a receber um enquadramento relacionado à pandemia. Isso tanto responde à urgência da situação quanto oferece a possibilidade de apresentar a demanda sobre outra perspectiva.

Movimentos sociais também acompanharam ativamente a construção de políticas públicas e as decisões do governo, de âmbito municipal, estadual e federal, nas esferas do executivo, legislativo e do judiciário. Cumpriram papel vigilante que coloca para escrutínio público as ações de atores políticos em posição de autoridade, prezando pelo compromisso com práticas democráticas. Nesse sentido, parte da vigilância exercida se debruçava sobre o próprio comportamento de políticos e instituições durante a pandemia.

Com a necessidade de isolamento social, a possibilidade de participação popular no congresso durante votações, realizadas de forma remota, foi reduzida. Essa era uma oportunidade para aprovar medidas polêmicas ou impopulares enfrentando menos obstáculos. Encontramos publicações que analisam como essas condições afetam a democracia; vigiam adversários que buscam aproveitar a situação para pressionar o congresso a favor de suas pautas; buscam impedir a Medida Provisória que suspendia a Lei de Acesso à Informação durante a pandemia; pretendiam constranger atores políticos. São exemplos a carta pública assinada por mais de 250 organizações pedindo que o Poder Legislativo concentre seus esforços no enfrentamento da pandemia de Covid-19, e não se dedique a projetos de lei que coloquem

em risco a integridade do meio ambiente; ou publicações sugerindo envios massivos de e-mails ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, pedindo que privilegie o enfrentamento da pandemia nas votações colocadas em pauta.

É sintomático como, em um momento de crise sanitária, social, econômica e política, movimentos sociais dedicaram esforços a pedir que políticos desempenhassem o papel que deveriam. Não só cobrando, de forma genérica, um direcionamento de esforços para a pandemia, mas acompanhando a compra de vacinas, a falta de medicamentos ou cilindros de oxigênio que deveriam ser adquiridos pelo Ministério da Saúde ou, ainda, cobrando prioridade para grupos mais vulneráveis e o compromisso com as orientações de órgãos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde, para embasar as políticas públicas. Essa é uma faceta relevante do caso brasileiro, em que o governo federal e aliados em âmbito estadual e municipal assumiam uma postura negacionista e recusavam seguir as recomendações científicas.

Outras publicações demonstram como movimentos sociais também acompanharam as políticas públicas específicas de suas áreas de atuação. O Ação da Cidadania, por exemplo, acompanhou votações sobre Projetos de Lei relacionados à agricultura familiar e alimentação escolar; o Greenpeace, sobre proteção dos povos indígenas; o Levante Popular da Juventude, sobre as aulas presenciais ou a data de realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁸.

Caracterizamos esse acompanhamento como ativo porque a comunicação digital não teve como objetivo apenas expor as propostas e votações, mas também intervir no curso dos eventos e influenciar seus resultados. A política do Auxílio Emergencial é um exemplo de acompanhamento ao longo do tempo, desde a definição da política, com análises sobre seu impacto e possíveis consequências do encerramento do benefício, notícias sobre as posições do governo, campanhas de mobilização digital como #600peloBrasil – que demandava a manutenção do valor de R\$600,00 até o fim da pandemia.

Outro caso que gerou inúmeras disputas entre diferentes atores foi a data de realização do ENEM. Agendado, à princípio, para ser realizado em novembro de 2020, foi pauta de intensa mobilização desde o início da pandemia. Já em março, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inesp), responsável pela organização da prova,

⁸ Identificamos, alguns desses casos. PL 2.159/20, que visa alterar a regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante a pandemia, mantendo a distribuição de merenda escolar e compra de pequenos agricultores. PL 886/2020, que prevê medidas de apoio aos agricultores familiares. PL 5995/20, que determina aulas presenciais como serviço essencial durante a pandemia. PL 735/2020, que entre outras medidas, prevê uma ajuda financeira aos agricultores familiares que não receberam o auxílio emergencial. Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF 709, submetida ao Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso, pedindo uma série de medidas para defender povos indígenas durante a pandemia.

divulgou as regras da edição de 2020. Diferentes organizações se posicionaram e agiram coletivamente pela mudança da data. Em maio, mesmo com as controvérsias, o órgão abre inscrições para a prova.

Com a mobilização e debate público em torno da pauta, em junho o Inep lança uma enquête admitindo a possibilidade de mudança. Mesmo com a opção de maio de 2021 sendo a preferida, transfere o Enem para janeiro de 2021. Seguem-se disputas judiciais e pressão de estudantes para adiar. Mesmo assim, a prova foi realizada em janeiro de 2021, em meio a um pico da pandemia, chegando a ser cancelada no Amazonas pelo colapso da saúde no estado (Pellegrini, 2021).

Mais do que acompanhar as datas de realização, movimentos analisaram os riscos de contágio da prova presencial, as condições desiguais de estudo no período da pandemia e mobilizaram pessoas em torno das saídas que consideravam adequadas. A estratégia de mobilização articulou atos presenciais, como intervenções em frente ao Ministério da Educação, distribuição de máscaras nas ruas, quanto ações de comunicação digital, como abaixo-assinado e twittaço com a *hashtag* #AdiaEnem. Uma forma de ação no período de isolamento social foi a publicação de fotos nos perfis pessoais segurando cartazes com a *hashtag*, que eram aglutinadas e repostadas pelos movimentos sociais.

Figura 9 - Monitoramento ativo

Fonte: Fanpage Levante Popular da juventude, maio/2020



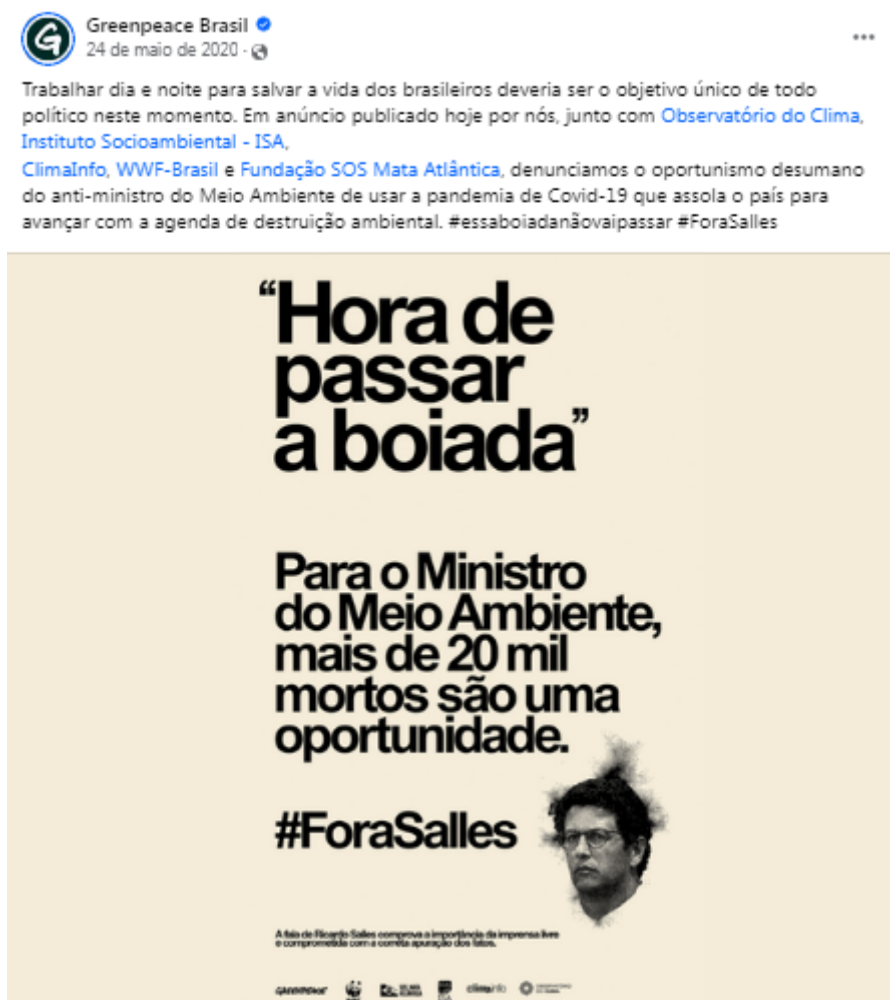
Algumas publicações mostram que movimentos sociais estavam atentos, também, ao que outros países faziam com relação à pandemia e quais eram as recomendações de organizações transnacionais. Esta subcategoria reúne publicações sobre recomendações da Organização Nacional das Nações Unidas (ONU) e carta direcionada à Organização Mundial da Saúde (OMS) tanto pedindo um direcionamento de medidas específicas para povos indígenas na pandemia quanto sugerindo algumas delas. Outras são caracterizadas pela polarização política do período, e noticiam os avanços de Cuba sobre a vacina, doações feitas pelo governo da Venezuela para a crise no estado do Amazonas ou o acordo do governo brasileiro com Israel para compra de medicações sem comprovação científica.

Como uma consequência do monitoramento, movimentos sociais fizeram ataques direcionados à políticos. Nesta subcategoria, as publicações se caracterizam por uma abordagem personalista, que atingem uma figura específica. Além da figura central de Jair Bolsonaro, diferentes membros do governo foram objeto de crítica em virtude do apoio a políticas de austeridade durante a pandemia, sua conduta negacionista ou pela falta de seriedade no combate à pandemia. Vários membros do governo são alvos, como o Ministro da Economia, Paulo Guedes; o Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni; o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Também aliados, como o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, sofrem críticas por apoiar a volta do trabalho presencial em meio a alta de casos.

Por vezes, as publicações recorriam a recursos como edição de vídeos e imagens apelando para o humor. Outras apenas reverberavam declarações e atos, como a insistente promoção de aglomerações por parte de Jair Bolsonaro, contrariando medidas de isolamento; ou as prioridades de sua gestão. Uma publicação do Ação da Cidadania afirma que “Enquanto 19 milhões de pessoas passam fome, o presidente faz um churrasco com picanha que custa R\$1799,99 o quilo”.

Também trazemos o caso do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que declarou em uma reunião ministerial que o governo deveria aproveitar a pandemia de Covid-19 para “passar a boiada”, aprovando medidas impopulares enquanto a atenção pública girava em torno da pandemia. O ministro acelerou votações polêmicas enquanto havia menos possibilidade de reivindicação pública e sugeriu que essa prática fosse adotada pelos demais membros do governo, levando a uma série de críticas. Esse episódio evidenciou a necessidade de monitorar o governo e cobrar um enfrentamento sério da pandemia.

Figura 10 - Críticas à políticos



Fonte: Fanpage do Greenpeace, maio/2020

A última subcategoria reúne publicações voltadas a trazer à tona práticas de corrupção, abuso de poder ou negligência relacionados à pandemia. São denúncias sobre o atraso ou o não pagamento de Auxílio Emergencial; problemas na distribuição de alimentos da merenda escolar; falta de transparência em informações como número de contaminações e mortes por coronavírus; desinformação sobre vacina e uso de remédios e corrupção na compra de vacinas; inércia do governo federal diante da fome; e falta de prioridade no enfrentamento da pandemia.

As denúncias também envolvem o uso de violências policial em ações de despejo em meio à pandemia, em manifestações com pautas relacionadas à gestão da pandemia e em ações para conter aglomerações realizadas em periferias, consideradas uma reação desproporcional. Por vezes, as denúncias são pontuais e urgentes, buscando dar visibilidade ao fato como forma de proteger imediatamente a população envolvida, como nos casos de despejo. Em outros casos, como o manifesto que “expressa indignação com o negacionismo e a falta de compromisso do governo federal frente à pandemia da Covid-19 e a volta da fome no Brasil aos níveis de 2004”,

há uma argumentação bem fundamentada, que analisa diferentes aspectos das políticas do governo para demonstrar sua omissão, apontando responsáveis e cobrando providências.

5.5 Análise da Categoria Ações de Educação Popular e Conscientização

As postagens que compõem esta categoria demonstram como movimentos sociais produziram e compartilharam informação para enfrentar a pandemia. Tratam não só sobre a Covid-19, mas sobre os desdobramentos da pandemia e, também, sobre como a sociedade poderia se organizar e agir nesse contexto. As subcategorias reúnem postagens com produção e difusão de informação sobre a Covid-19; análises sobre problemas, causas e consequências da pandemia; análises sobre os efeitos da pandemia em grupos específicos; e produção e difusão de informação sobre mobilização.

A informação sobre Covid-19 abrange explicações sobre contágio, disseminação e prevenção, até a divulgação de números de mortes, que consideramos relevante no caso brasileiro já que o governo federal criou entraves para divulgação desses dados. Em junho de 2020, além de atraso na divulgação de dados à imprensa, com liberação das informações apenas após os noticiários da noite, de maior audiência, o boletim oficial do Ministério da Saúde passou a divulgar apenas os números de casos e óbitos diários, não acumulados. Diante da falta de transparência, veículos da imprensa brasileira criaram um consórcio para obter diretamente, junto aos 26 estados do país e o distrito federal, as informações recomendadas para acompanhar a pandemia. Essa reação da imprensa levou a um recuo do governo, mas, ainda assim, com o risco de novos atrasos ou mudanças, o consórcio se manteve até janeiro de 2023 (Uol, 2023).

A comunicação digital foi um dos meios para dialogar com os públicos do movimento nesse sentido, com a produção de vídeos ou imagens informativas, mas não foi a única. As publicações mostram formas de comunicação como colagem de lambe-lambes com informações sobre prevenção, assim como cartilhas impressas distribuídas em bairros ou, mesmo, a produção de materiais em línguas indígenas para divulgação em rádios e aplicativos de mensagens sonoras, contribuindo para a acessibilidade. Também foram produzidos materiais para situações específicas, como retorno seguro às aulas, medidas de segurança para votar nas eleições municipais ou orientações de prevenção para voluntários e ativistas dedicados a atividades das organizações.

A próxima subcategoria reúne análises sobre a pandemia e suas diferentes consequências, que repercutem matérias jornalísticas, textos opinativos dos próprios

movimentos, transmissões ao vivo com debates entre membros de diferentes movimentos e especialistas, produção de relatórios, divulgação de resultados de pesquisas desenvolvidas pelos movimentos sociais e compartilhamento de noticiário da mídia independente, trazendo outro olhar sobre os fatos relacionados à pandemia. Como podemos notar nas demais categorias, as análises sobre os efeitos da pandemia não se esgotam na crise sanitária, nem apenas nas pautas específicas de cada movimento, e versam sobre economia, fome, emprego, educação, saúde emocional, meio ambiente, habitação, conjuntura política e até mesmo sobre a cobertura midiática.

Optamos por diferenciar, em outra subcategoria, as publicações cujas análises envolviam grupos específicos e suas vulnerabilidades, buscando perceber como movimentos sociais contribuíram para desvelar as desigualdades na pandemia. São relatórios, debates, links externos com textos e até mesmo imagens com textos curtos que abordam os desafios da pandemia para as populações periféricas e sem acesso à saneamento básico; para usuários de transporte coletivo que não deixaram de trabalhar presencialmente; para jovens da cidade e do campo; para pessoas LGBTQIA+, mais suscetíveis à violência no ambiente familiar; para as mulheres e entre elas, mulheres negras e brancas, mulheres que são mães e tiveram que lidar com o fechamento das escolas sem ter alternativa de cuidado para as crianças; para estudantes e entre eles, os que pagam mensalidades em universidades privadas, os que não tem condições de acessar à Internet para as aulas à distância, os que precisam de políticas de permanência estudantil; as comunidades ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas, recorrendo, inclusive, às experiências de outras epidemias para dimensionar os impactos e problemas da Covid-19.

Um ponto que merece atenção é como os diferentes papéis estão integrados na atuação dos movimentos sociais na pandemia de Covid-19. Mostramos, anteriormente, as disputas políticas em torno do #AdiaEnem. A realização do exame foi objeto de análise e discussão pública entre diferentes organizações do movimento estudantil, promovida em redes digitais. A posição do governo, os potenciais riscos de contaminação, a absoluta desigualdade em que estudantes se encontravam com relação às condições de ensino, desde os meios técnicos até os ambientes em que estavam inseridos durante as aulas, as alternativas possíveis, foram elencadas coletivamente para, então, serem objeto de ações de protesto.

Também merece destaque que, na pesquisa de Pleyers (2020), esta categoria é composta por informações sobre a Covid-19 e sobre mobilização, enquanto as análises sobre a pandemia estão descritas junto às ações de monitoramento do governo. Fizemos esse deslocamento justamente porque as análises produzidas não são endereçadas apenas, nem principalmente, ao poder político institucional, mas ao debate público de forma ampla, ao diálogo com diferentes

interlocutores, ao processo de educação popular. Partiam da compreensão de que enfrentar a pandemia exigia uma articulação de esforços de atores do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Essa constatação nos leva, justamente, à última subcategoria: produção e difusão de informação sobre mobilização. Por um lado, encontramos neste agrupamento conteúdos de cunho prático, ensinando “como ser um voluntário digital”, “como ser um ativista do clima durante a pandemia”, ou oferecendo uma lista de iniciativas da sociedade civil debruçadas sobre o enfrentamento da pandemia e com as quais é possível colaborar. Por outro, identificamos uma abordagem reflexiva sobre os movimentos sociais na pandemia de Covid-19.

Observamos o esforço para sistematizar e compartilhar socialmente o conhecimento adquirido com as experimentações do período. Algumas iniciativas nesse sentido são o Festival do Voluntariado, do qual participaram Greenpeace e Ação da Cidadania, realizado em agosto de 2020, com rodas de conversa virtuais sobre as experiências antes e após a pandemia; e a *live* promovida pelo Levante Popular da Juventude sobre como movimentos sociais de outros países lidam com a pandemia. Também foram realizados seminários, reuniões e plenárias para avaliar programas de ação solidária como o Periferia Viva, fazendo um balanço sobre as formas de organização, os desafios enfrentados e os resultados positivos; e para discutir como se aproximar da juventude nesse contexto.

Mais do que isso, movimentos sociais olharam criticamente para seu papel durante a pandemia, questionando as lacunas deixadas pelo Estado e por um governo que negava, a princípio, a gravidade da pandemia e, então, as evidências científicas ou sua responsabilidade em cuidar da população. Nesse contexto, qual a responsabilidade da sociedade civil organizada? Qual a tarefa dos movimentos sociais? Qual o papel da solidariedade? Uma das publicações afirma que as ações de protesto e de solidariedade são uma ponte para mobilizar pessoas que encontram esperança na organização coletiva. Mais que produzir informação, movimentos sociais dotaram de sentido sua atuação ao olhar reflexivamente para suas variadas práticas.

5.6 Análise da Categoria Ações de Comunicação Pública

Nesta última categoria, estão agrupadas postagens que evidenciam como movimentos sociais desempenharam o papel de comunicação pública. Não pretendemos, no escopo desta pesquisa, desenvolver uma ampla discussão teórica sobre o termo, que pode assumir diferentes

sentidos. Pretendemos especificar nossa abordagem, buscando demonstrar como o conjunto de práticas aqui reunidas se enquadram no conceito de comunicação pública.

Os estudos sobre o tema são impulsionados no Brasil após o período da ditadura civil-militar, em que as condutas da comunicação do governo serviam aos interesses privados daqueles que ocupavam o poder, obscurecendo os fatos, manipulando informações e propagando uma imagem pública positiva sem base na realidade. A superação desse período com a redemocratização levou à constatação de que informação e comunicação são fundamentais para a democracia, sendo direitos básicos para garantir o pleno exercício da cidadania.

Parece haver consenso entre diferentes autores da área que comunicação pública pode ser tanto um processo, instaurado com as interações entre Estado, governo e sociedade com vistas à construção da cidadania (Brandão, 2009), quanto “uma postura de perceber e utilizar a comunicação como instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania” (Duarte, 2009, p. 60). O Estado é aqui compreendido como conjunto de estruturas sociais que exercem poder em determinado território e sobre os sujeitos que nele vivem, abrangendo os poderes executivo, legislativo e judiciário. Os governos, por sua vez, são elementos transitórios de gestão do poder do Estado (Sena, 2020).

Se a comunicação pública como processo se concretiza no diálogo entre diferentes atores sobre questões de interesse público, e pode ser compreendida como uma forma de conduta, não é definida pelos emissores, mas sim pela forma e pelo conteúdo. Assim, nem sempre o Estado pratica comunicação pública, e outros atores sociais podem se comprometer com os princípios de uma comunicação de interesse público, orientada pelo diálogo democrático e a promoção da participação civil.

Um dos desafios de uma delimitação conceitual tão ampla é, justamente, definir os limites do que não é considerado comunicação pública (Rothberg, 2020). Se considerarmos critérios como comunicação de interesse público, interação entre Estado, governo, mercado e sociedade civil, participação ativa da população, certamente podemos afirmar que movimentos sociais se engajam em processos de comunicação pública ao fazerem suas reivindicações, mobilizarem grupos e criarem espaços de discussão coletiva. Essa é a natureza dos movimentos sociais. Uma compreensão tão genérica impediria observar a especificidade do papel desempenhado na pandemia.

Queremos, portanto, lembrar que a comunicação pública, em um contexto democrático, deve ser entendida como um princípio normativo para a comunicação governamental, de órgãos estatais e dos poderes legislativo, judiciário e executivo (Weber, 2021). Diante do compromisso

com a democracia, é sua obrigação que a comunicação priorize os cidadãos, a transparência e a qualidade dos serviços públicos. Deve cumprir funções básicas como divulgação de instituições, que explique seu funcionamento e as aproximem da população, apresentação e promoção de serviços prestados, criação de oportunidades de diálogo. Concordamos com Sena (2020) que, enquanto o Estado deve ser o principal indutor da comunicação pública, organizações privadas e da sociedade civil também podem assumir o papel e promover a cidadania e a participação.

Em um contexto de crise sanitária e ampla disseminação de doenças infecciosas, é fundamental que as informações sobre sintomas, prevenção e tratamento sejam precisas (Kniess et al, 2021). Complementamos que, no caso brasileiro, a crise sanitária é acompanhada por uma crise política e institucional. A comunicação das instituições públicas assume mais importância com a crescente deslegitimação da esfera política (Massuchin et al, 2023).

Já no início da pandemia, em março de 2020, o presidente Jair Bolsonaro questionava a seriedade da situação, afirmando se tratar de “uma gripezinha”, criticando medidas de isolamento adotadas por governadores. A cobertura da imprensa era vista por ele como exagerada. Em abril de 2020, o primeiro ministro da saúde do período é demitido por discordar do Planalto sobre as políticas de isolamento social. Um mês depois, o segundo ministro da saúde, Nelson Teich, também deixa o cargo por divergência, neste caso sobre a administração de medicamentos sem comprovação científica para tratamento da doença (Machado; Freitas, 2021).

O comportamento do presidente e suas falas sobre o coronavírus geravam dúvidas sobre a confiabilidade de informações da imprensa e quais os melhores procedimentos para enfrentar a pandemia de diferentes formas: por colocar em dúvida as orientações da OMS; por demonstrar divergências entre autoridades no âmbito federal, estadual e municipal; por ser contrário às políticas de isolamento social, defender o funcionamento convencional do comércio e promover, ativamente, aglomerações; por dificultar o acesso aos dados da pandemia no país (Weber, 2021).

Em julho, após o entrave para divulgação de dados sobre contaminações e mortes decorrentes da doença, Bolsonaro sancionou lei que determinava o uso de máscaras em locais públicos, mas vetou a obrigatoriedade de uso em diversos estabelecimentos, a obrigatoriedade de distribuição e de realização de campanhas voltadas a incentivar seu uso por parte do poder público. Em setembro de 2020, a Secretaria de Comunicação do governo federal compartilhou, em um perfil oficial em rede social, a declaração dada por Bolsonaro de que “ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina” (Machado; Freitas, 2021).

A comunicação oficial do Ministério da Saúde teve papel ativo na disseminação de desinformação durante a pandemia. Entre março de 2020 e junho de 2021, pesquisa demonstrou que, no primeiro ano da crise sanitária, o perfil oficial do órgão no Twitter priorizou a promoção da imagem do governo e de figuras políticas em detrimento da divulgação de informações de interesse público, além de ter defendido o uso de medicamentos sem eficácia comprovada (Kniess et al., 2021). De forma semelhante, o site institucional do Ministério também veiculou conteúdos que endossavam o chamado tratamento precoce, contribuindo para a propagação de informações falsas (Floss et al., 2023).

Quando movimentos sociais adotaram práticas de comunicação pública, voltadas a difundir informação de interesse público sobre o enfrentamento da pandemia, não agiram na lacuna deixada pelo Estado, mas na contramão de um governo que usou o aparato estatal de comunicação, como perfis oficiais, para espalhar desinformação. Movimentos sociais cumpriram um papel que o Estado tem a obrigação de desempenhar para garantir o exercício da cidadania. Funções básicas de comunicação pública foram identificadas nas publicações sobre a pandemia de Covid-19, e classificadas nas seguintes subcategorias: informações sobre políticas públicas relacionadas à pandemia; apoio às políticas de enfrentamento da pandemia; funcionamento das instituições.

Além de acompanharem o desenvolvimento de políticas públicas e realizarem análises fomentando o debate sobre políticas públicas, ações de monitoramento e educação e politização, movimentos sociais também produziram e compartilharam informação sobre acesso às políticas públicas, explicando como funcionam, quem poderia ser beneficiado, e quais eram os procedimentos para realizar o cadastro. Trataram de políticas específicas da pandemia como o Auxílio Emergencial e, também, de adequações de políticas que já estavam em vigor ao contexto da pandemia, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

As ações não se limitaram à comunicação digital. Outros recursos foram utilizados, como por exemplo, o carro de som que passava pelas periferias de Belo Horizonte informando sobre a distribuição de cestas básicas da prefeitura e como conseguir acesso. Com isso, movimentos agiram em convergência com o poder público para facilitar o acesso dos cidadãos às políticas de assistência social, com uma linguagem adequada aos seus públicos.

Na segunda subcategoria, apoio às políticas de enfrentamento da pandemia, concentramos as publicações que buscam não apenas informar, mas também incentivar a adesão ao uso de máscaras, higienização das mãos, isolamento social e vacinação. Sobre esta última, podemos notar abordagens variadas, como explicações sobre a forma de funcionamento das

vacinas, qual proteção elas oferecem, suas taxas de eficácia, o que são efeitos adversos e quais as chances de eles acontecerem, como contribuem para enfrentar a pandemia, divulgação de calendário vacinal com datas e grupos a serem vacinados.

Figuras 11 e 12 - Apoio às políticas de enfrentamento da pandemia



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, março/2020. Fanpage do Ação da Cidadania, fevereiro/2022.

Encontramos indícios de como o país lidava com a desinformação gerada pelo próprio presidente em publicações que explicam, por exemplo, que vacinas não causam AIDS, em resposta a uma fala de Bolsonaro; ou que abordam o chamado “kit-covid”, esclarecendo que os medicamentos não possuíam indicação de uso contra a doença.

Uma série de recursos de comunicação digital são utilizados, como imagens, vídeos e *hashtags* associadas, uma composição de música autoral incentivando o uso de máscaras e até mesmo uma coreografia para vídeos no TikTok imitando o gesto da vacinação com música associada, “vem vacinando, vem”. Muitas vezes, essas ações assumem caráter de mobilização digital, que incentiva a adesão de usuários em seus perfis pessoais, ampliando o alcance da mensagem. Por exemplo, uma agitação pelo uso de máscaras oferece instruções para que cada seguidor tire fotos com a máscara no rosto e compartilhe em suas próprias redes, falando sobre a importância das medidas de proteção.

Em um contexto discursivo no qual o governo federal assumia uma postura negacionista e descredibilizava as vacinas, a divulgação de fotos que registram o momento de vacinação se

tornou uma prática disseminada. As vacinações se tornaram momentos típicos de reivindicação ou expressão política com o uso de cartazes e camisetas com frases relacionadas a defesa do SUS, ao direito à vacina, contra o presidente e suas falas. Encontramos, por exemplo, o registro de uma pessoa se vacinando fantasiada de jacaré, em alusão a uma fala de Bolsonaro que buscava gerar dúvidas sobre a segurança das vacinas. Esses registros operaram como testemunho da confiança e adesão às políticas de enfrentamento da pandemia preconizadas pela ciência e por órgãos competentes.

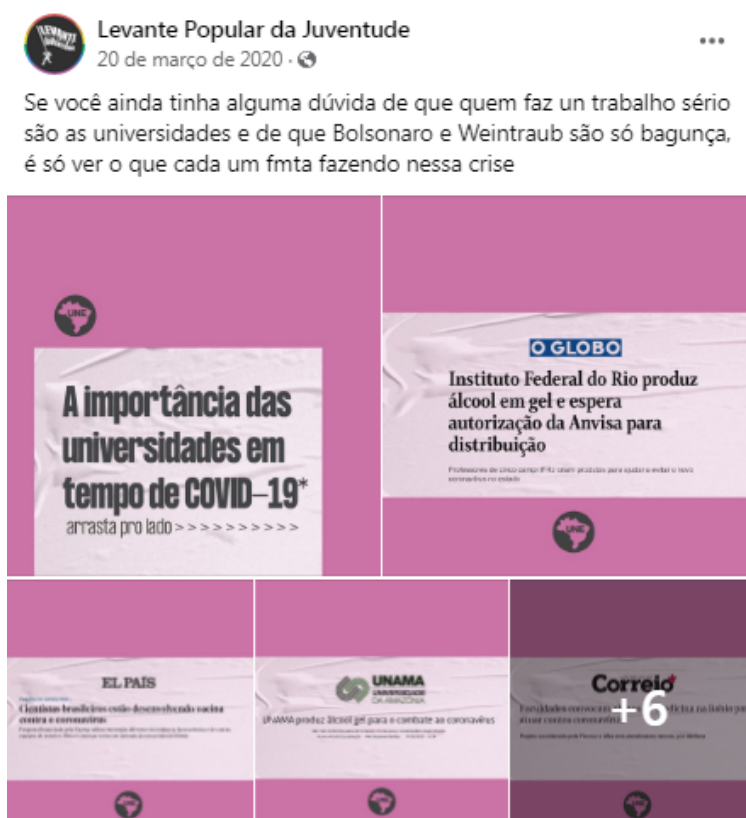
Figura 13 - Vacinação e expressão política



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, julho/2021.

Isso nos leva a última subcategoria: funcionamento das instituições. Uma das funções da comunicação pública é traduzir para a população as finalidades e formas de operação das diferentes estruturas que compõem o Estado. Porém, como buscamos evidenciar até agora, o contexto brasileiro não se caracteriza apenas pela pouca ação do governo com relação à transparência e diálogo com a população, mas pela deslegitimação institucional operada por dentro que, inclusive, não se limitava ao Estado. O ataque às instituições abrangia também a ciência e a democracia.

Figuras 14A e 14B - Funcionamento das instituições



Fonte: Fanpage do Levante Popular da Juventude, março/2020.



Fonte: Fanpage do Greenpeace, março/2020

Também é preciso ressaltar a resistência das estruturas do Estado que reagiram para enfrentar os ataques, em iniciativas como a da Fiocruz, de incentivar diálogos de especialistas da organização com outros atores sociais, em transmissões ao vivo como a promovida com o Levante Popular da Juventude, “Ciência salva vidas”. Já a comunicação pública preconizada pelos movimentos sociais assume a roupagem de militância e, mais que apresentação de funcionamento e informação, se posiciona defendendo as instituições.

Por fim, destacamos como o ataque às estruturas do governo, o negacionismo científico, os entraves ao acesso à informação são percebidos pelos movimentos sociais como componentes de um quadro maior de crise institucional que transcende a pandemia e ameaça a própria democracia. Um exemplo é a campanha #BrasilPelaDemocracia, que articulou mais de 70 organizações da sociedade civil em um manifesto que “denuncia o ataque permanente e inconcebível às instituições, à imprensa, ao Estado Democrático de Direito e aos direitos dos cidadãos e cidadãs garantidos na Constituição Federal”. Buscaram, assim, associar a luta pela vida em meio à pandemia não apenas às políticas sanitárias, mas também ao fortalecimento das instituições.

5.7 Análise da Categoria Manutenção das Pautas do Movimento

O aumento de postagens no Facebook pelos movimentos deriva não apenas da restrição nas possibilidades de interação e, conseqüentemente, da limitação dos usos dos repertórios de ação coletiva, mas também dos impactos na vida da população brasileira. O aumento de postagens sobre a pandemia, na maior parte das vezes, é acompanhado do número de postagens. Isso nos leva a duas constatações importantes.

Em primeiro lugar, significa que as questões relacionadas à pandemia não ocuparam, simplesmente, o espaço destinado às ações de comunicação digital do movimento. Há um esforço maior de produção de conteúdos informacionais para suprir as demandas específicas da pandemia oferecendo, muitas vezes, um recorte segundo as pautas prioritárias de cada movimento social, explorando as nuances do cenário complexo que constituía a pandemia no Brasil. O resgate da comunicação digital dos movimentos evidencia como a pandemia não levou apenas a uma crise sanitária e política, mas também social, econômica, cultural e de valores, dando centralidade para a solidariedade na criação de vínculos com o povo.

Em segundo, que neste período em que diferentes problemas decorrentes da pandemia se impuseram de forma urgente, movimentos sociais não abriram mão de suas lutas. A

manutenção de pautas dos movimentos mostra que as suas reivindicações, as questões dos sujeitos que compõe seu meio social e seus objetivos gerais seguiram sendo prioridade. Dada a relevância da manutenção de pautas, optamos por estabelecê-la como categoria de análise, que reúne todas as postagens em que a pandemia e seus desdobramentos não são abordados. Nas demais, a pandemia é abordada com diferentes finalidades.

Durante a pandemia de Covid-19, os movimentos sociais demonstraram uma capacidade de adaptação, utilizando as redes sociais como ferramenta central para a expressão de suas demandas e pautas originais, apesar do contexto desafiador. Um fenômeno observado com frequência foi a continuidade da abordagem de questões preexistentes nos discursos e ações desses movimentos, mesmo em meio à existência do tema da pandemia. Este comportamento pode ser interpretado como uma estratégia de manutenção da visibilidade e relevância de suas causas, destacando a resiliência e a persistência de suas agendas diante de crises emergenciais.

Uma análise mais aprofundada revela que a manutenção das pautas originais durante a pandemia pode ser atribuída a vários fatores. Em primeiro lugar, os movimentos sociais frequentemente têm causas que são intrinsecamente interligadas com questões estruturais e persistentes na sociedade, como desigualdade social, direitos humanos, causas identitárias, ambientais, entre outras. Essas questões não desaparecem durante crises específicas, como uma pandemia, e muitas vezes se tornam ainda mais urgentes ou agravadas pelos impactos da crise. Portanto, manter o foco nessas questões pode ser visto como uma resposta lógica à necessidade contínua de abordá-las. Além disso, a manutenção das pautas originais pode ser interpretada como uma estratégia de preservação da identidade e coesão interna dos movimentos sociais. Ao continuar a enfatizar suas causas centrais, os movimentos reafirmam seus valores, objetivos e propósitos, fortalecendo o vínculo entre seus membros e mantendo o engajamento de suas bases.

É importante ressaltar que, embora os movimentos sociais possam continuar a priorizar suas pautas originais, muitos também reconhecem a necessidade de adaptar suas estratégias e discursos à nova realidade imposta pela pandemia. Portanto, é comum observar uma combinação de mensagens relacionadas à pandemia e às demandas preexistentes, demonstrando uma capacidade de resposta multifacetada por parte dos movimentos sociais.

Com o passar do tempo, não apenas as políticas de enfrentamento da Covid-19 passam a surtir efeito, como a vacinação; mas também a pandemia passa a perder relevância no debate público e deixa de compor os enquadramentos oferecidos pelos movimentos. Cada movimento apresentou diferentes estratégias nesse contexto. Pretendemos elencar algumas particularidades de cada movimento, recorrendo às nuvens de palavras e de *hashtags* fornecidas pelo Fanpage

Karma, que mostram as 50 palavras mais utilizadas, considerando tanto a frequência de uso da palavra, indicada pelo tamanho (quanto maior a palavra, maior a frequência de uso); e o engajamento, indicado nas cores (quanto mais verde a palavra, mais as postagens que as continham receberam interações).

Começando com o Ação da Cidadania, cuja causa prioritária é o combate à fome e os aspectos sociais e políticos relacionados a ela. Como a organização costuma trabalhar com grupos de voluntários que articulam arrecadações e doações de cestas básicas e alimentos em outros contextos, apenas a análise da nuvem de palavras não permite identificar as adequações feitas em decorrência da pandemia. A única palavra em destaque, em verde, é “pandemia”. As demais podem estar associadas ou não à pandemia.

A nuvem de *hashtags*, por sua vez, mostra como muitas vezes palavras como ajudar, doações, campanha, solidariedade, cestas básicas, entre outras, poderiam estar associadas à Covid-19. Além de menções a campanhas recorrentes como Natal Sem Fome, ou apoio a situações emergenciais como as geradas por chuvas e enchentes, destacamos as *hashtags* que mencionam as campanhas “Ação Contra o Corona” e “Brasil Sem Fome”, que vigoraram, respectivamente, entre março a outubro de 2020, e março a setembro de 2021, com ações voltadas a atender pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência da pandemia.

A análise qualitativa das postagens mostra que o Ação da Cidadania amplia suas pautas no período, fazendo recortes que mostram os desafios de trabalhadores informais e questionam as políticas de austeridade, que possuem relação com acesso a alimentação; mas também faz críticas à gestão da pandemia, ao negacionismo e apoia políticas de enfrentamento.

Figura 15 - Nuvem de palavras e de *hashtags* do Ação da Cidadania



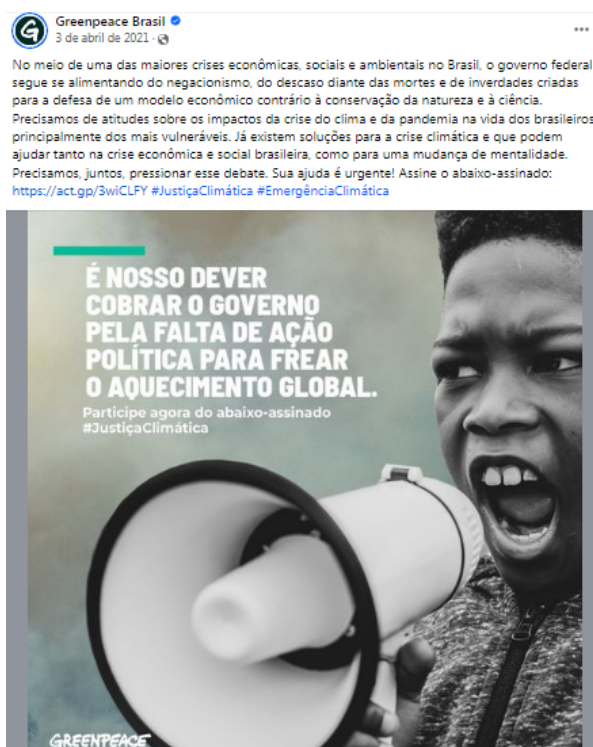
Fonte: Gerado com o Fanpage Karma

O Greenpeace tem como característica utilizar temas relacionados à pandemia para abordar as próprias pautas, enquadrando suas demandas nesse contexto, fazendo menos concessões que os demais movimentos nos temas que aborda. As postagens sobre a pandemia são, em sua maior parte, ligadas ao escopo do movimento: tratam dos trabalhadores do Ibama como grupos de risco; abordam estratégias e desafios de povos indígenas, comunidades ribeirinhas e pequenos agricultores para enfrentar a pandemia. As ações de solidariedade também costumam ser voltadas para esses grupos.

Em outros momentos, a referência é feita para se engajar com o tema, que concentra atenção no debate público digital, apresentando suas pautas. A presença da palavra “pandemias”, no plural, entre as mais utilizadas, demonstra uma estratégia do movimento, observada na análise qualitativa das postagens, que busca associar o desmatamento de florestas com o risco do aumento da propagação de pandemias, de forma geral. A intenção é relacionar preservação do meio ambiente com saúde. Em outro exemplo, postagens sobre ações de

mobilização voltadas a pressionar governos diante da crise climática mencionam a crise da pandemia, embora esse não seja o foco da ação em si, como ilustra a imagem a seguir.

Figura 16 - Publicação do Greenpeace busca associar pandemia às suas pautas



Fonte: Fanpage do Greenpeace, abril/2021.

Essa tendência de articular suas próprias pautas é reforçada com a comparação entre as duas nuvens. A nuvem de palavras aponta para a manutenção de pautas do movimento, enquanto nas *hashtags* o tema é mais presente. Fazem referência a pandemia: #Covid-19, #400MilVidas⁹, #ForaGarimpoForaCovid; #AsasDaEmergência, #BrasilPelaDemocracia. Utilizar *hashtags* relacionadas à pandemia é um recurso para se engajar em temas que estão em alta na rede digital, alcançando mais pessoas com suas pautas.

⁹ Em referência às mortes por coronavírus no país.

Figura 17 - Nuvem de palavras e de *hashtags* do Greenpeace



Fonte: Gerado com o Fanpage Karma

Ao mesmo tempo, há um empenho em oferecer enquadramentos específicos de suas pautas para o contexto da pandemia. Um exemplo é o combate ao garimpo em terras indígenas. Por mais que essa seja uma das lutas do movimento no Brasil, o contexto da pandemia oferece contornos específicos, já que garimpeiros, para além da exploração de terras e da violência, poderiam se tornar vetores de transmissão da doença em comunidades isoladas, colocando em risco as vidas dessa população, tornando-se urgente. Lançam, portanto, a campanha #ForaGarimpoForaCovid, mostrando a importância de interromper a prática e expulsar os garimpeiros especialmente nesse período.

Por fim, o Levante Popular da Juventude busca organizar a juventude em torno de um projeto popular para o Brasil, oferecendo perspectiva do campo popular sobre diversas questões

públicas, caracterizando-se comumente por uma atuação multitemas. Com isso, tanto cede espaço para discutir especificamente a pandemia, problemas sociais que decorrem ou são agravados por ela, quanto oferece enquadramentos relacionados às suas pautas e aos sujeitos que busca mobilizar.

Figura 18 - Nuvem de palavras e de *hashtags* do Levante



Fonte: Gerado com o Fanpage Karma

Nas *hashtags*, além de #coronavirus, vale destacar alguns aspectos da comunicação digital do movimento. Primeiro, #periferiaVIVA e #AdiaENEM tratam de campanhas articuladas com outros movimentos e organizações em torno de ações solidárias em bairros e periferias do país, e de mobilizações em defesa dos direitos dos estudantes, buscando pressionar o governo para adiar a data de realização da prova, considerando os riscos da pandemia e a necessidade de isolamento social. Em segundo, destacamos como a oposição ao então presidente da república, uma posição que antecedia e também sucedeu os anos da pesquisa, recorreu a enquadramentos associados à pandemia, com a hashtag #bolsonarogenocida, e também com #3J e #19J, dias nacionais de mobilização de massas e protestos contra a política negacionista do governo federal.

Em terceiro, vale notar que #vacinajá, #defendaoSUS, #fiqueemcasa, #vaipraonde #LevanteEmDefesaDaVida demonstram um ativismo em defesa das políticas de enfrentamento

da pandemia, como o isolamento social e a vacinação. Enquanto órgãos internacionais, autoridades da saúde e pesquisadores indicavam o isolamento, orientações de higiene, uso de máscaras e vacinação em massa, membros do governo, conectados a outros atores sociais e políticos, circulavam desinformação, negando as evidências científicas, promovendo uso de remédios sem indicação e questionando a segurança de vacinas e a eficácia do distanciamento social.

A análise desta categoria revela como os movimentos sociais no Brasil adaptaram suas estratégias de comunicação e mobilização durante a pandemia de Covid-19, sem abdicar de suas causas centrais. A pandemia, ao mesmo tempo que impôs desafios significativos, como a restrição de interações presenciais e o agravamento de desigualdades estruturais, também destacou a resiliência desses movimentos em continuar promovendo suas agendas em um contexto adverso.

A diversidade de estratégias observadas, como as campanhas de solidariedade promovidas pela Ação da Cidadania, o uso do contexto pandêmico pelo Greenpeace para reforçar a relação entre saúde e meio ambiente, e o engajamento multitemático do Levante Popular da Juventude, evidencia como os movimentos foram capazes de inovar e ajustar suas ações ao ambiente digital. Essas estratégias não apenas mantiveram suas causas em destaque, mas também reforçaram a importância da comunicação digital como ferramenta para amplificar mensagens, mobilizar recursos e pressionar autoridades.

CONCLUSÃO

Movimentos sociais visam a transformação social a partir de um projeto de sociedade, uma visão de mundo construída historicamente a partir da experiência de determinado grupo social. Movimentos sociais são ações coletivas de caráter político e social. Essas ações coletivas podem assumir muitas formas, incluindo protestos, manifestações, ativismos em ambientes digitais, representações artísticas, ocupações de espaços públicos ou privados, podendo usar ou não de violência. Os movimentos sociais desempenham um papel significativo na dinâmica democrática. Em uma democracia saudável, os movimentos sociais são reconhecidos como representantes legítimos das demandas dos grupos sociais, veículos pelos quais as demandas e preocupações da sociedade civil são expressas e negociadas, organizando e disseminando as pautas e agendas de mobilização (Luvizotto, 2022) e, neste contexto, a participação dos cidadãos é essencial para a manutenção do sistema.

Este estudo adotou o conceito de repertório de ação dos movimentos sociais para tratar do “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” por esses movimentos (Tilly, 1995, p. 26). O repertório constitui uma gama de atividades desenvolvidas ao longo do tempo. Os ativistas optam entre as formas mais ou menos tradicionais de interação conflituosa, levando em conta outros aspectos de sua situação, como seus propósitos, mecanismos de mobilização e de oportunidade política. (Volpato, 2022).

As tecnologias digitais modificaram as estruturas sociais: aos recursos técnicos, somaram-se usos e apropriações de tecnologias desenvolvidas por diferentes atores, a partir de interesses variados que vêm produzindo e disseminando informação rápida e demasiadamente nas sociedades modernas. A partir das Tecnologias de Informação e Comunicação é possível a troca de informações em ambientes informacionais digitais, permitindo a interação e a colaboração entre os cidadãos e entre eles e as instituições, organizações e governos, recorrendo a práticas e métodos em constante construção. Essa troca de informações não se limita aos ambientes digitais, uma vez que a sociedade em processo de mediação vivencia a convergência dos meios de comunicação influenciando as ações dentro e fora das redes (Braga, 2012).

Movimentos e contramovimentos sociais utilizam as ferramentas disponíveis na esfera midiática para mobilizar seus apoiadores, conscientizar a sociedade sobre questões relevantes e influenciar o debate público. Ao fazerem isso, podem desafiar narrativas dominantes e

promover alternativas políticas e sociais. A intensa circulação de produtos midiáticos representa desafios para esses atores políticos, que em busca de visibilidade competem com uma variedade de vozes e discursos na esfera pública, o que pode dificultar a disseminação de suas mensagens e causas. A polarização e a desinformação nas redes sociais podem tornar o ambiente midiático ainda mais complexo e hostil para os atores políticos que buscam promover a mudança social, independente do tipo de causa ou grupo social que representem. Durante a pandemia de Covid-19, os movimentos e contramovimentos sociais se engajaram em intensas disputas de narrativas, utilizando as redes sociais como arena principal. Nesse cenário, a polarização política e a disseminação de desinformação exacerbaram as tensões e dificultaram a disseminação de informações precisas sobre a crise sanitária.

Movimentos sociais, buscando conscientizar a sociedade sobre questões críticas relacionadas à pandemia, enfrentaram o desafio de competir com uma variedade de vozes na esfera pública. Ao mesmo tempo, os contramovimentos sociais lançaram mão de estratégias para desacreditar ou distorcer as narrativas dos movimentos adversários, muitas vezes disseminando informações falsas ou distorcidas. A polarização política acentuada no contexto da pandemia contribuiu para a criação de bolhas informativas nas redes sociais, onde os usuários são expostos predominantemente a conteúdos que corroboram com suas crenças e visões políticas, exacerbando ainda mais as divisões sociais e dificultando o diálogo construtivo. A desinformação também desempenhou um papel significativo, alimentando teorias conspiratórias, minimizando a gravidade da crise ou promovendo tratamentos não comprovados cientificamente. Essa avalanche de informações falsas confundiu o público e afetou os esforços de combate à pandemia, comprometendo a eficácia das medidas de saúde pública e colocando vidas em risco. Como resultado dessas tensões e disputas de narrativas, a confiança na informação e nas instituições foi abalada, dificultando a adoção de comportamentos preventivos e o apoio a políticas de saúde pública baseadas em evidências.

As mudanças políticas ocorridas no Brasil nas últimas décadas, com a emergência de governos de esquerda que promoveram políticas de inclusão social, e a reação conservadora a esses governos por parte de setores políticos e econômicos tradicionais, trouxe como consequência a polarização política na região, impactando a democracia e a participação cidadã.

O papel dos movimentos e contramovimentos sociais na polarização política está relacionado com a disseminação de ideias e valores, a construção de identidades políticas e a mobilização da sociedade em torno de demandas específicas, uma vez que seu repertório de ação pode ser utilizado tanto para o fortalecimento da polarização quanto para mediar os diferentes grupos da sociedade civil.

Especialmente no Brasil, o fenômeno da polarização política tem sido amplamente influenciado pela atuação dos contramovimentos sociais. Esses grupos, muitas vezes ligados a interesses políticos e econômicos, utilizam-se de diferentes meios de comunicação para construir narrativas que criminalizam seus oponentes e buscam conquistar a opinião pública. A disseminação de notícias falsas e a criação de narrativas distorcidas sobre os fatos são práticas comuns desses grupos, que buscam deslegitimar os movimentos sociais e suas causas. Contramovimentos se opõem a pautas e narrativas dos movimentos sociais e fornecem elementos para análise e compreensão de seu repertório de ação e de sua relação com a sociedade civil, com as organizações sociopolíticas e com o Estado, um contexto em que a informação é fundamental (Luvizotto, 2023).

Alguns elementos são essenciais para compreender o repertório de ação dos movimentos e contramovimentos sociais, como por exemplo, as relações de poder, os discursos políticos e a produção simbólica na construção da esfera pública e na formação da opinião pública. A esfera pública é vista como um espaço de negociação, disputa e construção de significados, no qual os movimentos e contramovimentos sociais se inserem e constroem suas ações e estratégias. Isso pode ser observado durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, quando movimentos e contramovimentos sociais se engajaram em um intenso embate na esfera pública, utilizando uma variedade de estratégias e recursos para promover suas agendas e influenciar a opinião pública. Alguns desses embates estão exemplificados nas postagens e exemplos apresentados na análise das categorias do repertório de ação dos movimentos sociais. Entre os elementos centrais que permearam essa dinâmica estão as relações de poder, que moldaram as interações entre diferentes atores sociais, influenciando o alcance e a eficácia de suas ações. Tais relações de poder não apenas determinaram a capacidade dos movimentos sociais de mobilizar recursos e conquistar apoio, mas também influenciaram a forma como suas mensagens foram recebidas e interpretadas pelo público em geral.

Além disso, os discursos políticos desempenharam um papel fundamental na construção das narrativas em torno da pandemia, moldando a percepção pública sobre as medidas de saúde, as responsabilidades governamentais e as estratégias de enfrentamento da crise. Movimentos e contramovimentos sociais se apropriaram desses discursos para articular suas demandas e promover suas agendas, competindo pela adesão e apoio da população.

A produção simbólica também desempenhou um papel significativo, à medida que os movimentos e contramovimentos sociais utilizaram símbolos, imagens e narrativas para construir identidades coletivas e mobilizar seus seguidores. No caso específico de movimentos sociais, a análise de seu repertório de ação deve considerar as dimensões comunicacionais

presentes nas práticas desses atores sociais, incluindo a construção de discursos, a escolha de canais de comunicação, a mobilização de recursos comunicacionais, entre outras estratégias que influenciam a relação entre os movimentos sociais e a sociedade.

Certamente, a oposição narrativa dos contramovimentos sociais exerce uma forte influência no processo comunicacional, pois muitas vezes procura deslegitimar as pautas dos movimentos sociais, seja através de distorções ou de minimizações. A dinâmica comunicacional estabelecida pelos movimentos sociais, em oposição às narrativas dos contramovimentos, revela-se como um importante mecanismo para a defesa de suas agendas políticas e para a promoção de mudanças sociais mais amplas (Luvizotto, 2023).

Nossa análise sugere que **durante a pandemia de Covid-19 no Brasil**, os movimentos sociais objetos da pesquisa, aqui tratados como paradigmas empíricos para nosso problema de pesquisa, responderam aos desafios impostos pela crise sanitária com uma variedade de ações que refletiram sua maior ou menor capacidade de mobilização e engajamento. Os movimentos sociais se viram diante da necessidade de adaptar suas estratégias de mobilização e ação para o ambiente digital, aproveitando as oportunidades e enfrentando os desafios oferecidos pela comunicação online. **As sete modalidades de ação que compõem o repertório dos movimentos sociais** - protestos, defesa dos direitos dos trabalhadores, ajuda mútua e solidariedade, monitoramento das ações governamentais, educação popular e conscientização, comunicação pública e manutenção das pautas - foram exploradas através das plataformas digitais, proporcionando vantagens e desvantagens significativas.

Uma das vantagens da comunicação digital para os movimentos sociais durante a pandemia foi a ampliação do alcance e da visibilidade de suas ações. As redes sociais e outras ferramentas online permitiram que os movimentos alcançassem um público mais amplo e diversificado, ultrapassando barreiras geográficas e aumentando o engajamento com suas causas. Além disso, a comunicação digital facilitou a organização e a mobilização rápida de manifestações e protestos virtuais, proporcionando uma plataforma para a expressão coletiva de descontentamento e demandas por mudança.

No entanto, a comunicação digital também apresentou limitações para os movimentos sociais. A polarização e a desinformação nas redes sociais frequentemente dificultaram a disseminação de mensagens e causas dos movimentos, colocando em risco a credibilidade e a eficácia de suas ações. Além disso, a dependência das plataformas de mídia social sujeitou os movimentos sociais a políticas de censura e algoritmos, que poderiam restringir a visibilidade de suas postagens e reduzir seu impacto.

Outra desvantagem da comunicação digital foi a dificuldade em alcançar comunidades marginalizadas e vulneráveis, que podem ter acesso limitado à internet ou enfrentar barreiras linguísticas, culturais e de literacia midiática para participar das discussões online. Isso levantou preocupações sobre a representatividade e inclusão dentro dos movimentos sociais, destacando a necessidade de estratégias complementares de comunicação para garantir que todas as vozes fossem ouvidas.

Retomamos nossos questionamentos iniciais num exercício de reflexão, com vistas a contribuir para uma discussão mais ampla que contempla a relação Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais, objeto central deste concurso de Livre-docência: conjugando das perspectivas de Harvey (2020), Della Porta (2020) e Pleyers (2020) que consideram que a crise provocada pela pandemia de Covid-19 deve ser tratada como um momento de ruptura que trará mudanças significativas em nossas vidas e nossas sociedades; considerando a fundamental importância da participação cidadã e da atuação dos movimentos sociais para garantir os valores democráticos das sociedades contemporâneas e, assumindo que informação e comunicação são essenciais para legitimar as demandas dos movimentos sociais e ampliar seu alcance na sociedade, alguns questionamentos se fazem pertinentes: **1) qual é o impacto da pandemia de Covid-19 na luta pelo alcance e manutenção dos direitos civis e políticos? 2) Quais são as perspectivas para a participação cidadã frente as grandes transformações econômicas e sociais impostas pela pandemia? 3) Qual o potencial, limites e desafios da comunicação digital para a mobilização popular a partir da pandemia de Covid-19?**

A pandemia de Covid-19 teve um impacto significativo na luta pelo alcance e manutenção dos direitos civis e políticos em várias frentes. Primeiramente, a implementação de medidas de distanciamento social e restrições à mobilidade, destinadas a conter a propagação do vírus, resultou em restrições adicionais aos direitos de reunião, manifestação e liberdade de expressão. Essas restrições podem ter dificultado a capacidade dos movimentos sociais e ativistas de se organizarem e mobilizarem em torno de questões de direitos civis e políticos.

A crise econômica decorrente da pandemia exacerbou as desigualdades socioeconômicas, tornando determinados grupos mais vulneráveis à violação de seus direitos civis e políticos. Populações marginalizadas, como comunidades de baixa renda, minorias étnicas, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e migrantes, foram particularmente afetadas pelos impactos socioeconômicos da pandemia, enfrentando maior dificuldade para acessar serviços básicos, proteção social e assistência jurídica.

A pandemia também destacou e aprofundou as disparidades no acesso à saúde e à informação, que são componentes fundamentais dos direitos civis e políticos. Grupos

historicamente marginalizados enfrentaram obstáculos adicionais para acessar cuidados de saúde adequados e informações precisas sobre a pandemia, aumentando sua vulnerabilidade à doença e à discriminação.

Por outro lado, a pandemia também gerou oportunidades para a mobilização e defesa dos direitos civis e políticos. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil responderam à crise adaptando suas estratégias de *advocacy* e ativismo para lidar com os novos desafios apresentados pela pandemia. Eles trabalharam para garantir que as medidas de emergência adotadas pelos governos respeitassem os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e também defenderam políticas que abordassem as desigualdades socioeconômicas exacerbadas pela crise.

Diante das grandes transformações econômicas e sociais impostas pela pandemia de Covid-19, as perspectivas para a participação cidadã são tanto desafiadoras quanto promissoras. Por um lado, as restrições impostas à mobilidade e às atividades presenciais representaram obstáculos adicionais para a participação cidadã tradicional, como protestos de rua, assembleias públicas e reuniões comunitárias. A crise econômica resultante da pandemia levou a uma maior precarização do trabalho e aumento das desigualdades socioeconômicas, o que limitou o acesso de certos grupos à participação cidadã devido a barreiras financeiras e de tempo.

Por outro, a pandemia também gerou oportunidades para a ampliação e diversificação das formas de participação cidadã. As tecnologias digitais e as plataformas online se tornaram ferramentas essenciais para a organização e mobilização social, permitindo que os cidadãos se envolvam em campanhas, petições, fóruns de discussão e atividades sem sair de casa. A crise provocada pela pandemia gerou uma maior conscientização sobre as interconexões entre saúde, economia, meio ambiente e justiça social, destacando a necessidade de abordagens holísticas e participativas para enfrentar os desafios globais. Isso pode levar a um aumento do engajamento cívico e comunitário em questões relacionadas à saúde pública, mudança climática, desigualdade de renda e justiça racial, à medida que os cidadãos reconhecem a importância de sua voz e ação na construção de um futuro mais justo e sustentável.

A comunicação digital exerce papel importante para a mobilização popular, oferecendo um potencial para a promoção da participação cívica e a defesa de direitos. Em primeiro lugar, pode proporcionar alcance global, permitindo que mensagens e campanhas alcancem uma audiência vasta e diversificada em todo o mundo. Através das redes sociais, fóruns online e outras plataformas digitais, indivíduos podem se conectar instantaneamente e compartilhar informações, ideias e experiências, facilitando a formação de movimentos populares transnacionais e a solidariedade global em torno de questões urgentes.

A comunicação digital é relativamente acessível, oferecendo oportunidades de engajamento para uma ampla gama de pessoas. Isso pode promover a inclusão e a diversidade na mobilização popular, permitindo que grupos historicamente marginalizados e comunidades sub-representadas tenham voz e participação ativa nos processos de tomada de decisão. A agilidade é outra vantagem da comunicação digital, possibilitando a mobilização rápida e eficiente em resposta a eventos e questões urgentes. Oferece uma variedade de formatos e ferramentas para expressão criativa e diversificada, onde texto, imagem, vídeo, áudio e interação em tempo real são apenas algumas das opções disponíveis para transmitir mensagens e envolver o público. É possível, neste sentido, que movimentos populares possam adaptar suas estratégias de mobilização de acordo com as necessidades e preferências do seu público, aumentando a eficácia e o impacto de suas campanhas.

Durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, a comunicação digital proporcionou aos movimentos sociais uma plataforma expandida para promover suas agendas e mobilizar apoio. Uma vantagem adicional foi a capacidade de criar comunidades virtuais robustas, onde indivíduos compartilhando interesses e preocupações similares podiam se conectar e colaborar de forma mais eficaz. Essa conectividade virtual não apenas fortaleceu os laços dentro dos movimentos sociais, mas também possibilitou alianças estratégicas e colaborações entre movimentos, ampliando o alcance e a influência coletiva.

Entretanto, apesar de seu relativo potencial, a comunicação digital apresenta diversos limites e desafios que podem comprometer as ações de mobilização popular. Apesar de este estudo reconhecer o papel dos meios de comunicação, em especial da internet, para a participação cidadã, não ignora que a inclusão digital e o acesso equitativo à informação e à tecnologia ainda são desafios significativos que precisam ser enfrentados. Além dos problemas relativos à desinformação e manipulação da informação já mencionados, é importante destacar que, embora a internet tenha ampliado as oportunidades de participação e engajamento cidadão, ela não está disponível de forma igualitária para todos os grupos sociais.

Um dos principais desafios é a exclusão digital, que resulta do acesso desigual à internet e tecnologia. Populações em áreas rurais, comunidades marginalizadas e indivíduos de baixa renda podem enfrentar dificuldades para acessar a comunicação digital, limitando sua capacidade de participar na mobilização popular e contribuir para debates públicos.

Outro desafio é a saturação da esfera digital com uma grande quantidade de informações e conteúdos, o que pode dificultar a visibilidade e o destaque das mensagens dos movimentos sociais entre o ruído digital. Isso requer estratégias cuidadosas de engajamento e diferenciação para garantir que as mensagens dos movimentos sociais se destaquem e ressoem com o público.

A dependência das plataformas de mídia social para comunicação online também expõe os movimentos sociais ao risco de censura e controle algorítmico. As políticas de moderação de conteúdo e os algoritmos das redes sociais podem resultar na supressão de mensagens e na marginalização de determinadas vozes dentro dos movimentos sociais, diminuindo a diversidade e a representatividade do discurso público. Algoritmos de recomendação e bolhas de filtro podem reforçar as opiniões existentes e limitar a exposição a perspectivas divergentes, dificultando a construção de consenso e diálogo construtivo. O controle corporativo das principais plataformas de mídia social. Empresas privadas como Facebook, Twitter/X e Google exercem um poder considerável sobre o conteúdo que é publicado e distribuído em suas plataformas, o que pode impactar a visibilidade e a distribuição de mensagens de movimentos populares.

Por fim, a vigilância digital e a censura governamental representam ameaças à liberdade de expressão e à privacidade online, podendo reprimir a mobilização popular e silenciar vozes dissidentes. Governos autoritários podem usar a vigilância digital para monitorar e reprimir ativistas e dissidentes, enquanto a censura online pode ser usada para bloquear o acesso a plataformas e conteúdos considerados subversivos ou críticos ao regime.

Esta pesquisa analisou a dinâmica contemporânea de movimentos sociais para estimar o potencial da comunicação digital para a participação cidadã, a partir da pandemia de Covid-19 no Brasil. Como contribuição teórica e metodológica, desenvolvemos e propomos a classificação dos movimentos sociais brasileiros em Movimentos Sociais Antiausteridade, de Afirmação Identitária e Antissistema. Essa classificação não apenas enriquece os estudos empíricos realizados neste estudo, fornecendo a base para a seleção dos movimentos sociais objetos da pesquisa, como também oferece uma contribuição teórica para o campo das Ciências Sociais, ao propor um enquadramento metodológico que organiza as mobilizações brasileiras em grandes temas que, embora distintos, não são excludentes e é capaz de articular interseccionalidades e hibridizações.

A análise apresentada a partir dos movimentos sociais Ação da Cidadania, Greenpeace Brasil e Levante Popular da Juventude, aqui tratados como paradigmas empíricos para compreender o tema proposto, contribui para a compreensão da complexa relação entre os movimentos sociais, a comunicação digital e os impactos da pandemia de Covid-19 no Brasil. Por meio da análise do repertório de ação dos noemados movimentos sociais, buscamos não apenas descrever as estratégias de mobilização e comunicação adotadas por eles, mas também examinar suas implicações mais amplas para a participação cidadã, o ativismo político e a esfera pública.

Ao longo da pesquisa, identificamos uma série de fatores que influenciaram a dinâmica dos movimentos sociais durante a pandemia. Por exemplo, observamos como as restrições de distanciamento social e as medidas de lockdown afetaram as formas tradicionais de mobilização, levando os movimentos a explorar alternativas digitais para manter sua relevância e eficácia. Analisamos o papel das redes sociais e plataformas online na amplificação de mensagens e na formação de coalizões e alianças entre diferentes grupos e movimentos sociais.

No que diz respeito às estratégias de comunicação digital, exploramos não apenas os conteúdos informacionais produzidos pelos movimentos sociais, mas também as táticas de engajamento e mobilização utilizadas para alcançar e envolver o público. Isso incluiu a análise de campanhas de hashtag, vídeos virais, transmissões ao vivo e outras formas de interação online que se tornaram características proeminentes do ativismo digital durante a pandemia.

Identificamos os limites desafios associados à comunicação digital, como a disseminação de desinformação, o discurso de ódio e a vigilância governamental. Esses problemas destacaram a necessidade de abordagens éticas e responsáveis para o uso das tecnologias digitais no ativismo e na mobilização social, bem como a importância de proteger a liberdade de expressão e a privacidade dos ativistas.

Por fim, discutimos as implicações mais amplas dessas descobertas para o futuro da participação cidadã e do ativismo no Brasil. Identificamos oportunidades para fortalecer e aprimorar a comunicação digital como uma ferramenta que pode ajudar na promoção da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que reconhecemos os desafios e as incertezas que podem surgir no processo. A busca por uma participação cidadã efetiva na era digital requer um esforço conjunto para superar as barreiras de acesso, reduzir as disparidades na literacia digital e promover um ambiente online onde a qualidade da informação e a diversidade de perspectivas sejam valorizadas.

REFERÊNCIAS

- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. *Lua Nova*, 76, 49-86.
- Aquino, A., Almeida, M., & Mariano, R. (2022). América Latina entre a crise da direita e o dilema de uma nova onda de centro-esquerda. *Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil*.
- Araújo, C. A. Á. (2006). Fundamentos teóricos da classificação. *Encontros Bibli*, (22), 2º sem.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Tradução: L. A. Reto & A. Pinheiro). Edições 70.
- Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. In M. A. Mattos, J. Janotti Júnior, & N. Jacks (Orgs.), *Mediação & Mídiação* (pp. 31-54). EDUFBA.
- Brancaleone, C. (2019). *Teoria social, democracia e autonomia: Uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista*. 2. ed. Brazil Publishing.
- Brandão, E. (2009). Conceito de comunicação pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2. ed., pp. 1-33. Atlas.
- Bringel, B. (2012). Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, 2(3), 43-67.
- Bringel, B., & Teixeira, M. A. (2015). Repertórios de ação e repertórios de interpretação: Trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In I. Sherer-Warren & L. H. H. Lüchman (Orgs.), *Movimentos sociais e engajamento político: Trajetórias e tendências analíticas*. pp. 43-76. Editora da UFSC.
- Campo, J. A., & Crowder Taraborrelli, T. (2018). Media, politics, and democratization in Latin America. *Latin American Perspectives*, 45(3), pp. 4-15.
- Campos, R., et al. (2016). Ativismo digital em Portugal: Um estudo exploratório. *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], (82), 27-47.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Dagnino, E. (2002). Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: Limites e possibilidades. In *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil* (pp. 279-301). Paz e Terra.
- Della Porta, D. (2020). Movimientos sociales en tiempos de Covid-19: Otro mundo es necesario. *Open Democracy*. 26 de março de 2020.

- Dorf, M. C., & Tarrow, S. (2014). Strange bedfellows: How an anticipatory countermovement brought same-sex marriage into the public arena. *Law & Social Inquiry*, 39(2), 449–473.
- Duarte, J. (2009). Instrumentos de comunicação pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2ª ed., pp. 59-71. Atlas.
- Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107-115.
- Espiñeira González, M. V., & Uzêda da Cruz, D. (Orgs.). (2018). *Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados*. CLACSO; Editora Zarte.
- Ferreira, M. (2022). A América Latina na encruzilhada do tempo presente. *Argumentum*, 14(2), 6-18.
- Fico, C., et al. (2008). *Ditadura e democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*. Editora FGV.
- Floss, M., et al. (2023). Linha do tempo do “tratamento precoce” para Covid-19 no Brasil: Desinformação e comunicação do Ministério da Saúde. *Interface* (Botucatu, 27).
- Fraser, N. (2000). Rethinking recognition. *New Left Review*, 3(May/June), 107-120.
- Fry, M. (2020). Los movimientos sociales latino-americanos: Teorías críticas y debates sobre la formación. *Revista de Ciencias Sociales, DS-FCS*, 33(47), 13-30.
- Fuser, I. (2019). América Latina: Progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde em Debate*, 42 (Especial 3), 78-89.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6 ed. Atlas.
- Gohn, M. da G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), maio-ago.
- Gohn, M. da G. (2008). *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. Cortez.
- Harvey, D. (2020). Anti-capitalist politics in the time of COVID-19. *Global University*.
- Harvey, D. (2007). *The limits to capital*. 3 ed. Oxford University Press.
- Klachko, P. (2015). Reflexiones sobre los procesos de institucionalización de los movimientos sociales en la nueva etapa de Nuestra América: ¿Repliegue o ascenso de masas? *Millcayac - Revista Digital de Ciencias Sociales*, 2(3), 147-171.
- Kniess, A. B., et al. (2021). Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da Covid-19? In *Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP)*, 2, 21-24 set. (pp. 126-158). UFPR.

- Koopmans, R., & Statham, P. (1999). Ethnic and civic conceptions of nationhood and the differential success of the extreme right in Germany and Italy. In M. Giugni, D. McAdam, & C. Tilly (Orgs.), *How social movements matter* (pp. 225-251). University of Minnesota Press.
- Krippendorff, K. (2019). *Content analysis: An introduction to its methodology*. 4 ed. SAGE Publications, Inc.
- Laval, C., & Dardot, P. (2016). *A nova razão do mundo*. Boitempo.
- Luvizotto, C. K. (2023). Comunicação, informação e repertório de ação dos movimentos sociais no Brasil e na Alemanha: Acesso à informação e participação social. *Revista EDICIC*, 3(1), 1-13.
- Luvizotto, C. K. (2022). Comunicação digital e cidadania: A atuação de movimentos sociais e contramovimentos durante a pandemia de Covid-19. *Revista Comunicação Midiática (Online, 17)*, 61-72.
- Machado, M. L., & Freitas, R. (2021). O primeiro ano de pandemia no Brasil em 43 eventos. *Nexo*. 12 de abril de 2021.
- Marshall, T. H., & Bottomore, T. (1992). *Citizenship and social class*. Pluto Press.
- Massuchin, M. G., et al. (2023). A comunicação pública no campo da pesquisa em comunicação: Aspectos teóricos e empíricos da produção científica brasileira (2013-2022). *Contracampo*, 42(3), set./dez.
- Mayorga, F. (2016). Democracia na América Latina: Mudanças e persistências. *Revista USP*, (109), 43-52.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge University Press.
- Meyer, D. S., & Staggenborg, S. (1996). Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. *American Journal of Sociology*, 101(6), 1628-1660.
- Pellegrini, A. (2021). A realização do Enem em meio à disparada da pandemia. *Nexo*. 16 de janeiro de 2021.
- Piedade, M. A. (1977). *Introdução à teoria da classificação*. Interciência.
- Pleyers, G. (2018). *Movimientos sociales en el siglo XXI: Perspectivas y herramientas analíticas*. CLACSO.
- Pleyers, G. (2020). The pandemic is a battlefield: Social movements in the Covid-19 lockdown. *Journal of Civil Society*.
- Prado, L. F. (1996). *História comparada de América Latina: 1930-1960*. Editora da UFRJ.

- Recuero, R., Zago, G., & Soares, F. B. (2021). *Mídia social e política no Brasil: Comunicação e circulação de narrativas em redes sociais*. Editora Sulina.
- Rothberg, D. (2020). O que não é comunicação pública? Percursos de afirmação de um campo científico. *Organicom*, 17(32), 260-263.
- Scherer-Warren, I. (2014). Dos movimentos sociais às manifestações de rua: O ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, 13(28), 11-34.
- Scherer-Warren, I., & Lüchman, L. H. H. (2015). Um panorama dos estudos sobre os movimentos sociais e a participação no Brasil. In I. Scherer-Warren & L. H. H. Lüchman (Orgs.), *Movimentos sociais e engajamento político: Trajetórias e tendências analíticas* (pp. 14-42). Editora da UFSC.
- Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 109-130.
- Schreier, M. (2012). *Qualitative content analysis in practice*. SAGE Publications.
- Sena, K. E. R. (2020). Comunicação pública e midiaticização: Tecnologias digitais e práticas comunicacionais de entes do Estado, mercado e sociedade civil. In *XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas*, Bauru. *Anais*. Abrapcorp.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo*. Companhia das Letras.
- Tarrow, S. (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. 3 ed. Cambridge University Press.
- Tarrow, S. (1998). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. 2 ed. Cambridge University Press.
- Tilly, C. (1995). Contentious repertoires in Great Britain. In T. Mark (Org.), *Repertoires and cycles of collective action*. Duke University Press.
- Tilly, C. (2006). *Regimes and repertoires*. University of Chicago Press.
- Tilly, C., & Wood, L. J. (2009). *Social movements, 1768–2008*. 2 ed. Taylor & Francis Ltd.
- Thompson, J. B. (1995). *The media and modernity: A social theory of the media*. Stanford University Press.
- Touraine, A. (1981). *The voice and the eye: An analysis of social movements*. Cambridge University Press.
- UOL. (2023). Consórcio de imprensa que permitiu transparência sobre covid chega ao fim. *UOL*. 28 de janeiro de 2023.

- Volpato, A. N. (2022). *Estratégias de visibilidade de movimentos sociais da juventude na sociedade midiaticizada* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista – UNESP]. Repositório Institucional da UNESP.
- Wacquant, L. (2012). Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, 25(66), 505-518.
- Wallerstein, I. (2004). *World-systems analysis: An introduction*. Duke University Press.
- Weber, M. H. (2021). A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública. In R. Sampaio, R. Sarmento, & V. Chagas (Orgs.), *Comunicação e política no contexto da pandemia: Breves reflexões*. Compolítica/Carvalho Comunicação.